

**MAURILIO DANTIELLY CALONGA**

***JORNAL DO COMÉRCIO: ARRANJOS POLÍTICOS E  
REPRESENTAÇÕES DA GUERRA EM MATO GROSSO (1930-1945)***

DOURADOS – 2014

**MAURILIO DANTIELLY CALONGA**

***JORNAL DO COMÉRCIO: ARRANJOS POLÍTICOS E  
REPRESENTAÇÕES DA GUERRA EM MATO GROSSO (1930-1945)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. **Carlos Martins Junior**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil**

C165j Calonga, Maurilio Dantielly.  
Jornal do Comércio : arranjos políticos e  
representações da guerra em Mato Grosso (1930-1945) /  
Maurilio Dantielly Calonga – Dourados, MS : UFGD,  
2014.  
120 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Martins Junior.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade  
Federal da Grande Dourados.

1. História – Mato Grosso. 2. Guerra –  
Representações na imprensa. I. Martins Junior, Carlos. II.  
Título.

CDD: 981.72

**MAURILIO DANTIELLY CALONGA**

***JORNAL DO COMÉRCIO: ARRANJOS POLÍTICOS E  
REPRESENTAÇÕES DA GUERRA EM MATO GROSSO (1930-1945)***

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.**

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientador:

Carlos Martins Junior (Dr., UFMS) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Áureo Busetto (Dr., UNESP) \_\_\_\_\_

À minha esposa Nay, pelo seu carinho, amor  
e compreensão.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, por ter aceito esta proposta de trabalho, através da qual expresso, aqui, os resultados.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Martins Junior, exemplo de profissional competente, com sábias palavras para um orientando cercado de dúvidas. Meus sinceros agradecimentos.

Aos Professores Edvaldo Sotana e Eudes Fernando Leite por participarem da minha banca de qualificação, contribuindo com valiosas ponderações para a produção desta dissertação.

Aos meus professores de graduação, especialmente ao Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano, pelo grupo de pesquisa “O Sul de Mato Grosso e a Segunda Guerra Mundial”, criado em 2006 para debater os efeitos da guerra no antigo sul de Mato Grosso, grupo este responsável por germinar esta pesquisa.

Aos amigos de graduação, em especial ao meu querido amigo e grande pesquisador de História Antiga, Leandro Mendonça Barbosa, exemplo para mim. Obrigado pelo incentivo e pela amizade.

À minha mamãe, dona Lidia, que com grande esforço me proporcionou o ingresso no curso de História em uma universidade pública.

À minha querida esposa, Nay, meu porto seguro, compartilhando minhas incertezas e angústias, compreensiva com minhas renúncias às atividades de lazer rotineiras a um casal.

A Carmen Ligia Caldas, pela compreensão dada às minhas ausências semanais no exercício do magistério. Sua ajuda foi fundamental para que eu pudesse realizar este trabalho. Meu muito obrigado.

“Jornais não são partidos políticos.  
Mas como se parecem às vezes!”  
(Francisco Weffort)

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- AML** – Associação Mato-grossense de Letras
- CAND** – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
- CML** – Centro Mato-grossense de Letras
- DEIP** – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
- DIE** – Divisão de Infantaria Expedicionária
- DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda
- FEB** – Força Expedicionária Brasileira
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IHMT** – Instituto Histórico de Mato Grosso
- PSD** – Partido Social Democrático
- RI** – Regimento de Infantaria
- UDN** – União Democrática Nacional

## RESUMO

Esta pesquisa analisa o discurso político-partidário do periódico mato-grossense *Jornal do Comércio* na época do governo Getúlio Vargas (1930-1945). Ao longo desta buscou-se compreender as representações e a propaganda política vinculada pelo impresso no que diz respeito ao discurso de mobilização nacional para a Segunda Guerra Mundial. Além disso, procurou-se observar as notícias sobre a atuação do Brasil no conflito, a partir do envio da Força Expedicionária Brasileira ao *front* europeu, para assim, compreender o caráter ideológico que condicionou tais representações, seja no âmbito da censura imposta pelo Estado Novo, ou dos interesses de grupos dominantes ligados ao jornal. Diante disso, objetivou-se apresentar as articulações do *Jornal do Comércio* na política local, bem como o caráter pessoal de seu diretor-proprietário, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, em questões relativas ao contexto nacional e regional. Trata-se, portanto, de investigar as condições e o contexto em que o referido periódico veiculou discursos acerca do envolvimento do Brasil na guerra, relacionando-se os interesses locais com as formas de propaganda política do governo Getúlio Vargas no período final do Estado Novo.

**Palavras-chave:** Imprensa. Discurso político-partidário. Representações.

## ABSTRACT

This research analyzes the political party speech Mato Grosso journal *Jornal do Comércio* at the time of the Getúlio Vargas government (1930-1945). Throughout this we sought to understand the representations and bound by printed propaganda with regard to the discourse of national mobilization for World War II. Furthermore, we tried to observe the news about Brazil's role in the conflict, from the sending of the Brazilian Expeditionary Force to the European front, so as to understand the ideological character that conditioned such representations, either within the censorship imposed by the New State or the interests of dominant groups attached to the journal. Therefore, we aimed to present the joints of the *Jornal do Comércio* in local politics, and the personal character of its director - owner, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, in matters relating to national and regional context. It is, therefore, to investigate the conditions and the context wherein said periodic speeches ran about Brazil's involvement in the war, relating to local interests with the political forms of government propaganda Getúlio Vargas in the final period of the New State.

**Keywords:** Press. Party-political discourse. Representations.

## SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Siglas.....	6
Resumo.....	7
Abstract.....	8
<b>Apresentação.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>O JORNAL DO COMÉRCIO: ARTICULAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS EM MATO GROSSO (1930-1945).....</b>	<b>22</b>
1.1 O dirigente intelectual na imprensa do interior.....	22
1.2 Reordenamentos e alianças político-partidárias em Mato Grosso: o jornal e o poder.....	29
1.3 Órgãos de imprensa e propaganda no jogo político local.....	49
<b>Capítulo 2</b>	
<b>GUERRA E IMPRENSA: O DISCURSO DE MOBILIZAÇÃO EM MATO GROSSO PELAS PÁGINAS DO JORNAL DO COMÉRCIO.....</b>	<b>58</b>
2.1 Antecedentes históricos: o Brasil na Segunda Guerra Mundial.....	58
2.2 Mobilização Nacional em Mato Grosso na época da Segunda Guerra Mundial por meio do <i>Jornal do Comércio</i> .....	67
2.3 Guerra sem guerra nas páginas do <i>Jornal do Comércio</i> : escassez e desabastecimento em Campo Grande.....	77
<b>Capítulo 3</b>	
<b>A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: DISCURSO E REPRESENTAÇÕES NO JORNAL DO COMÉRCIO.....</b>	<b>83</b>
3.1 Constituição da Força Expedicionária Brasileira.....	83
3.2 A imprensa no <i>front</i> : a campanha brasileira na Itália nas páginas do <i>Jornal do Comércio</i> .....	86
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>110</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>115</b>

## APRESENTAÇÃO

Em 1988, a historiadora Maria Helena Capelato afirmou ser a imprensa manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, pois “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1988, p. 13). Nesta mesma perspectiva Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca asseveram:

A história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. (MARTINS; DE LUCA, 2012, p. 8)

Expressam-se, portanto, através dos jornais, as forças políticas dos grupos que compõem a sociedade, pois é justamente a inter-relação de fatores políticos, sociais e culturais que sistematizam a construção do discurso pela imprensa. Neste espaço simbólico os impressos se caracterizam como arma de persuasão, impondo-se como agentes políticos. Representam, por isso, valores e interesses de segmentos da sociedade, tornando-se responsáveis no dever de intermediar as ações entre a Sociedade Civil e o Estado. Assim, neste estudo, entendemos o jornal como instrumento de propagação ideológica<sup>1</sup> de grupos, setores e classes sociais, uma vez que nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade (CAPELATO, 1988).

Na visão de Perseu Abramo<sup>2</sup>, a imprensa constrói a realidade à sua maneira e de acordo com os seus interesses político-partidários, aprisionando seus leitores nesse círculo de ferro da realidade, onde exerce todo o seu poder. Por esse motivo, segundo a historiadora Tania Regina de Luca, os órgãos de imprensa tornam-se verdadeiros empreendimentos. Reúnem-se, a partir dos impressos, conjuntos de indivíduos, “o que os torna projetos

---

<sup>1</sup> Compreendemos o conceito de *Ideologia* a partir das considerações de Marilena Chauí, ao afirmar ser a ideologia um fato social justamente porque é produzida pelas relações sociais e que pretendem explicar a realidade (CHAUÍ, 1984).

<sup>2</sup> As concepções de Perseu Abramo referem-se à grande imprensa no final do século XX, no entanto, ligam-se diretamente a outras épocas do jornalismo brasileiro, inclusive ao período aqui tratado. Ver Abramo (2009).

coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (DE LUCA, 2010, p. 140). Diante disso torna-se fundamental avaliá-los como órgãos de elaboração e reprodução cultural. Sendo assim, concordamos com a opinião de Capelato e Prado sobre a utilização dos impressos na pesquisa histórica:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19)

Nesse propósito a empresa jornalística oferece ao público uma mercadoria política. A meta é sempre conseguir adeptos, atrair o público, conquistá-lo. Os artifícios para esse fim são múltiplos, haja vista que os jornais “não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público” (DE LUCA; MARTINS, 2006, p. 11). Elaboram-se, então, formas cifradas de representar o mundo, produzindo palavras e imagens que dizem além daquilo que é expresso. Funcionam, portanto, como espaço de representação específica do real, utilizando-se do discurso para defini-lo. São forjados a partir da realidade, por meio de lutas simbólicas, por isso dependem do crédito concedido ao elemento representado.

Para Roger Chartier (1990), as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Incluem-se formas de pensar, sentir e agir, transformando-se em máquina de fabricar respeito e submissão, servindo de matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Assim, conforme assinalou Sandra Pesavento, “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2008, p. 39), uma vez que as representações não são discursos neutros. Apresentam, pois, múltiplas configurações. Pode-se, por isso, dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variado pelos diferentes grupos sociais. Além disso, são capazes de substituir objetos ausentes por imagens materiais, que por sua vez reconstituirá uma memória<sup>3</sup>. A ideia central é, portanto, a da substituição, que recoloca uma

---

<sup>3</sup> Nesse sentido, a hóstia representa o corpo ausente de Cristo, por exemplo. No Estado Novo crucifixos eram colocados nas paredes das fábricas para lembrar os trabalhadores dos preceitos religiosos. Especialmente “Amai

ausência e torna sensível uma presença, seja de grupos locais, nacionais ou mesmo de partidos políticos.

De acordo com Edward Said (2011), o universo simbólico das representações invariavelmente relaciona-se ao contexto político no qual estas se inserem – no caso desta dissertação, o Estado Novo no âmbito nacional, e/ou os interesses regionais mato-grossenses no que diz respeito à política local. Nesse sentido, a esfera onde são produzidos os discursos liga-se intrinsecamente à atividade política e, por conseguinte, ao seu contexto. Por outro lado, seguem as disposições de grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam (CARVALHO, 2005).

As representações, contudo, não são unívocas. Na verdade, a maneira pela qual os indivíduos interpretam os signos difere-se, mesmo porque o receptor não é sujeito passivo à mensagem. O jornal oferece apenas visões do real, isto é, elementos parciais da realidade. Significa que cada leitor tem para si imagens fragmentadas, “é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja” (ABRAMO, 2009, p. 33). O leitor reinterpreta o texto e lhe confere novas significações, que podem ou não concordar com as intenções originais do narrador. Sendo assim, “um texto está sujeito à construção de múltiplos sentidos, por meio da leitura” (PESAVENTO, 2008, p. 61). Portanto, as determinações “que regulam as práticas dependem das maneiras pelas quais os textos podem ser lidos diferentemente pelos leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação com o escrito” (CHARTIER, 1991, p. 179).

Segundo Sandra Pesavento, as representações são também portadoras do simbólico. Dizem, na verdade, além daquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo, apresentando-se como natural, dispensando reflexão. Desse modo, nas palavras da autora:

Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais. (PESAVENTO, 2008, p. 41-42)

---

vos uns aos outros, como eu vos amei”, referência explícita à ideia de harmonia entre patrões e operários. O crucifixo, portanto, recuperava na memória dos trabalhadores dogmas religiosos do Cristianismo. Sobre o assunto ver Lenharo (1986).

A força da representação dar-se-á por meio da capacidade de mobilização conferida ao signo representado, além do reconhecimento e da legitimidade social conquistada. Para isso, incorpora regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade. Nesse sentido, conforme Pierre Bourdieu (2006), o real é definido como um campo de forças para definir a própria realidade. No entanto, para Sandra Pesavento (2008), as representações não configuram uma cópia deste real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas sim uma construção feita a partir dele, envolvendo, essencialmente, processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão.

Em cada época, portanto, os indivíduos constroem representações para lhes conferir sentido ao real. Neste imaginário comportam-se crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construto de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social, produzindo a coesão ou o conflito. Enfim, as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos (PESAVENTO, 2008, p. 58).

Embora a imprensa seja considerada um espaço privilegiado de representações sobre a realidade, sua utilização na pesquisa histórica tornou-se efetiva no Brasil apenas a partir da década de 1970, ao compor, por meio de metodologias adequadas, o campo documental nos estudos históricos. Certamente, desde a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, os jornais, oficialmente, influenciaram o cotidiano de diferentes grupos, em múltiplos aspectos da vida social e política, condicionada, entretanto, pelas formas de produção e leitura. Com o advento tecnológico, porém, o mundo dos periódicos ampliou-se, tornando-se fundamental reconhecer suas funções sociais. Neste sentido, implica ao historiador investigar como os meios de comunicação interagem na complexidade de um determinado contexto, uma vez que se constituem numa das possibilidades de resgatar a participação de grupos sociais, em épocas e lugares específicos.

No entanto, sob influência da chamada “história tradicional”<sup>4</sup>, a imprensa era vista como subjetiva demais, ao ponto de ser desprezada. Por esta concepção, vulgarmente conhecida como positivista, o conhecimento histórico restringia-se fundamentalmente à descoberta da verdade, o que impedia a utilização dos impressos na produção historiográfica. Reconheciam-no como subjetivo e parcial, portanto, falsificador da realidade, o que distorcia, por assim dizer, as imagens do passado. Sobre isso, Tania Regina de Luca escreveu:

---

<sup>4</sup> Entendemos o termo “história tradicional” como aquele caracterizado pelas ideias do historiador alemão Leopold Von Ranke (1795-1886). Ver Holanda (1979).

Os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas enciclopédias do cotidiano continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (DE LUCA, 2010, p. 112)

Restituir os tempos pretéritos neste momento da historiografia impunha ao pesquisador rigor no distanciamento do objeto, tanto em relação à temporalidade quanto à imparcialidade na análise documental, requisitos estes fundamentais para o historiador atingir o conhecimento objetivo e verdadeiro do passado. Neste contexto, a história pretendia ser científica, pautando-se em métodos rigorosos de análise do seu objeto, assim como as Ciências Naturais.

Assim, no século XIX, a história científica rankeana, para a “qual a função do historiador seria a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e, a partir dela, fazer a narrativa histórica” (ALVES; GUARNIERI, 2007, p. 36) não admitia a leitura de outras espécies de documentos senão das fontes escritas oficiais. Conforme Marc Bloch, “a fórmula do velho Ranke é célebre: o historiador propõe apenas descrever as coisas tais como aconteceram” (2001, p. 125). Dessa forma, a mesma se limitaria a documentos escritos oficiais de eventos essencialmente políticos, sobretudo, documentos militares, eclesiásticos e de governos.

Contudo, os eventos não são recortados ou reconstruídos. Deveriam, na verdade, aparecer “tais como são”, na sua integralidade. Por isso, a ideia de que o historiador deveria ter uma visão objetiva dos acontecimentos levou à negação de determinadas fontes, como a imprensa, que não poderia servir à história por ter uma alta carga de subjetividade na maneira como narrava os acontecimentos.

Entretanto, a partir da década de 1930, desde que, erguendo-se contra o paradigma tradicional, Marc Bloch e Lucien Febvre inauguraram a revista *Les Annales*<sup>5</sup>, o uso da imprensa escrita como fonte histórica começou a ser encarado sob outras perspectivas. Sob a influência das Ciências Sociais a corrente inovadora dos *Annales* desprezou o acontecimento, insistindo, pois, na longa duração. Deslocou a sua atenção para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva (BOURDÉ; MARTIN, 1993). Recusaram-se,

---

<sup>5</sup> Para se obter uma análise detalhada das contribuições dos *Annales* na historiografia, bem como sua trajetória ao longo do século XX, ver Burke (1991).

portanto, os objetos tradicionais da história, para dar atenção à vida econômico-social e mental<sup>6</sup>.

Através das propostas de análises históricas difundidas pela *École des Annales*, os estudos históricos receberam novos ares. Ampliaram-se as pesquisas, que passaram a tratar com novos objetos, novos enfoques e métodos, e com outros documentos capazes de responder às problemáticas surgidas na investigação. A partir de então, a noção do que se constituía como fonte histórica ampliou-se e o documento deixou de ser apenas o registro político e administrativo, identificado, assim, em um processo temporal de construção, logo, histórico (ALVES; GUARNIERI, 2007).

Enquanto os historiadores metódicos viam apenas nos documentos oficiais a possibilidade de investigação histórica científica, à procura de uma certeza objetiva, os *Annales*, recusando esta ideia, afirmavam ser o discurso histórico fruto das interferências do historiador, de suas escolhas, de seu olhar. Defendiam o caráter particular das Ciências Humanas, que não podiam ser regidas por leis. O historiador, diante disso, não estaria mais submisso ao documento oficial.

Por meio de problemas, hipóteses e ampliada documentação a história denominou-se conhecimento “cientificamente conduzido” ou, simplesmente, ciência em construção. Apesar disso, mesmo os primeiros *Annales*, não efetivaram imediatamente as potencialidades da imprensa como fonte histórica. Isso porque os estudos deste período fixavam-se, sobretudo, na época medieval, concentrando suas análises às temáticas econômicas e sociais.

Conforme Tania Regina de Luca, na década de 1970 ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos no Brasil que se valiam de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história. De acordo com a autora, embora não fosse nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, relutava-se em mobilizá-la para a escrita da História por meio da imprensa (DE LUCA, 2010). Na verdade, até aquele momento, os historiadores assumiam posturas distintas, haja vista a impossibilidade de adequação dos impressos à categoria de fontes confiáveis, resquício da chamada história tradicional.

Apenas com a “terceira geração” dos *Annales* os caminhos efetivamente se abriram aos impressos. Historiadores pertencentes a esse grupo, incluindo-se Jacques Le Goff, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros, propuseram novas aberturas, problemas e abordagens. Sem negar definitivamente a análise estrutural Braudeliana, os

---

<sup>6</sup> Sobre as principais diferenças entre o paradigma histórico tradicional e dos *Annales*, ver Reis (1996).

analistas da Nova História promoveram um relacionamento íntimo da História com a Linguística, Psicologia e Antropologia, incorporando, nesse sentido, modelos essencialmente interdisciplinares, especialmente em relação à metodologia. Neste contexto, a análise histórica se deslocou para a descontinuidade, a ruptura, o novo, fragmentando-se numa especialização extrema. Segundo Jacques Le Goff e Pierre Nora:

A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história. (LE GOFF; NORA, 1978, p. 12)

A corrente historiográfica dos *Annales*, na década de 1970, alterou o campo de atuação do historiador, conduzindo-o a novos rumos, a trilhar novos caminhos. A utilização dos impressos resultou justamente dessa renovação na própria disciplina. Significa, ao menos, que tais mudanças provocaram rupturas epistemológicas ao conhecimento histórico, constituindo-se, entre outros, uma “revolução documental” (LE GOFF, 2010, p. 531). Assim, antes fonte suspeita, estigma da subjetividade, os impressos tornaram-se fonte reconhecida a partir da reelaboração das concepções historiográficas.

A renovação no campo histórico abriu novas possibilidades, entre elas, o retorno da História Política e a consolidação da História Cultural, permitindo o estudo de antigas e novas temáticas em ambos os campos. Em relação ao político, por exemplo, a abordagem de outrora, ligada ao espectro positivista, invalidou por muito tempo análises profundas sobre o tema. Em contrapartida, a chamada Nova História Política, longe de restringir suas análises a modelos macropolíticos, biográficos, ou mesmo de enaltecimento dos governos, buscou, acima de tudo, romper com esta visão. Valorizou, na verdade, questões relacionadas ao poder por outros prismas, principalmente no que diz respeito aos micropoderes, símbolos políticos e propagandas ideológicas, uma vez que a imposição de normas e valores ligam-se às estruturas de dominação presentes no círculo de disputas simbólicas, como por exemplo, as formas de poder que permeiam o jornal. Neste sentido, as observações de Maria Helena Capelato são ilustrativas:

A história que hoje se impõe afasta-se das anteriores na medida em que coloca o estudo do poder no centro da nova problemática; esse estudo não se confunde com as teorias do Estado e se desenvolve na perspectiva de

interpretação do poder por outros prismas e de reconhecimento de outras formas políticas. (CAPELATO, 1998, p. 25)

Neste imenso contexto, a História Cultural também (re)surgiu. Conforme destacou Peter Burke, “a história cultural, outrora uma Cinderela entre as disciplinas, desprezada por suas irmãs mais bem-sucedidas, foi redescoberta nos anos 1970” (BURKE, 2008, p. 7), especialmente os estudos relacionados ao simbólico. Desse modo, apesar das críticas, principalmente em relação ao seu estreito relacionamento com conceitos pós-modernos, ou mesmo a acusação de ignorar os conflitos sociais, ainda assim, são inegáveis as contribuições da História Cultural para a renovação do campo histórico, uma vez que a noção de cultura, evocada desde Lucien Febvre, tornou-se, particularmente após a década de 1980, viés recorrente na produção historiográfica ocidental.

Dessa forma, a renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa escrita, que passou a ser considerada como fonte documental na medida em que enuncia discursos e expressões, materializando-se como agente histórico que intervém nos processos e episódios.

Os estudos ligados ao poder viabilizaram pesquisas relacionadas à cultura política ou história das representações políticas. Seu retorno permitiu, entre outros, o estudo da propaganda política. Além disso, problemáticas surgidas em processos históricos recentes enquadraram-se, igualmente, na esteira atual da história, especialmente os estudos relacionados à história do tempo presente.

Nesse cenário, devemos considerar que o pesquisador dos jornais “trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só abarca um aspecto de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (DE LUCA, 2010, p. 140). Diante disso, torna-se fundamental, ao analisarmos a imprensa escrita, “relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378). Sendo assim, concordamos com a afirmação do historiador João Carlos de Souza, quando diz que “ao trabalharmos com o discurso da imprensa e sua linguagem, não se trata de trazer o exótico, o inexplorado, ou num conjunto de seu vocabulário, mas de desvelar o nível básico das relações entre os homens” (SOUZA, 2003, p. 224).

Conforme os historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, “o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 337). Pressupõem-se, então, ao historiador da mídia impressa, métodos e tratamento adequados à documentação periódica, além de aguda reflexão teórica, pois, ao analisar o discurso da imprensa, devemos considerar que o próprio discurso não se separa do enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas, visando permitir uma interpretação. Afinal, a compreensão do passado se faz por meio de fontes. Significa que o historiador apropria-se dos documentos para a construção de narrativas, por isso, tornou-se fundamental situar o contexto onde a história traçou novos caminhos, incluindo-se, dessa forma, os impressos na historiografia.

Por fim, é necessário que a história produzida por nós historiadores diferencie-se da memória, categoria esta presente nos impressos. No entanto, este é um processo complexo, pois o pesquisador vai tentar a leitura dos códigos de outros tempos, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe (PESAVENTO, 2008). Sendo assim, “o ‘como ler’ deve levar em conta fundamentalmente que todas as representações são construções. Nesse sentido, devemos nos perguntar com que finalidades são construídas, quem são seus interventores e quais suas componentes” (ZORZARTO, 1998, p. 24), porque antes mesmo de negar a figura subjetiva do historiador é necessário desdobrar-se na própria subjetividade dos documentos.

Para isso, torna-se necessário, neste estudo, identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial do periódico. Além disso, reconhecer os colaboradores mais assíduos do jornal, atentando para a escolha dos títulos e para os textos programáticos, assim como investigar suas ligações cotidianas com os diferentes poderes e interesses partidários.

Pretende-se, portanto, a partir das considerações expostas, mostrar o *Jornal do Comércio* como instrumento de intervenção na vida política e na modelagem da consciência social de segmentos significativos da sociedade mato-grossense, sobretudo na região meridional, atual Mato Grosso do Sul. Trata-se de investigar as condições e o contexto em que o referido periódico veiculou discursos acerca do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, relacionando-se os interesses locais com as formas de propaganda política do governo Getúlio Vargas no período final do Estado Novo. Dessa maneira, procura-se estudar

o *Jornal do Comércio* como agente da história, captando-se o movimento vivo das ideias e personagens que circulavam pelas páginas do impresso. Sendo assim, não se trata, por exemplo, apenas de dizer que a mídia pode determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas interpretar por que isso acontece num espaço social considerado, com determinadas especificidades, que difere profundamente do que ocorre em outro espaço com historicidade diversa.

A estrutura deste trabalho está dividida em três capítulos, subdivididos em tópicos. No primeiro, intitulado “O *Jornal do Comércio*: articulações político-partidárias em Mato Grosso (1930-1945)” apresento a trajetória política do impresso e de seu proprietário no cenário político local. Para isso, analisei a influência do jornal no interior das elites do Estado de Mato Grosso, destacando, sobretudo, seu envolvimento em torno de questões nacionais a partir da ascensão do presidente Getúlio Vargas ao poder. Neste tópico, tratei do posicionamento do diretor-proprietário do *Jornal do Comércio*, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, nos episódios da Revolução de 1930 e no movimento constitucionalista de 1932, bem como os reordenamentos e rearranjos que marcaram o discurso do jornal nesta época. Concluí, portanto, que por suas atribuições funcionais e cargos em órgãos de classe, o intelectual José Jayme Ferreira de Vasconcelos participou ativamente da construção de ideias e representações dentro do cenário político regional. Por fim, salientei o projeto político das elites mato-grossenses no conjunto da nação, integrado com as práticas e conceitos do Estado Novo, pois certamente a problemática territorial – terrenos incultos, gente bárbara, isolamento, dispersão, ausência de sociabilidade, entre outros aspectos – era também um obstáculo de peso a interpor-se no caminho das elites do Estado. Assim, uma das bases para romper com esta visão era a manutenção política e territorial, a ser garantida pela presença do Estado, de suas instituições e de seus mecanismos de persuasão e coerção, em todo o vasto território do país. Discuti, ainda, a formação intelectual do jornalista e proprietário do *Jornal do Comércio*, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, no âmbito do pensamento intelectual brasileiro das primeiras décadas do século XX, marcado pela presença de intelectuais como Oliveira Viana e Azevedo Amaral, posteriormente ideólogos do Estado Novo. Assim, relacionei a influência dessas ideias no posicionamento do jornal durante a guerra e mesmo antes, inclusive com o integralismo. Todavia, saliento que, ao tratar dos discursos do *Jornal do Comércio*, não é possível deixar de lado o fato de as representações elaboradas pelo impresso

terem sofrido algumas restrições no campo político, particularmente durante o regime autoritário do Estado Novo, por meio dos órgãos de censura.

No segundo capítulo abordo a política de mobilização nacional em Mato Grosso pelas páginas do *Jornal do Comércio* durante a Segunda Guerra Mundial. Intitulado “Guerra e Imprensa: o discurso de mobilização nacional em Mato Grosso pelas páginas do *Jornal do Comércio*”, pontuo, a partir dos limites impostos pelos órgãos de censura do Estado Novo, o discurso de mobilização como parte integrante da lógica intervencionista e autoritária do governo, articulada com interesses locais de inserir a região no esforço de guerra nacional. Nesse sentido, a guerra serviu para legitimar a própria ideia inicial do Estado Novo, de transformar a nação em um bloco sólido e coeso, negando-se as pluralidades do campo social, utilizando-se, para isso, da imprensa. Neste cenário, a noção de pertencimento foi útil não só para escamotear as desigualdades sociais existentes na sociedade local, mas também para unir facções políticas rivais, em torno de um mesmo projeto de constituição de uma identidade própria. Sendo assim, as dimensões propriamente políticas, criações simbólicas que procuraram cimentar uma perene coesão, constituíram-se num todo indissociável. As relações de poder, dessa maneira, foram mascaradas na medida em que a sociedade era tida como uma vida em harmonia, onde todos cumprem seus papéis previamente estabelecidos, a partir de relações de compromissos. Assim, pude notar que a propaganda sobre Mato Grosso estava intrinsecamente ligada à ideia de que os governos Federal, Estadual e Municipal, representados após o Estado Novo por Getúlio Vargas, Julio Müller e Vespasiano Martins, respectivamente, caminhavam juntos, em conformidade. Nesse contexto, não podemos esquecer que o jornal vendia (e vende) uma mercadoria muito especial, capaz de despertar simpatia e oposição, mobilizar e levar à ação política, mas que também deveria infundir confiança aos que percorriam as páginas.

No terceiro e último capítulo procurei descrever a campanha da Força Expedicionária Brasileira na guerra publicada pelas páginas do *Jornal do Comércio* analisando-a como parte de um projeto de legitimação do Estado Novo. Assim, de maneira geral, constata-se que as notícias sobre o envolvimento do Brasil na guerra se acentuaram depois que o país entrou de fato no conflito ao lado dos países aliados, em agosto de 1942. Diante disso, observa-se que os anos de Estado Novo e da guerra, entre 1937 e 1945 – culminando em 1944 quando a FEB foi enviada à Itália –, significaram inclusão controlada e mobilização negociada com as classes médias e altas e violenta intervenção e mobilização militar sobre a população pobre,

operários e imigrantes. Portanto, a ideia de que o povo brasileiro deveria estar unido, vigilante, mobilizado e forte a fim de dar condições para que o governo continuasse agindo com sabedoria nas horas graves e, posteriormente, para que os soldados brasileiros combatessem com mais bravura, sabendo que seu país estaria em paz e unido, propagada pelo governo, foi incorporada por parte da elite, como forma de representar o novo homem brasileiro. Concluí, nesse cenário, que as notícias divulgadas pela imprensa acerca da atuação da Força Expedicionária Brasileira serviram aos interesses disciplinadores do Estado Novo, como forma de estruturar as diretrizes ideológicas do governo, nas quais a ideia de amor à pátria e sacrifício pela nação, com soldados treinados e bem equipados, era condição fundamental para a edificação de um novo país. Além disso, serviram também aos interesses locais, com vistas a afastar e elevar a região, além de manter as estruturas de dominação através do discurso de mobilização e esforço de guerra.

## CAPÍTULO 1

### **O JORNAL DO COMÉRCIO: ARTICULAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS EM MATO GROSSO (1930-1945)**

#### **1.1 O DIRIGENTE INTELECTUAL NA IMPRENSA DO INTERIOR**

Fundado na cidade de Campo Grande, em 13 de abril de 1921, o *Jornal do Comércio* circulava diariamente na porção sul do Antigo Estado de Mato Grosso. Editado inicialmente como semanário, constituiu-se como o terceiro maior veículo impresso do Estado. De acordo com Paulo Coelho Machado, a oficina do jornal se localizava na Rua Santo Antônio (atual Calógeras), n.º 4. A partir de 1927, quando se tornou diário, mudou de endereço para a Avenida Afonso Pena, n.º 2-A (MACHADO, 2000, p. 171-172).

Seu diretor-proprietário, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, formou-se profissional nas áreas jurídica, literária e jornalística, destacando-se como um importante intelectual<sup>7</sup> mato-grossense dos anos 30 e 40 do século XX. Em *A Grande Avenida*, o memorialista Paulo Coelho Machado descreveu o jornalista como “um homem pequeno, ereto, empertigado”, que viera do Rio de Janeiro para Campo Grande em 1917. Advogado de bons conhecimentos jurídicos e humanísticos (MACHADO, 2000, p. 174).

Para Demosthenes Martins, o que marcava a postura do intelectual era a “ginga de mulato, cor de azeitona, cabelos lisos, lépido, prazenteiro... Era de fato uma inteligência fascinante, um esfuziante *causer* que malbaratava sua vida na boemia e se comprazia em se mostrar um verdadeiro príncipe do exotismo” (MARTINS, 1980, p. 81).

---

<sup>7</sup> Para a definição de intelectual nos apropriamos daquela de Jean-François Sirinelli, onde há duas acepções do termo, “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”. Para essa pesquisa, os jornalistas podem ser categorizados na primeira acepção, já que estes são o principal canal de interlocução entre o Governo e o público leitor. Eram, segundo uma perspectiva gramsciana, produtores de consenso na sociedade civil, e seu papel fora decisivo para a consolidação da hegemonia estatal, que desembocaria no Estado Novo. Sobre o assunto ver Sirinelli (2001).

Segundo o *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, de autoria do memorialista Rubens de Mendonça<sup>8</sup>, José Jayme Ferreira de Vasconcelos nasceu no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), em 16 de fevereiro de 1888. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro; e Farmácia, pela Faculdade de Odontologia e Farmácia de Campo-Grande. Exerceu os cargos de Promotor de Justiça, Inspetor Federal do Ensino, Auditor de Guerra, Deputado Estadual, Procurador Geral do Estado de Mato Grosso, Presidente do Conselho Administrativo do Estado, Chefe de Polícia de Mato Grosso, Consultor Geral do Estado e representante de Mato Grosso na Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia. Foi membro-correspondente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Paraense de Letras, do Instituto do Ceará; membro efetivo da Academia Mato-Grossense de Letras (cadeira nº35) e do Instituto Histórico de Mato Grosso, membro de honra da “Société Academique d’Histoire Internationale”, de Paris; sócio efetivo da Associação Brasileira de Imprensa, da Associação Paulista de Imprensa, da Associação da Imprensa Mato-Grossense, e do Rotary Club de Campo Grande. “Officier de l’Instruction Publique”, da França, Cav.-Uf. da Ordem da Coroa, da Itália; Oficial da “Ordem Nacional de Mérito”, do Paraguai; Cavaleiro da “Ordem de Isabel la Católica”, de Espanha; Oficial da “Ordem Del Condor de los Andes”, da Bolívia; Comendador da Ordem Nacional do Mérito no Brasil. Recebeu condecorações pelos governos da França, Espanha, Itália, Paraguai e Bolívia. Em 1949, representou a Associação de Imprensa Mato-Grossense e a Ordem dos Advogados no 3º Congresso Jurídico. Foi ainda Vice-Cônsul da Bolívia, em Campo Grande.

Publicou diversas obras no campo jurídico e textos de opinião, utilizando, por diversas vezes, o pseudônimo de Fausto Brasil. Trabalhou como colaborador em revistas e jornais do país, dentre eles: “Gazeta da Tarde”, “A República”, “O Tempo”, “Diário Ilustrado”, “A Razão”, “Brasil Industrial”, todos do Rio de Janeiro; “Correio Mercantil”, de Juiz de Fora, “Estado de Minas”, “Folha do Dia”, de Belo Horizonte; “o Debate”, de Cuiabá, “Diário da Tarde”, de Corumbá, entre outros (MENDONÇA, 1971, p. 157-158).

O fato de o jornalista pertencer ao quadro de sócio-efetivos do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML) revelou um perfil

---

<sup>8</sup> “Como toda a obra de Rubens de Mendonça é de vulgarização, seus livros têm em comum a intenção de reforçar a lembrança de pessoas, lugares e acontecimentos considerados importantes para a memória local” (ZORZATO, 1998, p. 9).

intelectual ligado aos objetivos da elite política do Estado, visto como aquele capaz de captar, de modo mais direto e imediato, as aspirações dos grupos dominantes. Em 18 de março de 1944, o próprio *Jornal do Comércio* noticiou sua indicação para o IHMT: “Eleito o Dr. Jayme F. de Vasconcellos para membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso” (*Jornal do Comércio*, 18/03/1944).

Na Academia Mato-Grossense de Letras, a solenidade para incorporá-lo ao quadro dos imortais ocorreu no dia 20 de janeiro de 1945, em Cuiabá.

Conforme vínhamos anunciando, tomou posse sábado, à noite, da cadeira para a qual fora eleito na Academia Mato-grossense de Letras, o periodista e escritor, dr. José Jaime Ferreira de Vasconcelos, do mundo cultural e jornalístico de Campo Grande. A sessão de posse do novo imortal mato-grossense revestiu-se de insólito brilhantismo, reunindo toda a elite intelectual da Capital e sendo realçada pela presença de S. Excia. Revma. o Sr. Arcebispo de Cuiabá, Dom Francisco de Aquino Correia, membro da Academia Brasileira de Letras e Presidente de Honra da Academia Mato-grossense. (*Jornal do Comércio*, 25/01/1945)

De acordo com Carlos Amarilha, o Instituto Histórico de Mato Grosso, fundado em 8 de abril de 1919, em razão das comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá, constituiu-se num órgão de reelaboração identitária mato-grossense, com o objetivo de redefinir uma nova identidade regional, até então estigmatizada. Para ele, “os sócios do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) preocupavam-se em registrar e descrever episódios, lugares e personagens considerados importantes no cenário político estadual, para engrandecer a terra mato-grossense” (AMARILHA, 2006, p. 33). Segundo Amarilha, o Instituto Histórico de Mato Grosso, desde a sua fundação, serviu “como um órgão respeitável dentro da elite mato-grossense e de influência nas administrações públicas” (2006, p. 37), responsável, então, por elaborar uma identidade coesa, destacando Mato Grosso no cenário nacional.

Para a historiadora Lylia Galetti, outra expressão significativa deste desejo de unificação e formação identitária, foi à fundação do Centro Mato-grossense de Letras (CML), em 7 de setembro de 1921. “Reunindo grande parte do mesmo grupo de intelectuais que havia fundado o IHMT, o principal objetivo do CML era promover e incentivar a cultura literária no Estado de Mato Grosso” (GALETTI, 2000, p. 312). Conforme observou Carlos Amarilha, o Centro Mato-Grossense de Letras (CML), posteriormente Academia Mato-Grossense de Letras (AML), “tinha como missão criar uma literatura regional que divulgasse a beleza

natural de Mato Grosso e a sua história de conquistas épicas e de brasilidade”. Para isso, “mobilizou parte da elite intelectual da capital de Mato Grosso para difundir e viabilizar uma literatura mato-grossense e edificar a terra natal (Cuiabá) como sendo diferente das outras capitais brasileiras” (AMARILHA, 2006, p. 38).

De acordo com as informações de Lylia Galetti, entre os anos de 1918-1922, houve inúmeras manifestações culturais que exaltavam o território mato-grossense, assim como sua população, iniciativa que tentava afastar o “estigma da barbárie”. Os principais esforços, nesse sentido, deram-se pela fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso (1919) e o Centro Mato-Grossense de Letras (1921), ambos voltados à preservação da memória e incentivo às tradições culturais e literárias da região (GALETTI, 2000, p. 273). Diante desse quadro, a pesquisadora afirmou que os esforços de tornar Mato Grosso conhecido no âmbito nacional, “a fim de sintonizá-lo com o mundo civilizado” (2000, p. 258), assumiu grande relevância, tornando-se uma constante na prática e nos discursos de intelectuais e dirigentes mato-grossenses. Sendo assim, o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-Grossense de Letras expressavam aspectos da história local, salientando, por meio de jornais, livros e revistas a importância da região na composição da história nacional, garantindo, desta maneira, a construção de uma memória histórica regional que assegurasse o poder de mando à capital Cuiabá. Portanto, conforme escreveu Carlos Amarilha:

[...] a implantação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e do Centro Mato-Grossense de Letras (CML), depois Academia Mato-Grossense de Letras (AML) permitiu, para os sócios dessas entidades, divulgar e publicar uma imagem nortista pelos anos subsequentes, sempre construindo uma literatura e uma história dos que desejavam ser vistos, privilegiando Cuiabá como cidade-mãe de Mato Grosso. (AMARILHA, 2006, p. 49)

Ao mesmo tempo, os grupos políticos sediados na porção sul do Estado, particularmente em Campo Grande, rejeitavam a visão de Cuiabá como “cidade mãe dos mato-grossenses”, especialmente após os anos 30 do século XX. Segundo as pesquisas de Carlos Amarilha, “determinados políticos, fazendeiros e intelectuais campo-grandenses (incluindo os estudantes universitários que estudavam em grandes centros) criaram uma certa ‘rejeição à dominação cuiabana’” (AMARILHA, 2006, p. 52). Para Lylia Galetti houve, inclusive, “indícios muito fortes de que as elites sulistas exploraram a seu favor alguns dos componentes chaves da identidade estigmatizada” (GALETTI, 2000, p. 266). De acordo com a pesquisadora, desde o século XIX criaram-se imagens negativas do território mato-

grossense. Ao analisar relatos de viajantes, a autora observou as concepções pejorativas dadas à região, sinônimo de lugar atrasado e incivilizado. Diante disso, as elites (norte e sul), representadas pelos intelectuais, promoveram investimentos significativos e organizados no sentido de fortalecer uma nova identidade local, cujos traços teriam origem no passado, identificáveis no presente, assegurados pelo progresso no futuro.

Neste território de disputas e (re)afirmações políticas a figura contraditória de José Jayme Ferreira de Vasconcelos emergiu. Pois, “assim como os intelectuais do IHMT, a propaganda local contida nos periódicos atuou a fim de conciliar Mato Grosso e a ideia de integração nacional” (ANDRADE, 2011, p. 67). Com isso, segundo escreveu Fernanda Chaves de Andrade, “o *Jornal do Comércio*, que tinha como diretor um membro da elite intelectual campo-grandense, de certa forma viu uma oportunidade de promover a região como moderna, em conformidade com as mudanças que se passavam no restante do país” (2011, p. 82). Sendo assim, conforme expressou a autora:

Os periódicos e o poder público do antigo Estado de Mato Grosso investiram em tentativas de se extinguir o “estigma da barbárie” que a região carregava perante as outras regiões brasileiras. Assim como intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHMT), criado em 1919, a imprensa campo-grandense buscou pôr fim ao estereótipo negativo que o Estado carregava. (ANDRADE, 2011, p. 69)

O jornalista, como observado, possuía formação intelectual e destacado currículo. Por ter estudado no Rio de Janeiro, à luz dos debates político-ideológicos da época, diversas correntes de pensamento, em especial o conservadorismo, influenciaram sua visão acerca do papel do intelectual na sociedade. Desde os anos 1920 a intelectualidade brasileira já vinha se ocupando em diagnosticar as causas dos problemas nacionais, propondo alternativas e reinterpretando soluções diante do que consideravam ser a realidade nacional.

A partir dessas convicções, o jornalista José Jayme Ferreira de Vasconcelos apresentou-se atuante em questões relativas à política regional mato-grossense, relacionando-se abertamente com diferentes setores da elite dominante, envolvendo-se, por isso, ativamente em episódios importantes da história nacional, dentre eles a transição da República Velha para a Era Vargas e o movimento constitucionalista de 1932, processos que, segundo Fernanda Chaves de Andrade (2011), não somente marcaram a trajetória do jornalista como repercutiram em terras mato-grossenses, especialmente a partir de 1930, ao assumir, nomeado

pelo então Interventor Aníbal de Toledo, a Subchefatura de Polícia de Mato Grosso, fato esse que o ligou diretamente ao contexto agitado da Revolução de 1930.

Nas eleições presidenciais de 1930, Getúlio Vargas, candidato pela Aliança Liberal, recebeu forte apoio da região sul do Estado. Em contrapartida, o norte manteve-se alinhado à candidatura oficial de Júlio Prestes, incluindo, obviamente, pelas atribuições do cargo, José Jayme Ferreira de Vasconcelos. Mesmo após a derrota “nas urnas”, de Getúlio Vargas, o sul de Mato Grosso continuou a apoiá-lo, com o desfecho final na Revolução de 1930. Para o historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz (2007), a sucessão presidencial de 1930 constitui-se na primeira oportunidade concreta das lideranças sulistas se consolidarem como expressão política no Estado. Nesta época, segundo o pesquisador, as articulações acerca da divisão do Estado tornaram-se agudas. Foi justamente nesse cenário, marcado por tensões, disputas e reordenamentos na política nacional e regional dos anos 1930 e 1940 que a circulação do periódico *Jornal do Comércio* ocorreu.

Portanto, como qualquer outro veículo de comunicação que se articula como um privilegiado espaço de construção de representações, o impresso, fundado em 1921, em Campo Grande, expressou em seu conteúdo mais do que simples editoriais, matérias, notas ou anúncios publicitários. Devidamente contextualizado, o periódico revela parte da história, da ideologia e da cultura da localidade em que esteve inserido em um determinado período histórico (SILVA, 2007). Além disso, a preferência pelas pesquisas e estudos da chamada grande imprensa, concentrada nos grandes centros urbanos, acabou por relegar a um segundo plano os jornais locais, como se tivessem pouca ou nenhuma relevância no contexto da atividade jornalística, o que torna oportuna a presente pesquisa, uma vez que o jornal impresso, como veículo de comunicação, tem sua importância ressaltada não somente como fonte para se contar a história, mas também como um instrumento de preservação da memória coletiva.

Como mídia, o jornal se apresenta como um elemento concreto da memória social, reunindo histórias escritas por profissionais, segundo as convenções jornalísticas de um determinado período. O jornal do interior, por sua vez, desempenha um papel ainda mais particular frente ao leitor. Ao possuir uma convivência próxima do receptor, o jornal local caracteriza-se como um instrumento fundamental na conquista da população (SILVA, 2007). Portanto, era por meio de representações construídas que a população de Campo Grande, receptora das mensagens publicadas pelo *Jornal do Comércio*, tomava conhecimento dos

assuntos nacionais e internacionais. Apesar de existirem outros poucos jornais na região, o periódico de José Jayme Ferreira de Vasconcelos era o de maior tiragem e abrangência. Não obstante, era comum que o produto final veiculado nas páginas do jornal fosse composto de representações construídas sobre outras representações, já que o veículo se pautava, especialmente durante o Estado Novo, por informações oriundas de agências e/ou veículos internacionais.

Nesse cenário, ao contrário do leitor da capital, que tem outros meios de informação sobre sua comunidade, o habitante do interior escolhia o próprio jornal de sua cidade para saber o que ocorria ao seu redor, no seu mundo. Assim sendo, é no jornal local que o morador busca e encontra, numa linguagem acessível e própria, aquilo que interessa para o seu dia a dia. É ainda este tipo de imprensa a principal fonte de informação e o melhor ponto de encontro de quem quer comercializar ideias em âmbito local. Nada substitui a visão local. Há um processo natural de identificação do leitor com o jornal de sua cidade, independentemente de sua linha editorial, já que é esse o veículo que informa o que interessa mais de perto a seus leitores. Os grandes meios impressos não eliminam os pequenos jornais porque não têm condições de atender algumas de suas funções, principalmente a divulgação das reivindicações da comunidade, além de expressar seus valores, numa autêntica demonstração de veículos comunitários (SILVA, 2007).

Desse modo, o jornal local não pode ser visto, a exemplo da grande imprensa, como um estranho que fala à comunidade, mas como um serviço ativo e participante da própria comunidade. Sem as características da comunicação de massa, mantém ainda o nível da comunicação oral, direta, fato que é rotulado pelos que não convivem com essa realidade com a expressão “provincianismo”. De acordo com Wilson da Costa Bueno, pelo seu perfil próximo ao comunitário, o jornal das cidades do interior tende a se distanciar da grande imprensa (nacional ou regional), que por outro lado possui como tendência o tratamento de assuntos mais gerais, não específicos de uma ou outra realidade (BUENO, 1977, p. 50). Na imprensa local as notícias externas constituem uma parcela pouco representativa no espaço editorial. Além disso, embora a quantidade de espaço dedicado às questões nacionais e internacionais seja limitada, tratam de retratá-lo sob um ponto de vista local com grande sensibilidade e rapidez. Diante disso, a imprensa local, na época aqui tratada, se caracterizava por ser uma imprensa mais opinativa do que informativa, que discutia todos os problemas, intrometendo-se nos bastidores da política, provocando os adversários, denunciando e

reclamando. Portanto, não é difícil compreender a importância da imprensa local na formação e no crescimento das cidades e sua influência no rol de relações sociais localmente estabelecidas (SILVA, 2007).

## **1.2 REORDENAMENTOS E ALIANÇAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS EM MATO GROSSO: O JORNAL E O PODER**

Nas primeiras décadas do século XX Mato Grosso caracterizava-se pelo latifúndio, especialmente as usinas de açúcar ao norte e a pecuária e a erva-mate no sul. Por aproximadamente dois séculos o controle político do Estado se manteve nas mãos da elite nortista, contudo, nos anos 1920, a situação começou a se inverter. A porção sul, sem potencial aurífero e escassamente povoada, somente após a Guerra do Paraguai desenvolveu características econômicas e militares, articulando-se com outros centros pela Bacia do Prata. Apesar disso, o governo da Província de Mato Grosso assegurou a posse das terras na região meridional, sobretudo os Campos de Vacaria, área habitada por indígenas e paraguaios.

A partir de 1870, com o término da Guerra do Paraguai e a liberação da navegação pelos rios da região, a cidade de Corumbá se desenvolveu, rivalizando, a partir de então, com a capital Cuiabá. Este fato permitiu a Corumbá acesso aos grandes centros comerciais, transformando-se em um importante entreposto comercial do Estado. Além disso, os antigos postos militares, instalados em decorrência da guerra, consolidaram a ocupação na região. Os militares retornaram com suas famílias e se fixaram em grandes propriedades de terra. Desse modo, posterior a 1870, a região sul de Mato Grosso recebeu grande contingente populacional, instalados em latifúndios para a atividade agropecuária. Diante disso, além da cidade de Corumbá, outras regiões, em função da pecuária e da atividade ervateira, concentraram, na porção mais ao sul, grandes fluxos migratórios. Aliás, o ciclo ervateiro, pela proporção da Companhia Matte Larangeira, provocou grandes deslocamentos populacionais para o lugar de cultivo, além da instalação de pequenos proprietários na região.

Já a pecuária constitui-se em uma das maiores riquezas no sul do Estado, atraindo brasileiros e estrangeiros para a região, interessados na indústria pastoril. Sendo assim, a importância socioeconômica e política do sul de Mato Grosso se acentuou na medida em que ocorreu a sistematização da criação do gado, a posse da terra e a formação de vilas e de

cidades. Concomitante a esses fatores ocorreu a instalação da Companhia Matte Larangeira e a ligação, via férrea, entre o sul de Mato Grosso e São Paulo (WEINGARTNER, 2002, p. 22).

Em 1914 a chegada da ferrovia ligando Bauru a Porto Esperança permitiu a ligação do sul do Estado aos grandes centros, especialmente São Paulo. O término da construção do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, trouxe rápido crescimento econômico e populacional à região, especialmente a Campo Grande. Neste contexto, a cidade tornou-se um importante entreposto comercial de produtos vindos dos grandes centros industrializados do país. A capital Cuiabá, nesta época, permanecia em ligeira estagnação. Desse modo, na década de 1920, Campo Grande destacou-se como força econômica e posteriormente política na região, despontando como uma economia disponível no Estado, que substituiu a antiga e decadente economia mineradora do centro-norte de Mato Grosso. O progresso econômico de Campo Grande foi descrito também pelo *Jornal do Comércio*, todavia, de maneira incisiva, somente após os primeiros anos da década de 1940.

Campo Grande, cidade do trabalho e do progresso

Muito se tem dito e escrito sobre o progresso desta nossa atraente cidade de Campo Grande. O que se observa a cada instante por estas largas e bem traçadas ruas é prova eloquente de que não têm sido em vão as palavras que se vêm pronunciando nem a tinta que se vem gastando a respeito do nosso incessante caminhar, da nossa carreira para o progresso urbanístico. O sr. dr. Vespasiano Martins, prefeito do município – justo é que se diga e a imprensa focalize em letras de forma – está se esforçando para o embelezamento da cidade que governa. (*Jornal do Comércio*, 29/07/1942)

Apesar da prosperidade da região sul do Estado, Cuiabá continuava a ser o centro político-administrativo de Mato Grosso, de onde os coronéis nortistas controlavam os mecanismos de mobilização política e administrativa, e influenciavam diretamente os órgãos públicos em benefício de seu grupo.

Conforme observado, o estímulo dado pela ferrovia ampliou a potencialidade econômica de Campo Grande. Segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz, seus efeitos tornaram-se mais claros, sobretudo na “forma de rápido crescimento econômico e populacional”, inclusive concentrando “as principais lideranças políticas do sul, até então sediadas na cidade de Nioaque” (QUEIROZ, 2007, p. 144). Além disso, outro fator importante para o fortalecimento da cidade foi a transferência da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande, em 1921. As causas dessa transferência não estão bem esclarecidas, seja pela

instabilidade que caracterizava a região sul ou por causa da importância econômica que Campo Grande passou a desfrutar.

Para Maria Manuela de Novis Neves (1988), porém, o importante é que Campo Grande assumiu o status de capital militar, firmando-se como o centro catalisador de toda a região sul, agora acessível por via férrea. Conforme a autora, é a partir da circunstância dessa instalação militar que se tem visto a repercussão, em Mato Grosso, de movimentos como o Tenentismo e a Coluna Prestes, com uma clara atribuição desestabilizadora da ordem pública, pois “é nesse momento que começa a ser sinalizada a futura ameaça à ruptura da hegemonia política do norte”, [...] “embutido na própria ideologia revolucionária ou militar dos movimentos pós-20” (NEVES, 1988, p. 108).

A interação entre mato-grossenses do sul e militares e o constante remanejamento destes últimos, segundo Neves, possibilitaram a renovação de ideias, especialmente através do pensamento progressista dos tenentes, contribuindo para a formação de novas lideranças urbanas, não raro vinculadas às famílias oligarcas e de ascendência rural.

O agrupamento das unidades militares em Campo Grande incentivou, inclusive, a participação do sul do Estado em importantes episódios nacionais, como a Revolução Constitucionalista de 1932. Naquele momento ocorreram significativas rupturas nas facções políticas do Estado. O caráter moderno do sul, devido ao desenvolvimento econômico e urbano, favoreceu o fortalecimento de novas lideranças no cenário estadual, especialmente em Campo Grande. A cidade tornou-se um importante centro para as oligarquias que pretendiam um espaço político na administração estadual, onde os grupos econômicos – pecuaristas, industriais, comerciantes, agricultores, artesãos – participavam desse desenvolvimento e das atividades políticas (WEINGARTNER, 2002). Desse modo, para Maria Manuela de Novis Neves:

[...] embora obedecendo a um mesmo modelo colonizador, as duas regiões-polo de Mato Grosso seguiram processos diferenciados e sofreram ritmos evolutivos desiguais, em parte decorrentes do padrão de ocupação, em parte de suas características peculiares. O fato é que se produziram resultados nem sempre homogêneos no mesmo espaço federativo e isto sem dúvida pode ter legitimado a ideologia separatista. (NEVES, 1988, p. 66)

Significa, portanto, que após a instalação da ferrovia, Campo Grande centralizou gradativamente, na região sul do Antigo Estado de Mato Grosso, as principais atividades econômicas e políticas. Sua condição de entreposto comercial propiciou-lhe outra condição, a

de polo irradiador de ideias, porque, além de situar-se fora da zona de arrendamento da Matte Larangeira, sua localização contribuiu para a implantação da ferrovia, atendendo, dessa maneira, seus objetivos econômicos e estratégicos (WEINGARTNER, 2002, p. 27).

Na época, as elites localizadas na porção sul, almejavam espaço na representação política do Estado. A própria arrecadação tributária tornou-se o termômetro que indicava e acentuava a importância econômica da região para a economia de Mato Grosso, aparecendo como escopo das reivindicações sulistas. Nesse sentido, o manifesto dos divisionistas reafirmou o discurso oposicionista: “Quem dá a Mato Grosso o pouco recurso financeiro que tem – é o Sul”, pois [...] “concorremos com muito mais de dois terços das rendas públicas” (*A Divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon, 1934, p. 14-15*).

As aspirações políticas da elite sulista, em relação à participação na administração estadual, resultaram no envolvimento da região no processo de ascensão de Getúlio Vargas ao poder. A sucessão presidencial, em 1930, apresentou-se como uma grande oportunidade para as elites do sul conquistarem espaço político no Estado. Por isso, o episódio conhecido como Revolução de 1930, repercutiu intensamente em Mato Grosso, inclusive com a participação ativa de José Jayme Ferreira de Vasconcelos e, por conseguinte, de seu jornal.

Atuando como Subchefe de Polícia do Estado, o advogado e jornalista integrou, na Revolução de 1930, a elite nortista, exercendo ativamente suas atribuições. Ligado a interesses políticos cuiabanos perseguiu e prendeu membros da Aliança Liberal em Mato Grosso. Nesse cenário, o *Jornal do Comércio* serviu como palco das aspirações políticas do grupo ligado ao intelectual. Seu objetivo era garantir a estabilidade política e os privilégios oligárquicos da região norte no Estado. Segundo Fernanda Chaves de Andrade:

Essa repressão aos aliancistas se deu no período de 5 a 24 de outubro de 1930, isto é, sob o regime do “estado de sitio” da Revolução de 1930, em que as autoridades policiais do Estado se impunham o dever, conforme o entendimento oficial com o alto Comando da Circunscrição Militar da região, de assegurar completa ordem na cidade, impedindo quaisquer pronunciamentos que a pudessem perturbar. (ANDRADE, 2011, p. 30)

Porém, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder o resultado foi a prisão de José Jayme Ferreira de Vasconcelos. As perseguições aos aliancistas por ele realizadas, como Subchefe de Polícia, levaram-no a ficar detido por cerca de dois meses, além de ter seus bens confiscados e o seu jornal fechado. Na verdade, quase todos que atuaram ao lado do Governador Aníbal de Toledo, que apoiou a candidatura de Júlio Prestes, adversário de

Getúlio Vargas nas eleições de 1930, foram punidos. No livro de memória *A Grande Avenida*, Paulo Coelho Machado descreveu o episódio:

Em 1930, [José Jayme Ferreira de Vasconcelos] dava apoio ao Governador do Estado, Aníbal de Toledo, à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República. Com a vitória da Revolução de outubro daquele ano, que colocou Getúlio Vargas na chefia da Nação em substituição de Aníbal de Toledo pelo interventor Antonino Mena Gonçalves, o *Jornal do Comércio* foi empastelado pelo povo, que também arrancou recente placa de Aníbal de Toledo da Rua 14 de Julho, dando-lhe o nome de João Pessoa. (MACHADO, 2000, p. 172)

Antonino Mena Gonçalves, primeiro interventor nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, encarregou-se de prender os opositores. Dessa maneira, enquanto importantes órgãos da imprensa do Brasil<sup>9</sup> prestaram apoio à Aliança Liberal, como um índice do desgaste do sistema político vigente, o *Jornal do Comércio* manteve-se alinhado à oligarquia dominante no Estado, alheia às transformações políticas.

O Coronel Antonino Mena Gonçalves, nomeado Interventor de Mato Grosso, obteve, segundo Demosthenes Martins, grande recepção popular em Campo Grande, onde foi empossado no cargo pelo comandante da Circunscrição Militar. Da mesma forma, em Cuiabá, sede do governo, o Coronel Antonino foi recepcionado por cerimônia festiva, com entusiástica manifestação popular (MARTINS, 1980, p. 94).

Contudo, a participação dos sulistas na Revolução de 1930, não resultou em privilégios políticos no Estado. O novo interventor não agradou a elite política da região. Não por falta de motivos, incluía-se José Jayme Ferreira de Vasconcelos no grupo em desagrado. Nas palavras de Demosthenes Martins:

Aconteceu, porém, que o novo governante, a despeito da brilhante fé de ofício de que era portador e do alto conceito em que era tido pelo Chefe da Revolução e suas mais destacadas figuras, não possuía os predicados exigidos de um governante, máxime em período de transformações, quando se reclamavam homens de grandes qualidades, como era do ideário da Revolução. Mena Gonçalves seria um bom soldado, nunca um bom administrador público. Jejuno de conhecimentos dos graves problemas que angustiavam o Estado, desinteressado, mesmo, por acontecimentos, e questiúnculas locais, logo se tornou objeto de um desentendimento geral. (MARTINS, 1980, p. 94)

---

<sup>9</sup> Getúlio Vargas contou, sobretudo, com o apoio dos jornais de Assis Chateaubriand, do *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Jornal do Commercio*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo*, *A Plateia* e *Diário Nacional*. Sobre o assunto ver Martins; Luca (2012).

A nomeação do interventor Antonino Mena Gonçalves alijou, portanto, as pretensões da elite política sulista. A insatisfação com o novo interventor foi levada inclusive até o conhecimento do chefe da nação. Porém, o efeito não foi o esperado, frustrando, assim, as expectativas sulistas. As classes dominantes do norte do Estado, em contrapartida, após rearranjos<sup>10</sup>, aderiram ao Governo Provisório, mantendo relações influentes com o novo interventor nomeado pelo presidente Getúlio Vargas. Enquanto isso, os líderes da Aliança Liberal em Mato Grosso organizavam-se contra o interventor.

Em 24 de abril de 1931, porém, Getúlio Vargas substituiu o Coronel Antonino Mena por Artur Antunes Maciel. Desse modo, renovaram-se as esperanças dos revolucionários mato-grossenses. Porém, logo elas se desfizeram novamente pela insignificante ação administrativa (MARTINS, 1980, p. 95).

A Aliança Liberal no sul do Estado de Mato Grosso congregou importantes nomes da política local, entre eles estavam: Vespasiano Barbosa Martins, Eduardo Olímpio Machado e Dolor Ferreira de Andrade. Porém, já em 1932, a região tornou-se núcleo de resistência ao presidente Getúlio Vargas, aderindo, posteriormente, na Revolução de 1932, à causa paulista.

Os sulistas, portanto, apoiaram Getúlio Vargas em 1930. Todavia, não correspondidas as suas expectativas, aliaram-se aos paulistas contra o governo provisório, na revolução constitucionalista de 1932. Tal episódio caracterizou-se como o principal movimento contestatório no sul do Estado. A adesão das elites sulistas à causa paulista revelou, sobretudo, as motivações internas, expressão dos contrastes regionais. A influência, identificada na consciência militar de Campo Grande, com a instalação dos quartéis na cidade, contribuiu para a adesão dos grupos locais à reivindicação paulista.

As articulações do movimento de 1932 em Campo Grande manifestaram-se, especialmente, a partir das forças militares. Enquanto isso, a porção norte do Estado permaneceu legalista, isto é, apoiando Getúlio Vargas. O General Bertoldo Klinger, comandante da 9ª Região Militar, sediada em Campo Grande, foi quem, efetivamente, organizou o movimento em Mato Grosso. Não obstante, a motivação separatista não perdeu o

---

<sup>10</sup> Entendemos o termo *rearranjo* na perspectiva proposta por Maria Manuela R. de Novis Neves, ao afirmar que o desenvolvimento econômico em Mato Grosso a partir da instauração da República articulou-se com a formação de elites oligárquicas dominantes e como estas, por sua vez, através de variados mecanismos, engendrando estruturas partidárias que lhes permitissem mantê-las no poder, ainda que permeáveis a novos interesses econômicos e grupos políticos, conseguindo, assim, apesar das mudanças mais gerais por que passou o sistema político, articular-se internamente e usar a estrutura partidária para dar vazão a suas diferenças internas, porém assegurando estabilidade ao regime de dominação. Sobre o assunto ver Neves (1988).

seu relevo, mesmo porque poderia ser a “compensação” ao sul de Mato Grosso pelo engajamento com os paulistas.

Após a mobilização e declaração de apoio a São Paulo, foi instituído, em 28 de julho de 1932, pelos revolucionários, o “Estado de Maracaju”. Contudo, como explica a historiadora Marisa Bittar, não houve de fato a existência do referido estado. De acordo com a pesquisadora, não ocorreu a efetivação da tese separatista, com a criação de outra unidade federativa. Pela sua própria lógica interna, proporcionou, na verdade, apenas a formação de um governo efêmero no sul de Mato Grosso, configurado, sobretudo, a partir da necessidade estratégica da insurreição (BITTAR, 1999, p. 51).

Apesar disso, para o comando do governo revolucionário, o General Bertoldo Klinger nomeou o então prefeito de Campo Grande, Vespasiano Barbosa Martins. Entretanto, com a iminente derrota dos paulistas, o governo manteve-se por aproximadamente três meses. Para Maria Manuela de Novis Neves “a questão separatista parece ter sido o real motivo do engajamento do sul de Mato Grosso a São Paulo, embutido na ideologia divisionista que, ainda uma vez, veio expressa no conteúdo militarista” (NEVES, 1988, p. 120).

Após o término da revolta, os derrotados exilaram-se no Paraguai e Bolívia, entre eles Vespasiano Barbosa Martins, principal expoente político na região sul. Enquanto isso, os legalistas incorporaram novamente o mando político do Estado. De certa forma, sob a tutela civil-militar, o movimento transformou-se na primeira grande ruptura político-institucional da região sul de Mato Grosso com a capital Cuiabá.

Esse episódio aprofundou as tensões entre os grupos locais e o governo nacional. O clima de instabilidade na região provocou a substituição frequente dos interventores. Entre os anos de 1930 e 1937 foram cerca de nove interventores no Estado. Apenas com a instauração do Estado Novo, em 1937, houve certa estabilidade, quando o então Deputado Júlio Müller, assumiu o cargo, deixando-o apenas em 1945.

De acordo com Fernanda Chaves de Andrade (2011), em 1933, o jornalista José Jayme Ferreira de Vasconcelos passou a defender abertamente os interesses sulistas, especialmente através do *Jornal do Comércio*, reaberto neste ano. De pronto o impresso solicitava a volta dos exilados políticos do Estado derrotados na Revolução de 1932, caracterizando-os como pessoas de grande devoção à pátria, perfil este que deveria ser aproveitado para a reconstrução nacional (*Jornal do Comércio*, 18/06/1933).

Ainda em 1933, o *Jornal do Comércio* destacou as disputas para a representação do Estado na Assembleia Nacional Constituinte. O interventor Leônidas de Matos, aliado de Filinto Müller e aos interesses partidários da capital Cuiabá, criou o Partido Liberal Mato-Grossense. Em Campo Grande, cidade que concentrava a oposição, a partir da fusão de diversos partidos menores, lançou-se o Partido Constitucionalista de Mato Grosso. Conforme Fernanda Chaves de Andrade (2011), o *Jornal do Comércio* declarou apoio aos membros do Partido Constitucionalista, isto é, aos candidatos da região sul. Percebe-se, portanto, que o periódico funcionou como propagador dos interesses de seu proprietário, assim como do grupo político ligado a ele neste momento.

Tornando-se porta voz do Partido Constitucionalista, o impresso favoreceu a candidatura de João Villasbôas para a representação do Estado na Assembleia Constituinte, cuja eleição não representou significativas alterações no quadro político dominante.

O regime constitucional instaurado por Getúlio Vargas a partir de 1934 foi encarado, pelos setores afastados do poder local, como uma oportunidade de retorno à esfera política estadual. Nesse sentido, por meio de novos rearranjos, sobretudo na porção sul, as camadas dissidentes da Revolução Constitucionalista de 1932 procuraram criar espaços na administração estadual.

Pela Constituição de 1934 os interventores manter-se-iam nos cargos até que ocorressem eleições para os Governos Estaduais. Diante disso, o *Jornal do Comércio* declarou apoio à possível candidatura de Filinto Müller ao governo, aliando-se, inclusive, à principal liderança política no sul, Vespasiano Barbosa Martins. Significa, portanto, que o reordenamento político aliancista, como apontou Maria Manuela de Novis Neves (1988), far-se-á presente logo após a constituinte. O interesse no comando do Estado superou, neste momento, a polarização regional. Para Paulo Coelho Machado o diretor-proprietário do *Jornal do Comércio*, membro participativo deste reordenamento político-partidário, manteve-se sempre disposto a fazer parte das elites dominantes, independentemente do poder constituído. Conforme o autor:

Jaime era jornalista tarimbado e mantinha boa equipe de auxiliares. O jornal era bem-divulgado e como *estava sempre ao lado do governo*, publicava muita matéria de ordem pública, como relatórios, editais orçamentos, licitações o que lhe garantia o desafogo na realização das despesas operacionais. (MACHADO, 2000, p. 172, grifo nosso)

Para as eleições da Comissão Estadual para a Constituinte, a família Müller apoiou o candidato da capital, contra a chapa sulista. “Porém, quando o interventor Leônidas de Matos demitiu Júlio Müller da Chefatura de Polícia e lançou candidatura própria, teve início mais uma disputa partidária” (ANDRADE, 2011, p. 40).

Com o rompimento da família Müller, a elite política do sul, insatisfeita com o interventor Leônidas de Matos, mobilizou-se para que Filinto Müller concorresse ao cargo. A união de grupos partidários, mesmo os rivais, como o Partido da Mocidade, cujo presidente era José Jayme Ferreira de Vasconcelos, setores progressistas, constitucionalistas, liberais dissidentes e as classes conservadoras formaram o Partido Evolucionista, fundado, segundo Fernanda Chaves de Andrade (2011), por Filinto Müller. Logo, sua indicação para concorrer às eleições era a mais provável. A oposição, em contrapartida, lançou pelo Partido Liberal a candidatura do então interventor Leônidas de Matos para governador.

Estas eleições, no quadro em disputa, foram marcadas por incidentes, pressões e violência. A situação política do Estado foi mencionada inclusive em periódicos do Rio de Janeiro. O interventor e candidato ao governo, Leônidas de Matos, foi acusado de represálias a funcionários públicos que apoiaram Filinto Müller. Diante da repercussão nacional e pressões internas, o presidente Getúlio Vargas exonerou o interventor provisório. Em seu lugar foi empossado César de Mesquita Serva.

Ainda em 1934, o Partido da Mocidade, presidido por José Jayme Ferreira de Vasconcelos, organizou-se novamente para emplacar a candidatura de Filinto Müller ao governo. Não significa, porém, que o nome de Filinto Müller ou mesmo o *Jornal do Comércio* estivessem atrelados às causas regionalistas. Pelo contrário, Filinto Müller era categórico em relação à separação do Estado. Em 5 de fevereiro de 1934 ele assinou, juntamente com outras autoridades, o manifesto “Por Matto Grosso Unido”, proposto como forma de reação às incursões divisionistas no sul.

Na verdade, tanto Filinto Müller quanto o periódico de José Jayme Ferreira de Vasconcelos representavam, naquele momento, oposição ao interventor provisório. Até porque, a opinião de Filinto Müller, conforme o manifesto dos divisionistas nos mostrou, era enfática em relação à tese separatista:

[...] o chefe de política, Snr. Capitão Filinto Müller, que é, também, chefe de polícia de Cuiabá, ordena à imprensa nada publicar sobre o importante movimento sulista, o que está em cruel antagonismo com o pensamento do Governo Provisório e com o projeto da Constituição; combate, aquele

autêntico revolucionário, um alto princípio da Revolução vitoriosa. (*A Divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon, 1934, p. 31*)

O *Jornal do Comércio*, nesse contexto, funcionou apenas como lugar privilegiado para a arregimentação partidária, almejando, pois, espaço no poder de mando local. Desse modo, as elites dirigentes realizaram recomposições para alcançar o poder, tanto as do sul quanto as do norte. Objetivavam sobreviver como elites dirigentes e, assim, mantendo-se coesas e fortemente oligarquizadas, assegurar o poder local. Assim, segundo Lygia Galetti, esta situação, vinculada à problemática do poder e do exercício da hegemonia, refere-se à esfera da luta política baseada na coesão social, capaz de assegurar a continuidade da reprodução das condições de dominação de um determinado grupo social (GALETTI, 2000, p. 297).

Conforme pesquisou Fernanda Chaves de Andrade (2011), a agremiação política de José Jayme Ferreira de Vasconcelos, Partido da Mocidade, foi composta por simpatizantes da Revolução Constitucionalista de 1932. Foi neste período, segundo a autora, que se manifestaram mais uma vez os interesses quanto à posição do intelectual no jogo político, pois ao fazer campanha para o seu partido, defenderá, nas páginas do jornal, o afastamento das oligarquias políticas que dominavam o controle administrativo do Estado. Observa-se, desse modo, que até 1930, José Jayme Ferreira de Vasconcelos esteve ligado ao grupo administrativo de Mato Grosso, sediado em Cuiabá. Entretanto, com o fortalecimento político da elite sulista mudou de posição. Isto ocorreu a partir da emergência dos grupos oligárquicos e elites políticas identificadas com interesses sulistas, os quais revelaram maior coesão interna que os grupos dominantes do norte, sabidamente marcados pelo conflito intraclasses. Sendo assim, as pretensões do jornalista na política local, manifestas pelo *Jornal do Comércio*, ligavam-se às novas estruturas de poder na região. Além disso, houve neste momento, a “passagem do conteúdo coronelista, então dominante, para um conteúdo clientelista que se fundou na intermediação dos coronéis (ou das elites políticas) entre o poder do estado e os seus dependentes” (NEVES, 1988, p. 123).

Contudo, apesar da mobilização do jornal nas eleições de 1934, Filinto Müller recusou a indicação para as disputas eleitorais, mantendo-se no cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal. Sabendo do prestígio da família Müller no Estado, o presidente Getúlio Vargas nomeou Fenelon Müller para interventor provisório de Mato Grosso até que novas eleições fossem marcadas. Com a derrota dos liberais, os membros do Partido Evolucionista sentiram-

se privilegiados na administração estadual, incluindo-se, especialmente, a elite política de Campo Grande.

A década de 1930, portanto, se apresentou marcada por conturbados episódios na política mato-grossense, contabilizando um total de nove interventores nomeados por Getúlio Vargas. Formaram-se, nesse intervalo, novos rearranjos na política partidária local, especialmente na forma de clientelismo. Significa que a estrutura oligárquica de poder manteve-se independentemente das diferenças e tensões internas ou regionais. Pois “assentadas na força oligárquica municipal e numa complexa teia coronelista e clientelista, as elites políticas teriam tudo a perder e ganhos imprevisíveis com posições claramente polarizadas” (NEVES, 1988, p. 21).

A tendência regionalista, no entanto, não desapareceu totalmente, apenas incorporou novas formas de arranjo com o objetivo de assegurar a hegemonia política. Assim, “mesmo mantendo projetos partidários e regionais diferenciados, o que prevaleceu foi o projeto maior de garantir a sustentação, dominação e monopólio da direção política em Mato Grosso” (NEVES, 1988, p. 22).

Evidentemente que a política estadonovista, instaurada a partir de 1937, contribuiu para esta caracterização, evitando-se, sobretudo, o confronto, escamoteando desigualdades e anulando as configurações classistas. A ideia de harmonia social e unidade territorial, desse modo, garantiu os planos do governo, seja no âmbito nacional ou local.

Para Maria Manuela de Novis Neves (1988), no intervalo de 1930 a 1945, houve um novo rearranjo definidor das elites políticas, agregando-se, sobretudo, velhas e novas oligarquias rurais, acrescidas do novo componente urbano-liberal-burocrático. Neste cenário a questão separatista não assumiu posturas polarizadas, pelo contrário, adotaram-se a conciliação na composição regional.

Sendo assim, a partir dos conturbados anos iniciais do governo Getúlio Vargas, a elite sulista fortaleceu seu espaço na política mato-grossense. Outra questão importante para o desenvolvimento da porção sul foi, sem dúvida, a Marcha para Oeste, principalmente por favorecer o crescimento populacional na região, devido ao intenso fluxo migratório. O objetivo do projeto era integrar a nação por meio da ocupação de regiões despovoadas. Articularam-se, através de uma política de colonização, a criação de colônias agrícolas nacionais, nas áreas consideradas vazias geograficamente. Em Mato Grosso foi implantada a Colônia Agrícola de Dourados (CAND), tratava-se, antes de tudo, de expandir e estimular as

regiões isoladas a se integrarem à nação. Além disso, incorporou aspectos simbólicos, como a ideia de reserva de brasilidade. O discurso desenvolvimentista, com a criação da Colônia Agrícola de Dourados, fortaleceu a ideologia modernizadora na parte meridional do Estado, bem como o caráter unificador e integrador do Estado Novo.

#### A recuperação do oeste brasileiro

O Chefe do Governo, falando ao país, sintetizou numa fórmula expressiva os rumos da verdadeira política nacional em relação a esse palpitante problema. Indo ao encontro das mais caras aspirações nacionais, proclamou a necessidade da “marcha para o oeste”, reconhecendo assim o valor dos empreendimentos anteriores. Os objetivos das novas bandeiras não se reduzem, porém, aos simples capítulos dos desbravamentos de inspiração heroica, realizados à custa de ingentes sacrifícios e tão somente compensados por ensaios literários de fidelidade assaz precária. O rumo, há pouco aponta aos líderes da nacionalidade, abriu novas perspectivas ao problema da incorporação efetiva ao nosso patrimônio espiritual e econômico de todas as opulentas reservas do oeste brasileiro. Para que a ação civilizadora do homem se firme e frutifique permanentemente nessa região, urge que as energias vivas da nação se conjuguem numa política de sábia ocupação, estabelecendo eficientes ligações vinculadoras da alma de todos os quadrantes do Brasil e tudo submetendo ao império de nossa atividade. (*Jornal do Comércio*, 13/02/1942)

Nesse sentido, a Marcha para Oeste, caracterizou-se em Mato Grosso por duas vias: primeiramente a expansão econômica da região; seguidamente o discurso de pertencimento nacional. A ideia constituía-se em representar a nação como unidade integrada, encobrendo-se, assim, as tensões sociais existentes. Além disso, evidenciava-se, no projeto, a contradição entre o litoral, reduto da presença estrangeira, e o sertão, repouso da brasilidade. Desse modo, conforme escreveu Osvaldo Zorzato:

Mato Grosso não apenas é inserido num novo período de expansão econômica, mas também passa a fazer parte do discurso de unificação nacional, na medida em que as populações regionais, de origem não europeia, são identificadas como “reservas de brasilidade”. Trata-se, portanto, de um momento rico em representações quando, através do nacionalismo exacerbado, procura-se encobrir as tensões sociais existentes no país. (ZORZATO, 1998, p. 6)

Os planos de Getúlio Vargas na região coadunavam-se com a ideia de desmistificar o mito selvagem do lugar, especialmente em relação às propostas dos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT). Aliás, como visto, a elaboração e consolidação da memória local constituíram-se como funções primordiais do Instituto Histórico. Assim, os

intelectuais mato-grossenses tratavam de construir uma identidade que rompesse definitivamente com a visão “atrasada” e “bárbara” da região. Nesta perspectiva, Cristovam Breiner, Juiz de Direito de Porto Murtinho e antigo repórter do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, escreveu o texto *A capital da Marcha para Oeste*, publicado no *Jornal do Comércio*, de Campo Grande:

Depois de 32 horas no trem da Noroeste, de Bauru a Campo Grande, ao limitado horizonte da cabine ferroviária, sucede-se o amplo círculo do céu, sobre as distâncias do planalto oestino, em cujo centro, como num leito suavemente inclinado, se espelha para os quatro pontos cardeais, a cidade por excelência desta banda do Brasil. Se a Noroeste é um arrojo de penetração, correndo o trem ao longo do planalto infindo de Araçatuba, Três Lagoas e Lagoa Rica, até Campo Grande, esta cidade é uma afirmação do golpe de inteligência de um estadista, João Pandiá Calógeras e da capacidade empreendedora e trabalhista de um povo, cujas novas gerações querem decididamente completar a grande Pátria, construindo, nas costas do gigante, uma Cosmópolis do tipo americano: ampla, iluminada, livre. É Campo Grande. A cidade lembra Belo-Horizonte de 1912 no seu aspecto geométrico na extensão de suas ruas vindo de um lado, atravessando a zona urbana e indo alcançar o lado oposto, sem desvio de um centímetro, cruzando-se umas com as outras para formar os amplos quarteirões, abertos alguns em praças largas, ajardinadas, acolhedoras para o descanso ou o passatempo ao ar livre. Apesar das condições difíceis para a construção, não há recanto da cidade, onde não se veja um novo edifício, surgindo das mãos do operário incansável, o elemento anônimo e modesto de grandezas como esta. A terra vermelha, cor da vida, tão saturada do ocre rubro, que tudo tingem com essa anilina forte, como se fora mergulhada um dia num mar de sangue, dá à psicologia deste povo, por certo, um ímpeto de vibração e um impulso vital, cujas influências certamente repositam na multiplicidade de atividades comerciais e industriais, na lavoura e na pecuária, bem como no beneficiamento dos respectivos produtos. Capital militar da zona oeste, sede de uma Região Militar, residência de um General e de uma oficialidade de alta patente, correspondente às exigências dos quadros adequados, Campo Grande se enriquece socialmente com o grande número de famílias que, junto às antigas da cidade, formam uma sociedade numerosa, animada, viva e culta. Se para o brasileiro de outras partes do Norte ou Sul, do Leste ou do Centro, Campo Grande é uma grata surpresa, aos poucos o visitante ou novo habitante vai reconhecendo as características de uma grande cidade, social, econômica e culturalmente bem colocada entre as outras, que já pontilham o território da Pátria. [...] Já edifícios notáveis pelo volume de sua estrutura, se veem aqui e ali. Os colégios, os hotéis, os bancos, os templos, não se falando nos quartéis. Com poucos dias de Campo Grande, o cronista carioca ou paulista, pode dilatar o peito brasileiro na ufania de uma profecia: aqui está a futura capital do Oeste Brasileiro. Aqui o centro de fixação da “Marcha para Oeste”, a feliz indicação do presidente Getúlio Vargas. (*Jornal do Comércio*, 05/02/1945)

Dessa maneira, a partir da política varguista no Estado Novo, a proposta de uma identidade nacional tornou-se mais explícita. No caso de Mato Grosso a ideia de pertencimento e união, embora estruturado no interior de rivalidades e clientelismos, apresentava-se também através da imprensa, orientada, sobretudo, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Para Tania Regina de Luca:

Foi sobretudo a partir do Estado Novo que o projeto cultural e político do regime dispôs dos meios necessários para sua difusão em ampla escala. De fato, desde então houve significativo investimento para criar e difundir uma imagem positiva do regime, para o que era essencial subordinar os meios de comunicação de massa ao executivo. (DE LUCA, 2012, p. 171)

Assim sendo, o presidente Getúlio Vargas utilizou-se dos jornais, ora adulando, ora vigiando, controlando e punindo, uma vez que os impressos tinham/têm a função de “despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 23). Mesclaram-se, nesse cenário, os interesses políticos das elites locais mato-grossenses com o projeto unificador nacional, haja vista que os intelectuais ligados à ideologia do Estado Novo construíram uma base de sustentação ao regime, legitimando as ações autoritárias do governo em diversos campos, divulgadas, sobretudo, em periódicos de grande circulação nacional, como por exemplo, a revista *Cultura Política*<sup>11</sup>.

Para a historiadora Mônica Velloso os intelectuais ligados à revista *Cultura Política* tinham a função de atualizar o discurso oficial estadonovista, justificando a política nacionalista e intervencionista do governo (VELLOSO, 1982). Logo, ao relacionarmos a atuação do intelectual José Jayme Ferreira de Vasconcelos e, conseqüentemente, de seu jornal, ao programa doutrinário do regime, propagado pelos ideólogos do governo, observaremos o papel do jornalista na circulação das ideias do Estado Novo, adaptadas à realidade mato-grossense. Nesta perspectiva, Marialva Carlos Barbosa observou:

Se o jornalista de fato se considera o verdadeiro intelectual, capaz de revelar o que ficaria sob zonas de sombra e encobrimento, capaz de decifrar o

---

<sup>11</sup> Revista publicada mensalmente entre 1941 e 1945, vendida no Rio de Janeiro e São Paulo, disponível ainda para assinantes. Seu diretor, Almir de Andrade, foi um importante intelectual do Estado Novo. De acordo com a historiografia, a publicação pode ser considerada a porta-voz do discurso oficial do regime, pois continha os valores e as ideias políticas do governo autoritário do presidente Getúlio Vargas.

mundo para o restante da população, por outro lado historicamente, no caso brasileiro, a sua ligação aos ideários e aos projetos das classes hegemônicas, faz dele, como grupo, um tipo de intelectual tradicional. (BARBOSA, 2006, p. 231)<sup>12</sup>

Assim, os intelectuais ligados direta ou indiretamente ao regime procuraram traduzir os pronunciamentos do presidente em palavras de ordem, em linhas de conduta. E, nessa tarefa, transformaram-se em doutrinadores, em intérpretes da nova ordem. Portanto, essa prática educacional das massas caberia aos intelectuais, grupo no qual os jornalistas tinham presença fundamental. A imprensa, ao lado de outras instituições, recebia a missão de direcionar intelectualmente os cidadãos, e assim, auferia lucros não apenas econômicos, mas também simbólicos, a partir dessa aproximação com o poder.

O Estado Nacional é o regime da Liberdade

O presente sob a égide do Estado Nacional, em que esse mesmo povo é amparado e protegido por leis sábias; em que o Poder Público cuida com carinho dos seus jurisdicionados e esse mesmo Poder ampara as iniciativas particulares; em que o Governo em contato com o povo, procura auscultá-lo, sentindo os seus anseios, para minorar os seus sofrimentos. Regime de liberdade – liberdade de crença, liberdade de ação, quando essa crença e essa ação, não são prejudiciais à comunidade. Liberdade de pensamento, quando com o pensamento não se procura explorar a boa fé do povo, em benefício exclusivo de um grupo. Liberdade sem anarquia! Liberdade com união, com trabalho, com ordem, com disciplina. Liberdade que constrói, que edifica, que engrandece uma nação, que faz respeitado um povo. (*Jornal do Comércio*, 26/06/1944)

Nesse sentido, a importância dos intelectuais de expressão nacional, como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, foi fundamental no conjunto do projeto ideológico estadonovista, dado que seus discursos serviram como pressupostos para toda uma camada de ‘intelectuais médios’, que se prontificaram a difundir-lo para o conjunto da sociedade (VELLOSO, 1982), pois, tanto no âmbito nacional como local, tais intelectuais se preocupavam com as práticas do Estado no interesse de auxiliar a sociedade a promover a transformação social e política do Brasil. Nesse aspecto, as ideias de José Jayme Ferreira de Vasconcelos se identificaram com a

---

<sup>12</sup> Segundo Marialva Carlos Barbosa (2006), no caso brasileiro, os jornalistas são historicamente, ou cooptados pelo Estado para serem intelectuais orgânicos dos grupos dirigentes, ou porta-vozes das classes hegemônicas, ligadas historicamente ao grande capital. Nesse sentido, são porta-vozes de grupos que, com nuances distintas próprias aos períodos históricos mais contemporâneos, permanecem no poder desde a República Velha, sendo portanto intelectuais orgânicos de classes que envelheceram e, neste sentido, intelectuais tradicionais.

tradição conservadora e autoritária desenvolvida no Brasil nas primeiras décadas do século XX, pois anunciavam o novo cenário induzido pelo governo, onde os homens deveriam transitar de uma identidade social fragmentada para um corpo social único (HOLLANDA, 2011), uma vez que a superação do atraso não poderia resultar da ação espontânea da população sem forma cívica. Diante disso, somente as elites poderiam romper com este círculo vicioso. Assim sendo, os meios de comunicação atendiam à necessidade de legitimação das ações políticas das elites, que deveriam ser autorizadas pelo povo.

Portanto, o fato de o jornalista e advogado José Jayme Ferreira de Vasconcelos possuir formação nos grandes centros urbanos do país contribuiu em sua prática intelectual-partidária, especialmente no que diz respeito à função das elites no processo político. Desse modo, é possível afirmar que o ambiente político, cultural e econômico do Brasil nas primeiras décadas do século XX influenciou a formação intelectual de José Jayme Ferreira de Vasconcelos, em particular as tendências do pensamento autoritário, culminando, inclusive, em certa simpatia pelo integralismo<sup>13</sup>, conforme a publicação em seu impresso:

A doutrina integralista que tem no Fascismo no Bolchevismo e na Social-Democracia fontes inesgotáveis de experiências, opera interna e eficazmente na nossa ação para fecundar um novo conceito vital e social, dando origem a uma filosofia que será fundamento duma nova sociologia. [...] Quando realizaremos essas aspirações? Não nos interessa. O integralismo saberá preparar a nova geração suficientemente forte para vencer. (*Jornal do Comércio*, 22/03/1934)

A simpatia do diretor-proprietário do *Jornal do Comércio* pelo integralismo, neste momento, expressou, na verdade, sua própria formação, como resultante das aspirações por uma nova proposta política, alicerçada, em parte, com as ideias intervencionistas de Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Logo, a proposta dos integralistas, sobretudo em relação à tomada do poder por uma juventude intelectual, surgia, nos primeiros anos da década de 1930, como uma válvula de escape.

Segundo Fernanda Chaves de Andrade (2011), foi com essa ideia de convocação de uma juventude, baseada em princípios políticos intervencionistas, que José Jayme Ferreira de Vasconcelos criou o Partido da Mocidade que, como o próprio nome indica, convocava a

---

<sup>13</sup> A Ação Integralista Brasileira foi criada a partir de um grupo de jovens que tinha uma afeição pelo fascismo italiano reunidos, principalmente, em torno de Plínio Salgado. Suas ideias tinham como base a crítica ao liberalismo, ao socialismo, a afeição ao nacionalismo. Seu lema mais veiculado era “Deus, Pátria e Família”. A A.I.B teve nesse período uma estrutura fortemente hierarquizada, composta por dirigentes nacionais e regionais. Sobre o assunto ver Trindade (1979).

juventude do sul do Estado a militar em prol da posse de Filinto Müller como governador de Mato Grosso. Logo o movimento integralista adentrou no interior do país e ganhou simpatizantes, dos quais faziam parte certa parcela da juventude que partia do interior do país para estudar nos grandes centros urbanos do período, ou também que de lá vinham para se estabelecer em Mato Grosso, como o caso de José Jayme Ferreira de Vasconcelos, que, aliás, continuava mantendo estreitas relações com jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir da instauração do Estado Novo surgia, na expressão dos ideólogos do regime, uma “democracia autoritária”, com caráter estritamente intervencionista. Em outras palavras, um regime que atenderia às necessidades do povo, e que, por isso, precisava ter autoridade para intervir em todas as questões da vida nacional e também coordená-las. Nesse sentido, aproximava o regime político brasileiro ao modelo integralista, com raízes no fascismo.

Os dois maiores estadistas latinos atuais: Mussolini e Getúlio Vargas. O primeiro, salvou a Itália da anarquia e da dissolução em que os velhos partidos políticos, inclusive o chefiado por Nitti, a deixavam afundar-se e criou o Império de Vittorino Emanuel III; o segundo, extinguiu a politicagem e com o Estado Novo proclamado em 1937, salvou o Brasil da inevitável guerra civil para a qual a exaltação dos partidos nos arrastava! (*Jornal do Comércio*, 18/01/1941)

Assim, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, por meio do *Jornal do Comércio*, apoiava o caráter centralizador do regime, pois o governo federal e o presidente da república seriam o centro de irradiação das diretrizes para a organização do país. Apontava Mussolini e Vargas como arquitetos geniais que aplicavam a síntese totalitária e autoritária, respectivamente, às características de cada país, visando construir grandes nações. Todavia, torna-se importante destacar que durante o governo provisório de Getúlio Vargas, devido à instabilidade política, José Jayme Ferreira de Vasconcelos defendia a criação de partidos regionais, como também de sua maior autonomia estadual diante da política nacional centralizadora, criando, inclusive, o Partido da Mocidade.

Em linhas gerais, observa-se que a simpatia de José Jayme Ferreira de Vasconcelos não era muito favorável ao governo do presidente Getúlio Vargas até o ano de 1937, quando da instalação do Estado Novo. A partir de então, mesmo com restrições impostas ao impresso com a trajetória do governante, o discurso do periódico se modificou, passando a colaborar com as propagandas políticas do regime estadonovista de maneira explícita.

Órgão de imprensa conscientemente partidário do Estado Novo, “Jornal do Comércio” inaugurou na sua sala de redação, o retrato do Presidente Getúlio Vargas, o grande amigo da imprensa, o jornalista número 1 do Brasil, na palavra do Dr. Jayme F. de Vasconcellos. (*Jornal do Comércio*, 14/04/1941)

Tudo indica que essa virada ocorreu a partir da nomeação de Julio Müller como Interventor Federal no Estado, atendendo à aspiração da elite campo-grandense que muito defendia esse acontecimento. Outra questão que colaborou para a mudança do discurso foi a fiscalização dos órgãos de censura e propaganda, o DIP e o DEIP, que se faziam presentes na imprensa de Campo Grande, fundamental para o fim da oposição ao varguismo no interior dos impressos no pós 1937, além, é claro, de colaborar financeiramente com os jornais governistas. Desse modo, José Jayme Ferreira de Vasconcelos manteve-se alinhado à ideologia do Estado Novo, bem como reforçou o papel das elites na região, sobretudo por meio de seu jornal.

Apesar de as ideias do intelectual José Jayme Ferreira de Vasconcelos aproximarem-se dos princípios vinculados à Itália fascista, desde o limiar da Segunda Guerra Mundial as referências ao regime nazista publicadas em seu jornal eram extremamente críticas. Deve-se observar que para as diretrizes do Estado Novo, a criação de um inimigo externo poderoso e ameaçador facultava-lhe ganhar a adesão e coesão internas, assim como a justificação para um movimento interno de militarização do país e de sua gente, visto como inevitável e necessário à defesa nacional. Apesar disso, alusões ao modelo nacionalista e centralizador do fascismo italiano eram recorrentes, porém, como forma de ligação ideológica ao Estado Novo, excluindo-se questões estritamente vinculadas ao modelo totalitário. Sendo assim, nega-se aqui, a afirmação do memorialista Paulo Coelho Machado, para quem:

Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Jornal do Comércio*, manteve atitude de simpatia ao nazi-fascismo. Mantinha evidente o noticiário favorável ao chamado eixo Roma-Berlim-Tóquio e louvava a atitude do governo brasileiro, então chefiado por Getúlio Vargas, que se inclinava pelos governos discricionários. (MACHADO, 2000, p. 76)

Na verdade, como visto anteriormente, desde a instauração do Estado Novo, o *Jornal do Comércio*, por questões de interesse político-ideológico e/ou pela própria ação coercitiva do governo, posicionou-se favorável ao presidente Getúlio Vargas. Logo, com a eclosão do conflito mundial, seguiu o posicionamento político internacional brasileiro. Neste espaço de tempo deve-se observar que, posteriormente à declaração de guerra à Alemanha e Itália, o

Estado Novo iniciou um processo de exaltação aos países aliados. De maneira geral, os jornais da época também abandonaram a neutralidade e passaram a divulgar apoio às forças lideradas pelos norte-americanos. Desse modo, o *Jornal do Comércio* expressou em suas páginas o discurso oficial do governo, descrevendo, enquanto o país se encontrava formalmente neutro, apenas os fatos gerais, evitando posturas declaradamente favoráveis aos países beligerantes. Após o rompimento diplomático e posterior declaração de guerra do Brasil aos países do eixo, a posição do jornal continuou acompanhando os protocolos oficiais, caracterizada pela propaganda em favor dos aliados, especialmente os Estado Unidos.

Nesta mesma época, outros jornais brasileiros foram considerados tendenciosos ao nazismo. No Rio de Janeiro, o matutino *Gazeta de Notícias* e o vespertino *Meio-Dia*, segundo informações de Joaquim Xavier da Silveira (1989), eram abastecidos pelas agências de notícias alemãs, o que certamente contribuía para uma visão pró-nazista da guerra. Em relação ao *Jornal do Comércio*, as notícias internacionais vinham, em grande parte, de agências americanas, a principal delas a *United Press*, favorecendo um viés voltado à exaltação dos países aliados, conforme expressa a publicação a seguir:

#### Serviço Telegráfico da United Press

Isto constitui para a nossa empresa um pesado ônus financeiro, mas o crescente favor dos nossos leitores, assim o exigia. Não ficarão mais os campo-grandenses sujeitos aos palpites aéreos, espalhados pelas inúmeras estações de “broadcasting”, que espalham notícias com a serena irresponsabilidade dos boateiros... Cada um dos telegramas com a indicação U.P daquela conceituada Agência, a qual, sendo norte americana, mantém correspondentes em Roma, Berlim e Tóquio, assegura ao leitor tratar-se de uma notícia colhida nos centros de onde é expedida, e não inventada ao sabor de simpatias. Leiam pois, a partir do começo de janeiro o nosso noticiário telegráfico da “United Press”. Os leitores do “Jornal do Comércio”, tendo ficado privados dos telegramas das conceituadas “Stefani” e “Transocean” que suspenderam seus serviços, vão ler em nossas colunas, diariamente o noticiário telegráfico completo da prestigiosa “United Press”. (*Jornal do Comércio*, 24/11/1941)

Ainda sobre a afirmação de Paulo Coelho Machado, outro ponto que podemos destacar diz respeito às ligações conturbadas de seu pai, Eduardo Olímpio Machado, membro da Aliança Liberal no Estado e prefeito de Campo Grande nos anos iniciais da guerra, com o presidente Getúlio Vargas e com o *Jornal do Comércio*. Segundo afirmações de Paulo Coelho Machado, em 1941, seu progenitor renunciou ao cargo para não receber o “ditador Getúlio

Vargas, que visitava Campo Grande e a quem fazia severas críticas” (MACHADO, 2000, p. 89-90). Este fato é confirmado nas memórias do ex-prefeito da cidade, Demosthenes Martins:

[Eduardo Olímpio Machado] Homem correto, veraz e cheio de pundonor, o Prefeito renunciou o cargo para o qual fora eleito em 1936 e conservado pela Interventoria, depois do golpe de 10 de novembro de 1937, declarando aos seus amigos que não iria homenagear a quem tão indiferente era ao maior problema da cidade. (MARTINS, 1980, p. 122-123)

Sobre o periódico, Paulo Coelho Machado asseverou que o jornal se posicionava contrário ao Prefeito Eduardo Olímpio Machado, promovendo empecilhos à sua administração. Sendo assim, eram naturais as críticas de grupos políticos opositores ao jornal. Com o fim do Estado Novo e a criação de novos partidos no âmbito nacional, as rivalidades políticas entre o *Jornal do Comércio*, caracterizado por seu proprietário, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, e a família Machado, pai e filho, expressaram-se novamente, agora na oposição PSD-UDN, respectivamente. A partir de junho de 1945, com a criação de novos partidos e a intensificação dos debates em torno da sucessão presidencial, o *Jornal do Comércio* se apresentou como defensor do Partido Social Democrático, declarando-se “Órgão Institucional do PSD”.

Escolha e eleição dos membros do Diretório Municipal do P.S.D.  
Na redação do Jornal do Comércio, sede provisória do P.S.D., reuniram-se hoje todos os membros do Comitê da candidatura do gen. Dutra e outros muitos amigos desta cidade, assim como o dr. Generoso Ponce Filho, aqui chegado ontem, para eleger os 9 membros do Diretório Municipal do P.S.D. Depois de várias sugestões e discussões, foram eleitos os seguintes amigos: Presidente, dr. Joaquim Teodoro de Faria; vice-presidente, dr. Arnaldo de Figueiredo; 1º secretário, dr. Eurindo Neves; 2.º secretário, dr. Argemiro Fialho; Tesoureiro, Antônio Mena Gonçalves. Vogais: cel. Américo Carlos da Costa; dr. Hormínio Pereira Mendes; Miguel Turco; dr. Carlos Hugueneu Filho. Amanhã, daremos a importante notícia mais pormenorizadamente. (*Jornal do Comércio*, 21/06/45)

Dessa forma, ao intentar sobre o engajamento ideológico do jornal durante a guerra, Paulo Coelho Machado pretendeu ajuizar o caráter autoritário do Estado Novo, inserindo, neste contexto, o impresso, visto como seu correligionário. Além disso, as tensões partidárias funcionaram com viés maniqueísta, apresentando, no cenário de guerra, os países aliados como sinônimo da democracia, e as nações do eixo, como representantes dos governos totalitários. Portanto, no jogo político, o jornal, ligado ao modelo centralizador estadonovista,

noticiou uma visão baseada na própria personalidade controversa do presidente Getúlio Vargas, primeiramente neutra e posteriormente favorável aos países aliados, inclusive contribuindo para criar um espírito de união em Campo Grande, combatendo os “inimigos da democracia”, pela qual contraditoriamente o país lutava.

### 1.3 ÓRGÃOS DE IMPRENSA E PROPAGANDA NO JOGO POLÍTICO LOCAL

Conforme já exposto, o jornalista José Jayme Ferreira de Vasconcelos teve uma participação muito mais intelectual, “utilizando-se do *Jornal do Comércio* como tribuna das aspirações dos campo-grandenses” (ANDRADE, 2011, p. 44). As contradições e instabilidades políticas do jornalista, inicialmente força policial lutando pelos interesses de Cuiabá, em 1930, até a defesa das causas sulistas, apenas revelam os mecanismos clientelistas que regulavam as práticas políticas locais em Mato Grosso durante o governo do presidente Getúlio Vargas. Desse modo, na esfera política, a herança mais marcante da Revolução de 1930 e do Estado Novo em Mato Grosso foi a dinâmica partidária, marcada por novas etapas no rearranjo das elites políticas locais (NEVES, 1988).

Na época do Estado Novo os interesses político-partidários sobrepujaram as questões separatistas em Mato Grosso. As recomposições partidárias atenderam aos interesses de ambas as regiões. As articulações políticas engendradas pela elite revelaram rearranjos, permitindo mantê-las no poder. Integrando os interesses econômicos à estrutura oligárquica, os grupos dominantes, embora contraditórios, apresentaram, no exercício do poder, estabilidade no sistema de dominação. Assim, os arranjos políticos expressavam a imagem integrada do Estado, aparecendo, com frequência na imprensa local, por meio de matérias laudatórias, as figuras políticas da região norte e sul de Mato Grosso, sobretudo Vespasiano Barbosa Martins, Fenelon Müller, Filinto Müller e, especialmente, Julio Müller.

Em seu início prejudicado e perturbado pelas rudes e intensas agitações político-partidárias que se verificaram no Estado nos últimos meses do Governo Mário Correia e nos poucos meses da Interventoria Ary Pires, o Governo Júlio Müller, que se caracterizara em seu início por sua feição nítida e lealmente partidária, teve a felicidade de se ver libertado dos compromissos e das injunções da política de facção, graças à instituição do Estado Nacional, estabelecido pelo Presidente Getúlio Vargas apenas um mês e seis dias após a posse do Presidente que a Assembleia Legislativa elegeu para suceder ao Presidente Mário Correa. Extintas, pela Constituição de 10 de Novembro de 1937, todas as organizações partidárias e todos os

órgãos legislativos por elas eleitos, foi nomeado o sr. Júlio Müller para continuar a governar Mato Grosso mas já então como Interventor Federal, ou seja, como Delegado da confiança pessoal da Chefe da Nação. (*Jornal do Comércio*, 04/10/1944)

Diante disso, o *Jornal do Comércio* funcionou como um importante veículo no reordenamento político e na própria manutenção da elite dominante, haja vista que as etapas de afirmação do poder em Mato Grosso ocorreram a partir de seguidos confrontos, recomposições e rearranjos entre os diferentes grupos e facções. Logo, o periódico interferiu, por meio de suas representações, na sociedade em que estava inserido, exercendo seu poder perante os leitores.

Neste contexto, a relação da imprensa com os grupos políticos revelou a própria dimensão político-partidária local, isto é, através de vínculos estabelecidos entre as elites dominantes, marcado por relações clientelistas, os jornais funcionaram como espaço de representação partidária, onde os mecanismos de ascensão ao poder são forjados na própria dinâmica do sistema político, através de vantagens individuais ou de grupos. Para Edgar Carone (1976), no Estado Novo, os Estados e Municípios estavam subordinados ao Governo Federal. Porém, mesmo com um regime centralizador e autoritário, as práticas coronelistas, como as relações de favor e dependência, continuavam vigentes, se mantiveram. Desse modo, o domínio oligárquico, sobretudo em regiões menos industrializadas, como era o caso de Mato Grosso, mostrou-se atuante. Por um lado, as ações políticas tornaram-se dinâmicas, por outro, buscaram perpetuar o sistema vigente. Portanto, não há absoluto estranhamento nas práticas da imprensa acerca da defesa deste ou daquele grupo, pensado a partir de benefícios e troca de favores.

Verifica-se, nesse sentido, não apenas a interferência de elementos subjetivos de quem produz o fato jornalístico, mas também os interesses ao qual o jornal está vinculado (CAPELATO, 1988). Contudo, não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos do Estado Novo o impresso foi silenciado, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que o levaram ao amordaçamento.

Pelo decreto 1.949, de 30 de dezembro de 1939, no seu artigo 2º, os jornais, em quaisquer publicações periódicas, deveriam contribuir, por meio de artigos, comentários, editoriais, e toda a espécie de noticiário, para a obra de esclarecimento popular em torno dos planos de reconstrução material e reerguimento nacional. (COSTELA, 1970, p. 114). Na mesma perspectiva, definiu-se o *Jornal do Comércio*: Instrumento moral “capaz de esclarecer

as almas, melhorar os sentimentos humanos e guiar as criaturas para o reinado da paz e do trabalho”. Sendo assim, o impresso integrou as práticas do Estado Novo, “a serviço das boas causas, da verdade e da justiça” (*Jornal do Comércio*, 07/06/1944). O próprio Interventor Federal do Estado, Julio Müller, ao felicitar o jornal pela impressão em linotipo, fez questão de reafirmar o papel da imprensa no contexto local:

Sua excia. o interventor Julio Müller, e a linotipo do Jornal do Comércio.  
Ao vir a lume a primeira edição do Jornal do Comércio, composto em linotipo, apraz-me manifestar a minha satisfação em ver funcionar mais uma dessas aperfeiçoadas máquinas com que a técnica moderna proporcionou a difusão da cultura e do civismo, através das folhas volantes dos periódicos, os quais, graças a essa mesma enorme possibilidade de irradiar, se constituem um eficaz instrumento assimilador de alcance social e nacional. Congratulando-me com o seu ilustre diretor e com todo o corpo redatorial, formulo os melhores votos por que este conceituado jornal continue sempre a realizar aquela missão superior da imprensa, que, hoje, mais do que nunca é – segundo o sábio e lapidar conceito do grande Presidente Vargas – a de colaborar na obra de reconstrução iniciada, repudiando a agressão pessoal, a intriga e o boato, e banindo a crítica puramente negativa. Julio S. Müller/Interventor Federal. (*Jornal do Comércio*, 14/06/1944)

Desse modo, a política autoritária estadonovista impôs novos papéis à imprensa. O domínio dos meios de comunicação era fundamental para cercear a divulgação daquilo que não era do interesse do poder. Diante disso, as operações realizadas na imprensa durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas limitaram o discurso político crítico. Considerava-se a imprensa um serviço de utilidade pública. Os jornais, nesse sentido, estavam impedidos de se recusar a inserir qualquer comunicado do governo. Enfatizar as realizações do regime e sua adequação à realidade nacional, além de levar a efeito a promoção pessoal e política da figura de Getúlio Vargas, tornaram-se os novos princípios da imprensa. Datas festivas, como era o caso do aniversário do presidente, apresentaram-se, nesse sentido, como oportunidades de reafirmar o caráter pessoal do chefe da nação.

O nosso grande e Supremo chefe, terá seu aniversário festejado hoje em toda a Nação.

Não haverá hoje, em toda a imensa vastidão do território nacional, rincão por mais distante, lar por mais modesto, em que os brasileiros de todas as categorias sociais não ergam preces, fervorosas preces, pela continuação dessa existência por todos os títulos preciosa que é a de Getúlio Vargas. [...] Campo Grande, legítima e progressista metrópole do Oeste, associa-se hoje com árias manifestações populares, ao júbilo nacional. E Jornal do Comércio, que tem no Presidente Getúlio Vargas o seu devotado e único

chefe, apresenta nestas linhas, ao reconstrutor do Brasil, as homenagens de sua veneração consciente, respeitosa, entusiástica. (*Jornal do Comércio*, 19/04/1941)

O aniversário do Presidente Getúlio Vargas.

A todos os votos, a todas as preces, a todas as saudações que hoje, nos mais longínquos recantos da Pátria, se erguem de todos os corações, nos lares, nos templos, nas praças públicas, unimos a nossa modesta homenagem, que é ainda uma oração pela felicidade pessoal deste incomparável condutor dos destinos da nacionalidade, fiel depositário das esperanças de todos os brasileiros. (*Jornal do Comércio*, 19/04/1944)

Para o funcionamento dos jornais era necessário às empresas registro junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o mesmo ocorrendo com os profissionais da imprensa. Talvez por isso os jornais alinharam-se ao Governo. Isso não impediu, porém, que diversos veículos de comunicação criticassem direta ou indiretamente o regime. Vários deles inclusive tiveram suas licenças cassadas. Conforme dados apresentados por Antonio Costela (1970), a partir de 1940, cerca de 420 jornais não obtiveram registro no DIP, isto é, não se enquadravam na política deste órgão. Destaca-se ainda que, além da censura institucional, o órgão tratava até mesmo da distribuição de papel para os impressos. Os jornais do interior, diante disso, pelas dificuldades de transporte e comunicação, embora registrados nos Departamentos de Imprensa e Propaganda, sofriam com a burocracia exigida.

A odisséia dos jornais do interior

Os jornais do interior atravessam um período verdadeiramente tormentoso, onerados com a inacreditável carestia do papel, quer o de fabricação nacional, como de fabricação estrangeira. Para conseguir-se satisfazer os requisitos legais a fim de obter-se o registro nas alfândegas, as pequenas empresas proprietárias de jornais deste vasto “interland” têm de gastar bastante. E conseguido o registro, para renovar, novos ônus se apresentam, entre os quais a exigência de uma escrituração fiscal rigorosa, e igual a dos grandes diários. As vezes, como nos aconteceu o ano passado, perde-se muitos meses enviando documentos incompletos, naturalmente rejeitados pela alfândega, e fica-se sujeito, durante isso, a gastar o papel nacional, de qualidade muito inferior ao “linha d’água” e ainda por cima mais caro! Sobre isto, bem podia o nosso brilhante e vibrante confrade Dr. Ozéas Mota, espontâneo e benemérito defensor dos jornais do interior do Brasil, sugerir ao Governo reduzir a um mínimo as exigências da escrita fiscal as pequenas empresas do interior cujo consumo anual de papel não ultrapassa os dez mil kilos. (*Jornal do Comércio*, 15/01/1942)

Nos casos dos jornais que se opusessem ao presidente Getúlio Vargas suas licenças para o recebimento de papel eram canceladas. Contudo, se não pode ser omitida a atuação

coercitiva do Estado sobre a imprensa, com os momentos de censura, a criação de departamentos regulamentadores, como o DIP, por sua vez, não podemos desconsiderar que o alinhamento dos jornais a uma linha editorial governista se deu também por vontade dos próprios produtores.

Segundo Costela (1970), o DIP se utilizava até mesmo de suborno para empreender sua política de ação, destinando contribuições mensais aos jornais fiéis a Getúlio Vargas, que variavam de acordo com a influência do periódico. Não significava, porém, que todas as empresas jornalísticas recebessem auxílio, mesmo aquelas ligadas diretamente ao departamento. Alguns jornais inclusive reclamaram da falta de ajuda financeira, como era o caso do *Jornal do Comércio*: “Sem dúvida, esses auxílios e assistência, que constituem o reconhecimento pelo Governo da República dos serviços da imprensa, ainda não chegaram aos pequenos jornais do interior” (*Jornal do Comércio*, 14/03/1944).

Neste período a manipulação dos meios de comunicação fez parte de um sistema baseado na união nacional, tratando, pois, de consolidar o imaginário social integrador, destacando o presidente Getúlio Vargas como sinônimo de reerguimento nacional. Em Campo Grande, o próprio *Jornal do Comércio*, por meio do representante do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Major Severino de Queiroz, fez questão de esclarecer as funções dos órgãos de censura:

[...] Esses Departamentos, criados e instalados pelo Governo do Estado Nacional, não estão ainda bem conhecidos de todos os brasileiros, e muitos compatriotas não compreenderam, até hoje, os altos propósitos desse bom serviço que a todos beneficia, porque beneficia a Pátria. Como a má propaganda é destruidora e dispersiva, o DIP e o DEIP tem poderes coercitivos e repressores. Por isso, de acordo com a Lei, não admitem que os órgãos de publicidade veiculem comentários ou artigos desarrazoados, desrespeitadores das instituições e das autoridades. A boa imprensa e o rádio devem ser órgãos de boa propaganda, dessa propaganda que engrandece o Brasil e beneficia a todos os seus filhos. Eis a razão por que o Estado Nacional impõe disciplina aos órgãos de publicidade, que, hoje em dia, não consentem que escribas descontentes e inadaptados desorientem o público com exageros ou inverdades, péssima propaganda, que vai de encontro a do serviço oficial e, muitas vezes, aos trombeteados propósitos do jornal e ou revistas em que escrevem. [...] A propaganda a cargo dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda pode atrair estrangeiros e brasileiros de outros Estados, a observar o que temos feito, o que possuímos, o que tencionamos fazer. E, portanto, um chamariz de homens de boa vontade, de trabalhadores experientes, um aceno aos capitalistas de supervisão e que não morrem de amores pelo criminoso aferrolhamento do dinheiro. [...] Quase todos os jornais, revistas e a totalidade das nossas difusoras vem prestando ao DIP e ao DEIP serviços de monta, o que redundará no bem geral e muito

recomenda os seus diretores, redatores e gerentes, pela boa vontade de cooperação e pela perfeita compreensão dos imperativos do regime, que tantos benefícios tem trazido ao Brasil. Oxalá que assim continuem, especialmente agora, quando o Brasil está em guerra, ao lado das Nações Unidas e contra a petulância de povos que se barbarizaram e se especializaram nos mais horripilantes crimes. (“O serviço de propaganda”, *Jornal do Comércio*, 06/06/1944)

Essa caracterização complexa atendeu ao interesse disciplinador do Estado, configurado por meio de aparatos coercitivos à imprensa. Não obstante, para o representante do DEIP em Mato Grosso, através da propaganda era possível mostrar os avanços da região como forma de atrair homens de boa vontade, afastando, assim, qualquer imagem de atraso da região. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, o discurso de elevar Mato Grosso no cenário nacional, como zona comprometida com a mobilização interna, tornou-se tarefa dos intelectuais, sobretudo aqueles ligados aos meios de comunicação. Desse modo, o DEIP mato-grossense serviu para organizar a propaganda, construindo a imagem de um Estado civilizado e moderno. Nesse propósito, respondeu aos interesses da elite política local, na qual José Jayme Ferreira de Vasconcelos estava inserido, especialmente no que diz respeito a divulgar o Estado, apresentando suas belezas naturais, a produção econômica e o povo trabalhador engajado à causa nacional.

Sua ligação com membros da elite local evidencia-se nas comemorações do 23º aniversário do *Jornal do Comércio*. Diversas autoridades saudaram o periódico, entre elas o arcebispo de Cuiabá, Dom Aquino Corrêa, o Comandante da Região Militar, General Isauro Reguera e o diretor do DEIP, Archimedes Pereira Lima. Portanto, o periódico estava coadunado com setores institucionais e organizacionais do Estado Novo – igreja, exército e órgãos de propaganda. Outra personalidade influente neste cenário era o Major Severino de Queiroz, representante do DEIP em Mato Grosso e assíduo colaborador no impresso. Aliás, o diretor-proprietário do *Jornal do Comércio* recebia constantemente a visita de membros do DEIP. Na edição de 01 de março de 1944, o impresso destacou a visita do diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda nas dependências do jornal:

Tivemos ontem nesta redação a honrosa visita do líder dos jornalistas mato-grossenses, o nosso prezado e brilhante colega Dr. Arquimedes Pereira Lima, operoso e distinto diretor-geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda e diretor-fundador do ‘O Estado de Mato Grosso’, de Cuiabá. Veio o ilustrado publicista trazer-nos os seus agradecimentos pela notícia que publicamos à sua chegada, tendo tido, para com a leal

colaboração deste diário na obra do 'Deip', palavras para não só desvanecedoras. (*Jornal do Comércio*, 01/03/44)

Essa aparente subordinação do impresso, no entanto, não se limitava apenas ao controle político e administrativo. Manifestava-se também por meio ideológico, na diretriz de uma nação que conhece a propriedade privada, mas nega a diferenciação social por classe, característica marcante no Estado Novo. Por isso, conforme observou Alcir Lenharo (1986), devemos considerar o peso das instâncias micropolíticas atuando sobre o cotidiano dos indivíduos, pois ao atuar dessa maneira, o poder dissemina-se pelo social para obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo, como foi o caso da imprensa.

Desse modo, no Estado Novo, por meio da imprensa, circularam símbolos e imagens pelo país, utilizados na propaganda política com o objetivo de transmitir aos receptores um conteúdo carregado de carga emotiva capaz de obter respostas no mesmo nível, ou seja, reações de consentimento e apoio ao poder (CAPELATO, 1998, p. 34). O governo, assim, assumiu as diretrizes do polo conciliador, sobretudo, por meio do monopólio da mídia. Para Fernanda Chaves de Andrade:

[...] o Estado Novo surge como uma nova época para os jornais, onde através dos impressos procurava-se construir uma imagem do governante como um líder que estaria próximo da população brasileira verificando de perto seus problemas. Para tanto, as divergências entre os homens de imprensa e o governo precisavam ser obscurecidas para que tal tentativa tivesse eficiência. Nesse caso, sobretudo no que se refere ao *Jornal do Comércio*, as diferenças foram minimizadas. (ANDRADE, 2011, p. 61)

Os conceitos de propaganda neste período incorporaram ideias na perspectiva direta de harmonizar os elementos constituintes da sociedade. Assim, manipulava-se a fabricação do imaginário coletivo<sup>14</sup>. Evidentemente que à luz dos núcleos de poder, o chefe político apresentava-se como o condutor da Nação, contudo, a capacidade de arregimentar o povo brasileiro ligava-se diretamente às formas simbólicas de poder, particularizadas num esquema organizacional de caráter local expresso por grupos regionais, principalmente após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942.

---

<sup>14</sup> Para Bronislaw Bazcko, a categoria *imaginário coletivo* constitui-se no lugar onde as aspirações sociais se manifestam, onde as lutas e conflitos sobre o que deve ser pensado se expressam, sobretudo com o uso da propaganda política, por meio de símbolos e representações. Ver Bazcko (1985).

Nesta época, aliás, o presidente Getúlio Vargas definiu várias iniciativas de constituição de um *front* interno. Dirigidas para instituir a mobilização da população civil diante da guerra, estas iniciativas visavam criar uma mobilização segundo os ideais do Estado Novo e não conectadas efetivamente à guerra na Europa. Nesse sentido, foram utilizadas como alibi para as medidas do governo e a mobilização constituiu-se na forma de inserir o Brasil na guerra, sobretudo a partir do envio da Força Expedicionária Brasileira para a Itália. Nesse cenário, a imprensa enfatizou ideias militares, como povo em marcha, disciplina, bravura e lealdade, destreza e resistência muscular, desbravamento e coragem, organização e vigilância, sacrifício e união (CYTRYNOWICZ, 2002). Diante disso, conforme destacou Fernanda dos Santos Bonet:

[...] houve uma utilização da participação do Brasil na II Guerra Mundial para sustentar o discurso da necessidade da união nacional acima das diferenças existentes entre os grupos que compunham a população brasileira; esse conflito também serviu como pretexto para desviar a atenção da população das reivindicações e dos problemas internos e concentrá-la na necessidade de união dos esforços para vencê-lo. Além disso, as ações abusivas do governo e dos militares foram apresentadas positivamente e justificadas como esforço em combater o inimigo que tentava se infiltrar na sociedade brasileira. (BONET, 2008, p. 9)

As práticas utilizadas pelo presidente Getúlio Vargas, ao declarar guerra contra os países do eixo, enfatizaram a integração do país para a vitória dos aliados. Para isso, os jornais novamente cumpriram a função de expressar o pensamento do governo. Manteve-se, com o envio de soldados para atuarem no conflito, o discurso nacionalista e patriótico característico do período. Assim, tornou-se fundamental divulgar as vitórias dos soldados brasileiros na Europa para criar o espírito de esforço coletivo.

Em Mato Grosso, o discurso nacional de mobilizar os recantos mais longínquos do país permitiu aos intelectuais inserir a região no cenário nacional, uma vez que desde o século XVIII, em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais elaboraram-se imagens negativas do Estado, separando-o do mundo civilizado litorâneo, baseado no modelo europeu. Desse modo, o *Jornal do Comércio* contribuiu com o discurso oficial sobre a participação brasileira na guerra, pois favoreceu, no campo das representações, a integração dos diferentes grupos locais na manutenção da estrutura de poder, escamoteando possíveis divisões internas e teses separatistas. Observa-se, com isso, uma ratificação da necessidade de todos se unirem para a vitória no conflito mundial e por isso não haveria como serem debatidos os problemas

regionais. Ou seja, a valorização do estado de guerra visou desviar a atenção da população das necessidades internas, além de elevar Mato Grosso como território pertencente ao esforço de guerra, e ao mesmo tempo afastar estereótipos combatidos desde o início do século XX, conforme veremos no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 2

### **GUERRA E IMPRENSA: O DISCURSO DE MOBILIZAÇÃO EM MATO GROSSO PELAS PÁGINAS DO *JORNAL DO COMÉRCIO***

#### **2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Para Eric Hobsbawm (1995), o “breve século XX” foi marcado pela guerra não havendo possibilidade, portanto, de compreendê-lo sem ela. Na mesma linha de raciocínio, o historiador Roney Cytrynowicz destacou que, no século XX, “a história da Europa está periodizada pelas guerras”, concluindo a respeito disso que “quando não há guerra, é entre guerras, é pré-guerra, é pós-guerra, mas sempre mobilização em torno da guerra” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 13). Contudo, no caso da Segunda Guerra Mundial, mais do que restrito à Europa, o conflito teve caráter global, levando as colunas do “grande edifício da civilização do século XX” a desmoronarem em suas chamas (HOBSBAWM, 1995, p. 30).

Conforme Eric Hobsbawm (1995), o início desse conflito global está diretamente relacionado ao assassinato, em 28 de julho de 1914, do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, o que levou a Áustria a declarar guerra à Sérvia dando origem à Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, os dois conflitos mundiais devem ser entendidos como um único evento, ou seja, no âmbito de uma longa guerra de 31 anos, que só terminou em 14 de agosto de 1945 com a rendição incondicional do Japão e o fim da guerra no pacífico. Diante disso, ressaltando que “todo grande acontecimento histórico pode e deve ser compreendido como um elo, por mais importante que seja, de uma cadeia que se inicia muito antes e que continuará posteriormente”, Tullo Vigevani observa nos tratados de paz que os países aliados na Primeira Guerra Mundial, especialmente Grã-Bretanha e França, impuseram às potências centrais as causas da Segunda Guerra Mundial (VIGEVANI, 1995, p. 17).

De fato, a paz punitiva atribuída à Alemanha pelo Tratado de Versalhes, seguida de pesadas imposições, que acabariam por agravar crises econômicas, políticas e sociais no país, exacerbou em grande parte da nação alemã, já inconformada e ferida em seu orgulho com a

derrota imposta pelas armas, um forte sentimento revanchista. Constituíam-se, desse modo, o cenário propício para a emergência de tendências políticas ideologicamente apoiadas no ultranacionalismo e no racismo como expressões do sentimento de reconstrução germânica. Assim, em 1933, liderados por Adolf Hitler, os nazistas assumiram o poder na Alemanha, dando início à política de expansão territorial e à perseguição aos judeus, fatores que culminaram na eclosão da Segunda Guerra Mundial e no Holocausto, respectivamente.

Enquanto isso, os desdobramentos da política europeia, à beira de uma guerra, ainda era um eco distante no Brasil, “[...] a não ser uma diminuta parcela da população, o restante da nação não acompanhava nem distinguia os contornos da crise que se agravava a cada dia [na Europa]” (SILVEIRA, 1989, p. 25).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início da década de 1940 o Brasil possuía cerca de 40 milhões de habitantes, a maior parte localizada em zonas rurais. A taxa de analfabetismo correspondia a 56% dos indivíduos e a agricultura constituía-se na principal atividade econômica do país. Na política vivia-se o regime ditatorial do Estado Novo, instaurado pelo presidente Getúlio Vargas em 1937. O historiador Francisco Cesar Ferraz vê aí alguns dos motivos que fizeram com que o impacto da guerra fosse indireto e distante para a maioria esmagadora da população brasileira. Na avaliação desse autor:

A rigor, a guerra foi sentida pelo cidadão comum de duas maneiras: a) através das estratégias do governo do Estado Novo de constituir um ‘front interno’, no qual se visava a mobilização dos trabalhadores pela defesa do país e pelo aumento da produção; b) através da escassez e do encarecimento de produtos de consumo cotidiano, devido às dificuldades de importação e à especulação com os preços dos gêneros de primeira necessidade. (FERRAZ, 2005, p. 20-21)

Francisco Cesar Ferraz conclui que seria mais prudente afirmar que “não foram os brasileiros que foram à guerra, mas sim a guerra que chegou aos brasileiros” (FERRAZ, 2005, p. 9), dada a amplitude geográfica e o volume de recursos humanos e materiais envolvidos, o que fez da Segunda Guerra Mundial o maior conflito mundial da história do século XX.

Ao eclodir o conflito na Europa, em 1º de setembro de 1939, com a invasão da Polônia pelo exército nazista, era praticamente impossível presumir que o Brasil viria a se envolver diretamente no mesmo. Contudo, a partir de 1940 Estados Unidos e Alemanha intensificaram suas negociações com o governo brasileiro. Para Ricardo Bonalume Neto, “havia duas coisas que poderiam interessar a um beligerante: matérias-primas, como a borracha e o ferro,

produtos agrícolas como o café e o açúcar, e uma posição geográfica estratégica” (BONALUME, 1995, p. 30). Portanto, as potencialidades de matérias-primas e a localização privilegiada incluíram o Brasil no cenário internacional beligerante.

Nesta época, o governo brasileiro declarava-se neutro diante do conflito. Contudo, desde 1937, com a instauração do Estado Novo, o projeto nacionalista autoritário do presidente Getúlio Vargas aproximava-o dos governos totalitários, especialmente o fascismo italiano. Apesar disso, a historiografia brasileira não caracteriza o Estado Novo como exemplo de regime totalitário. Para a historiadora Maria Helena Capelato, durante o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), as oposições democráticas e os adversários do governo na luta pelo poder continuaram atuando. A repressão foi intensa e as liberdades foram anuladas, mas não ocorreu o monopólio absoluto do Estado no plano físico, jurídico ou econômico (CAPELATO, 1988 p. 31-32). Sendo assim, para a Capelato, não é possível considerá-lo efetivamente totalitário, não obstante, autoritário. Por outro lado, o controle dos meios de comunicação e a propaganda como forma de expressão do poder, talvez sejam, guardadas as proporções, similares ao nazismo alemão, pois para alcançar a dominação por meio dos imaginários sociais era necessário o controle dos meios de comunicação, instrumentos de persuasão destinados a inculcar valores e crenças.

Com o desenvolvimento da guerra na Europa, a ambiguidade brasileira foi marcada por profícuas relações comerciais e diplomáticas com Estados Unidos e Alemanha, à época dois de seus principais parceiros no comércio internacional. Para os alemães, manter o Brasil neutro, significava, entre outros, enfraquecer o envio de matérias-primas importantes aos países aliados. Ao mesmo tempo, as pressões econômicas e culturais norte-americanas se intensificaram, tornando-se frequentes na medida em que o conflito se estendia<sup>15</sup>.

Os Estados Unidos preocupavam-se com as crescentes vitórias alemãs no início da guerra. Em 1941, o presidente Franklin Delano Roosevelt estendeu a zona de segurança norte-americana no patrulhamento do Atlântico Norte. Posteriormente, implementou um plano de defesa para o continente americano, no interior do qual o Brasil era uma peça importante por causa do seu posicionamento territorial estratégico (SALUN, 2004), sobretudo, pela proximidade do Nordeste brasileiro com Dakar, no Senegal, região mais ocidental da África, rota conhecida como “O trampolim da vitória”, uma vez que a locomoção de tropas e o envio de matérias-primas aos aliados por esta via poderia ocorrer em menor tempo. Dessa forma, o

---

<sup>15</sup> Sobre o processo de americanização do Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial, ver Tota (2000).

jogo estratégico norte-americano e a política de barganha do presidente Getúlio Vargas coadunaram-se a partir da expansão germânica no conflito. Nesse sentido, a possibilidade de acordos comerciais incluiu o país no centro das atenções norte-americanas e germânicas desse período.

Contudo, os rumos da política internacional brasileira alteram-se bruscamente. Para Vágner Camilo Alves (2002) o jogo político do presidente Getúlio Vargas era limitado às próprias condicionantes da guerra, isto é, seu poder de barganha dependia dos efeitos estruturais e fases da guerra. Nesse cenário os países periféricos eram arrastados para o conflito, sem poder efetivo de decisão a respeito de qual lado atuar. Nessa perspectiva, o ataque japonês a Pearl Harbor, no dia 7 de dezembro de 1941, determinou a entrada do Brasil na guerra, a partir dos interesses geopolíticos norte-americanos. Para o general Octávio Costa, a explicação é mais simples: “como poderia o Brasil, país voltado para o Atlântico, aberto à Europa, à América do Norte e à África, manter-se neutro diante do mundo dividido”? (COSTA, 1976, p. 16). Portanto, a partir do episódio de Pearl Harbor, foram traçados novos caminhos à política internacional brasileira, alinhando-se definitivamente ao seu parceiro comercial mais importante, os Estados Unidos.

Pelos acordos assinados anteriormente, especialmente a Declaração de Havana, assinada em julho de 1940, todo atentado de Estado não Americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência política de um Estado Americano, seria considerado como um ato de agressão contra os Estados que firmavam aquela declaração (LOPES, 1979, p. 12). Nesse sentido, conforme o ex-comandante da Força Expedicionária Brasileira, general Mascarenhas de Moraes, o Brasil apenas cumpriu com suas obrigações de signatário da referida Declaração. Assim,:

[...] o Governo do Brasil, honrando seus compromissos no plano internacional e em justa solidariedade com os Estados Unidos da América do Norte, anunciou, em data de 28 de Janeiro de 1942, durante a Terceira Reunião dos Chanceleres, no Rio de Janeiro, o rompimento de suas relações com a Alemanha, o Japão e a Itália. (MORAES, 1947, p. 20)

Nesse cenário, os Estados Unidos, ao declarar guerra aos países do eixo, exigiram uma rápida tomada de posição das demais nações do continente americano. Diante da pressão, em 28 de janeiro de 1942, ao realizar-se, no Rio de Janeiro, a III Conferência de Chanceleres, o governo brasileiro resolveu, apesar da discordância de alguns militares ligados ao Estado

Novo, romper relações diplomáticas com o eixo Berlim-Tóquio-Roma. Para o historiador Francisco César Ferraz:

O rompimento de relações [apenas] desnudou o que restava da “neutralidade” brasileira. Desde o início das hostilidades na Europa, os governos latino-americanos já eram pressionados por militares e diplomatas dos Estados Unidos para autorizar o uso de bases aéreas e navais por suas Forças Armadas e para fornecer com exclusividade para os Aliados matérias-primas estratégicas. (FERRAZ, 2005, p. 15)

Com a promessa de reequipar as forças armadas brasileiras, os norte-americanos fixaram bases aéreas no norte e nordeste do país, precisamente em Belém, Natal e Recife. As concessões entre Brasil e Estados Unidos, a partir desse instante, seguiram uma evolução gradativa e oportuna, de ambos os lados. Ao mesmo tempo, tornava-se necessário enfrentar internamente as ondas nazifascistas no país, inclusive de membros do próprio governo, pois mesmo após o ataque a Pearl Harbor algumas desconfianças ligadas ao alto escalão militar brasileiro, sobretudo em relação a possíveis tendências pró-eixo, ainda rondavam o cenário político. Nesse sentido, Joel Silveira e Thassilo Mitke escreveram:

No primeiro escalão do Governo chefiado por Vargas destacavam-se, como reconhecidos simpatizantes do nazi-fascismo, o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Chefe do Estado-maior do Exército, e o Major Filinto Müller, Chefe de Polícia do Distrito Federal, ou seja, da Capital da República, então sediada no Rio de Janeiro. (SILVEIRA; MITKE, 1983, p. 15)

Militares como Góis Monteiro e Gaspar Dutra, independente de razões pessoais, tentaram dissuadir o presidente Getúlio Vargas de romper relações com o Eixo. Consideravam seriamente a escassez do preparo militar brasileiro, tanto em homens como em equipamento, uma vez que não havia precedentes sobre as consequências militares de um rompimento dessa natureza. No entanto, o afundamento dos navios brasileiros resultou na percepção das autoridades de que a participação do Brasil na Segunda Guerra seria inevitável.

Antes de o governo brasileiro romper relações com Berlim, autoridades nazistas advertiram sobre possíveis atos hostis ao território brasileiro. Curt Pruefer, representante alemão no Brasil, escreveu ao chanceler brasileiro Osvaldo Aranha em tom de ameaça: “A ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha significaria o estado de

beligerância latente, acarretando consequências que equivaleriam à eclosão da Guerra efetiva entre os dois países” (SEITENFUS apud MACEDO, 2009, p. 38-39). A partir daí:

A medida concreta que o Eixo adotou contra o Brasil foi impedir a navegação comercial entre o país e o Atlântico Norte, em especial os Estados Unidos, e essa barreira oceânica montada pelos alemães, em especial, acabou pondo a pique vários navios brasileiros ao redor do continente, além de ceifar centenas de vidas tanto de civis como de militares brasileiros. (MACEDO, 2009, p. 47)

Portanto, em cumprimento às ameaças, os alemães, após o rompimento diplomático do Brasil, na Conferência dos Chanceleres, afundaram inúmeras embarcações brasileiras, torpedeadas por submarinos do exército nazista no Atlântico sul. Segundo ponderou Francisco César Ferraz:

Romper relações significa mais do que fechar embaixadas e consulados. Em um ambiente de guerra, condicionavam-se o comércio e as tarefas de defesa interna aos interesses da coligação aliada. Cidadãos dos países com os quais as relações foram rompidas poderiam sofrer, nesses territórios estrangeiros, dificuldades e mesmo perseguições. O apoio mais explícito a um dos beligerantes tornaria a nação uma inimiga em potencial da outra. A diferença entre essa situação e a declaração de guerra estava em uma agressão direta. Bastava o primeiro tiro. (FERRAZ, 2005, p. 39)

No dia 16 de fevereiro de 1942, o navio brasileiro Buarque foi afundado. Anteriormente outros navios já haviam desaparecido nas águas do Atlântico. Não restavam dúvidas: a guerra chegara ao Brasil (SILVEIRA, 1989).

Os atos hostis dos alemães às embarcações brasileiras serviram para sensibilizar a nação e corroborar com a construção da imagem do inimigo a ser combatido – os nazifascistas e a quinta-coluna. Segundo o general Mascarenhas de Moraes, “tais atentados à nossa soberania avolumaram a onda de indignação popular e conduziram o nosso Governo a declarar guerra à Alemanha e à Itália, em data de agosto de 1942” (MORAES, 1947, p. 21). Sendo assim, no dia 22 de agosto, após reunir-se com os ministros, o presidente Getúlio Vargas transmitiu, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, a seguinte informação:

Rio, 22 – 18 horas – (Ag. Nac.) – Urgentíssimo – Comunica o DIP: “O presidente da República na reunião do Ministério a que compareceram todos

os ministros, diante da comprovação dos atos de guerra contra a nossa soberania, foi pelo Governo reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras – Alemanha e Itália. Em consequência, expediu-se por via diplomática, as devidas comunicações àqueles dois países. Examinaram-se em seguida, diversas providências atinentes à situação, ficando os ministros incumbidos de preparar os atos necessários. (*Jornal do Comércio*, 22/08/1942)

Em 31 de agosto, através do Decreto nº. 10.358, declarava-se formalmente estado de guerra em todo território nacional.

Além do general Mascarenhas de Moraes, vários pesquisadores indicaram “a onda popular” que se espalhou pelo Brasil após o afundamento de embarcações mercantes no litoral. Para Carmen Lúcia Rigoni, por exemplo, com as agressões sofridas, o governo brasileiro, “sob forte pressão popular, fez a declaração de guerra” (RIGONI, 2006, p. 41). De acordo com Francisco César Ferraz, “a opinião pública reagiu revoltada, com protestos, comícios, passeatas e ataques a clubes, associações e empresas de propriedade de cidadãos dos países do Eixo, nas principais cidades do país” (FERRAZ, 2005, p. 41). Segundo o ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira, “houve manifestações antigermânicas em várias capitais. Bens dos súditos do Eixo foram depredados por uma parte da população enfurecida, o clima era de total repúdio [...]” (SILVEIRA, 1989, p. 43). Na descrição do historiador Alfredo Oscar Salun:

Em agosto, novas manifestações aconteceram. A UNE, o CBDU e associações de estudantes universitários cercaram o Palácio da Guanabara e exigiram vingança contra o nazi-fascismo [...] Na capital paulista, a população também se fez presente em atos públicos noticiados pela imprensa. (SALUN, 2004, p. 25)

Outro pesquisador que destacou as manifestações populares foi Ranielle Cavalcante de Macedo, ao afirmar que das “passeatas que se realizaram pelas principais capitais do Brasil, muitas protestavam contra os países do Eixo e homenageavam os aliados, principalmente os Estados Unidos” (MACEDO, 2009, p. 40). No livro *A luta dos pracinhas*, dos correspondentes de guerra Joel Silveira e Thassilo Mitke, já nas primeiras páginas está escrito: “esses afundamentos traumatizaram ainda mais a opinião pública brasileira e levaram o Governo de Getúlio Vargas a reconhecer a existência do estado de guerra entre o Brasil e as potências do Eixo” (MITKE; SILVEIRA, 1983, p. 16). Em Campo Grande as manifestações contra os países do Eixo foram destacadas pelo *Jornal do Comércio* com grande entusiasmo:

#### O comício de ontem

Como noticiáramos, realizou-se ontem, na Praça da Liberdade, o comício dos estudantes campo-grandenses contra os piratas do Eixo e contra a ação perturbadora e indesejável da 5.a coluna no Brasil. A praça do coreto e as diversas alamedas estavam à cunha. O povo acorreu àquela praça, provando, de modo eloquente, a sua brasilidade e o propósito meritório de apoiar a digna mocidade em seus sublimes assomos em prol da dignidade humana e da grandeza da nossa Pátria. A passeata, o comício propriamente dito, os discursos, tudo correu em absoluta ordem. Viam-se cartazes com dizeres expressivos de repulsa aos condenáveis processos das três nações agressoras, bem assim as caricaturas de seus ditadores. [...] Os nomes dos exmos. senhores Getúlio Vargas, Roosevelt e Churchill eram a cada passo pronunciados com o respeito que merecem os três grandes estadistas defensores impertérritos das Democracias e da dignidade humana. Parabéns aos estudantes dos ginásios Dom Bosco e Osvaldo Cruz! (*Jornal do Comércio*, 11/08/1942)

Conforme Roney Cytrynowicz “esta tem sido a versão histórica dominante sobre os dias que antecederam a declaração de guerra do Brasil, sugerindo uma comoção nacional e intensa, além de dirigida ação popular pedindo a guerra, afinal formalmente declarada em 31 de agosto de 1942” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 325). Segundo o autor, este foi o momento escolhido pelo governo para mobilizar a oposição em torno da agressão ao país, de forma a manter a coesão em torno do regime e neutralizar os adversários que começavam a surgir. Portanto, na hipótese de Cytrynowicz, “a agitação popular de julho e agosto de 1942 não significou um confronto interno mais consistente e efetivo contra o regime e talvez tenha contribuído para o clima de cerrar fileiras em nome da pátria agredida pelo nazi-fascismo” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 333).

Para fortalecer o sentimento de união nacional, os jornais e o rádio foram fundamentais, pois cumpriram diariamente a missão de divulgar a tragédia. Nesse sentido, os bombardeios às embarcações foram constantemente noticiados pela imprensa brasileira, causando revolta e indignação à população. Segundo Luciana Ibarra do Santos, em função dos ataques aos navios mercantes brasileiros, nasceu um sentimento revanchista que foi asseverado pela campanha de entrada do Brasil na Guerra, organizada pelo governo federal brasileiro do período, como uma força de pressão, a partir da criação de aparatos próprios para a difusão ideológica - Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por exemplo - o governo foi capaz de difundir a imagem do Estado Novo, e, a partir de 1942, conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira a favor da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2006, p. 5). Nesta perspectiva, a continuidade dos torpedeamentos e o aumento do número de mortos provocou uma comoção popular, estando a imprensa pronta para cobrir as

manifestações contra os países agressores, iniciando uma campanha de repúdio ao Eixo e a favor dos países aliados, além de publicarem as ações policiais contra os espiões, a quinta-coluna e os “súditos do eixo” que podiam estar praticando atos de sabotagem e espionagem.

Neste processo, a ação dos órgãos de propaganda do Estado Novo na produção de notícias serviu para organizar o caráter unificador da guerra – no âmbito nacional o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e no regional o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Desse modo, por meio do controle dos meios de comunicação a população não soube de todos os passos do Brasil na guerra, seu acesso aos fatos ocorreu, particularmente, pelo que a imprensa publicou.

Nesse cenário, houve também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que tenha havido encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, houve mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências. Com isso, o Estado procurou eliminar a contrapropaganda dos opositores. O DIP, como órgão responsável pela propaganda e controle dos meios de comunicação, atuou na difusão sistemática das teorias da guerra moderna juntamente com o projeto político-ideológico do Estado Novo, auxiliando na mobilização interna e no esforço de guerra nacional – “Frente interna igual à frente externa. Trabalhadores iguais soldados” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 213), conforme ilustra a publicação abaixo:

Estamos nesta comemoração de 1º de maio, em plena guerra, batalhando ao mesmo tempo em dois fronts; no externo – enviando soldados para engrossarem as fileiras e os exércitos das Nações Unidas contra a barbárie nazista, e no front interno, ao lado do governo, decididamente, contra a quinta-coluna e seus agentes – o integralismo e as forças reacionárias e exploradoras do povo. O 1º de maio de 1944 deve ser, pela nossa união de ferro de todos os trabalhadores, em torno do governo de guerra do Presidente Vargas, a resposta inequívoca, a firme resolução de não aceitarmos meios termos na luta a que nos lançamos – todos os brasileiros verdadeiramente patriotas – contra os inimigos da Civilização. (*Jornal do Comércio*, 02/05/1944)

Assim, buscava-se legitimar as propostas de nacional-patriotismo, de harmonia social, de intervencionismo econômico e de centralização política (CAPELATO, 1998). Nesse sentido, a guerra serviu aos interesses do governo, pois através da criação de um *front* interno pretendia-se legitimar ações já estabelecidas em 1937, com a instauração do Estado Novo. O governo do presidente Getúlio Vargas, portanto, aproveitou-se da conjuntura de guerra para a

adesão da população ao regime, utilizando-se, sobretudo dos meios de comunicação, para mobilizá-los para a guerra, como parte de uma estrutura governamental.

## **2.2 MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM MATO GROSSO NA ÉPOCA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL POR MEIO DO *JORNAL DO COMÉRCIO***

Diferentemente dos conflitos anteriores, a Segunda Guerra Mundial introduziu a noção de “guerra total”, pautada na inteira indistinção entre os *fronts* interno e externo, entre o *front* civil e o militar. Noutros termos, a definição de um *front* interno, transformado em elemento tão decisivo quanto às linhas de frente dos combates, levou à permanente mobilização das populações civis nos esforços de guerra. Se por um lado isso fez com que a guerra “invadisse todas as esferas da vida do homem, não apenas quando o *front* militar [esteve] ativo”, por outro lado, inaugurava-se um período em que ao Estado era permitida a intervenção em escala ampliada na vida civil, promovendo o quase completo cerceamento da autonomia e das liberdades individuais (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 15). Na expressão de Hobsbawm:

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria: é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. (HOBSBAWM, 1995, p. 51)

As sociedades, nesta perspectiva, precisaram estar permanentemente mobilizadas. Assim como os militares, as populações civis tornaram-se soldados da pátria, esforçando-se na vitória de seus países, sobretudo com a definição de um *front* interno. Portanto, “a Segunda Guerra Mundial foi a experiência histórica mais próxima do que podemos rotular como um conflito militar total e global” (ALVES, 2002, p. 15), pois, a partir dele, definiram-se efeitos e práticas de alinhamento com ampla legitimação aos governos, criando a ilusão da necessidade coletiva e da solidariedade interclasses na frente interna.

O resultado direto disso pode ser observado por meio de números, especialmente em relação ao emprego de soldados e vítimas. Aproximadamente 70 milhões de homens em armas, entre 45 e 50 milhões de mortos (a maioria na população civil) contabilizados nos combates, ou 80 milhões de pessoas, se contarmos também as que morreram por fome e

doença como resultado direto da guerra – oito vezes mais do que na Primeira Grande Guerra: ao todo, cerca de 4% da população mundial da época, e tudo em escassos cinco anos (COGGIOLA, 1995, p. 37).

Apesar de a guerra propriamente dita ter se desenrolado principalmente em solo europeu, suas influências e consequências percorreram, especialmente via imprensa, todos os continentes do globo. Para os brasileiros não foi diferente. No caso do Brasil a mobilização para a Segunda Guerra Mundial esteve atrelada ao projeto político-ideológico do Estado Novo, que pôde intervir em determinados setores, mobilizando e legitimando ações autoritárias com base no contexto beligerante.

Com a instauração do Estado Novo e, por conseguinte, da censura prévia, os meios de comunicação transformaram-se em veículos políticos importantes, servindo, então, aos propósitos do presidente Getúlio Vargas, onde a cooperação entre os diversos segmentos da sociedade deveriam estar voltados para a construção de um novo Brasil, indiferente às divergências políticas regionalistas, ou seja, um país uno. Nesse cenário, com a liberdade de expressão limitada pelos órgãos de propaganda, contrariar as ideias do governo e deixar de lado a propaganda política que o favorecia, poderia resultar em graves consequências para os jornais, até mesmo na sua extinção. Por outro lado, o alinhamento com o governo também favorecia as empresas jornalísticas, que buscavam lucros.

A ideia central era espalhar a mensagem de um novo país, unido e centralizado, tanto no poder quanto na figura do líder carismático. Nada melhor do que a imprensa, influente na vida urbana, para cumprir esta missão – formar a opinião pública. Neste propósito, as percepções do social foram construídas de acordo com os interesses de determinados grupos, que não se tratam de posições neutras e interferem na sociedade por meio de estratégias e práticas (CHARTIER, 1990). Assim, no contexto de mobilização interna os textos dizem como a população deveria agir para colaborar com o governo para realizar a defesa nacional.

Para Roney Cytrynowicz (2002), a imagem construída pelo Estado Novo pretendia instituir a vivência da guerra no *front* interno, como uma experiência coletiva que deveria unir todos os homens e mulheres, todos os brasileiros, sem quaisquer estratificações ou divisões sociais, conjugando mobilização para a guerra e adesão política ao governo. As mensagens deveriam atingir a todos, inclusive cidades do interior, como Campo Grande. Ainda com acesso restrito aos grandes veículos da comunicação de massa da época, a população da cidade tinha na mídia local, sobretudo no jornal impresso, uma importante fonte de

informação sobre o desenrolar do conflito. Nesse sentido, coadunado com as diretrizes políticas do Estado Novo, o *Jornal do Comércio* apresentou seu papel informativo:

O imperativo da união nacional continua sendo a nossa palavra de ordem. Não há na conjuntura difícil da nossa época, lugar para as salvaçãoes individuais, para os privilégios de poucos, para as vantagens de grupos ou facções. Os interesses da coletividade sobrepõem-se aos interesses pessoais. Quando existe a iminência de perigo, não é possível atender a reivindicações particulares, nem admitir situações excepcionais, edificadas à custa dos sacrifícios da maioria da população [...] ou se salvam todos ou perecem todos. (*Jornal do Comércio*, 12/09/1941)

Nesse clima de guerra o discurso de união nacional e coesão social articulou-se com elementos políticos presentes no escopo da elite mato-grossense. Apesar de Mato Grosso não fazer parte da lógica moderna industrializada, buscava-se, por meio da propaganda, inseri-lo na ótica nacional desenvolvimentista, afastando-se, desse modo, qualquer concepção atrasada em relação à região, incluindo o Estado no cenário nacional a partir do caráter patriótico e de mobilização perante os efeitos do conflito. Consistia, pois, em ressaltar o território mato-grossense, integrando-o no esforço de guerra. Portanto, a construção cultural acerca do que pensar de Mato Grosso, ou seja, a construção de uma identidade mato-grossense que colaborava com uma doutrina política de integração nacional, encontrou na mobilização nacional para a guerra, grandes oportunidades, afinal, a ideia de enaltecimento dos potenciais econômicos, políticos e culturais de Mato Grosso o colocariam na dinâmica do progresso. Nesta perspectiva, Fernanda Chaves de Andrade ponderou:

[...] os dirigentes políticos da esfera federal, estadual e municipal juntos teriam interesse nesse período de se atentar para as preocupações sociais a fim de ganhar respaldo político das massas. Afinal o desenvolvimento da região mato-grossense abarcava não só os interesses das classes mais abastadas mas também do geral da população, já que resultaria em mais empregos. (ANDRADE, 2011, p. 68)

Nesse cenário, as elites regionais coadunaram seus interesses aos planos do governo, sobretudo por meio de periódicos locais, uma vez que os jornais constituíam-se num expressivo veículo cultural, não obstante, consumidos por uma pequena minoria ilustrada. Para isso, conforme Lylia Galetti (2000), os intelectuais ligados às elites locais dedicavam-se a animar a vida cultural nas cidades mato-grossenses, editando jornais e revistas e

promovendo conferências em que eram debatidos os problemas do estado, e a participar ativamente da vida política regional.

Em Campo Grande, no início da década de 1940, o periódico de maior circulação na cidade era o *Jornal do Comércio*. Seu proprietário, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, destacou-se como um importante intelectual na região, com formação acadêmica no Rio de Janeiro. Instalou-se na cidade de Campo Grande em 1917. Ocupou diversos cargos administrativos e no legislativo mato-grossense, estreitando laços com vários setores da elite política local. Com o início do Estado Novo, em 1937, manteve estreita relação com a família Müller, especialmente com o Interventor Federal de Mato Grosso durante o Estado Novo, Julio Müller, e o Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. A proximidade de José Jayme Ferreira de Vasconcelos com Filinto Müller evidencia-se até mesmo quando o Chefe de Polícia do Distrito Federal, então no Rio de Janeiro, agradeceu as felicitações pelo seu aniversário:

O Major Filinto Müller e o Jornal do Comércio

Rio, 20 – Of. – Dr. Jayme Vasconcellos – Campo Grande – Mt.

N. 1034 – Agradeço muito penhorado as generosas expressões da nota publicada pelo prestigioso <<Jornal do Comércio>>, por motivo da passagem do meu natalício. Cordiais saudações. Filinto Müller. (*Jornal do Comércio*, 22/07/1944)

Neste contexto local, marcado por relações clientelistas, o impresso defendeu posições políticas de setores e grupos locais e nacionais, apresentando, em suas páginas, conteúdo muitas vezes mais opinativo do que informativo, característica do jornalismo brasileiro da época. Aliás, a imprensa dos anos 1940 era herdeira do modelo francês, com textos panfletários.

Desde sua gênese, o jornalismo com caráter opinativo serviu a interesses de grupos específicos, com projetos políticos e ideológicos diferentes. Significa, portanto, que as reportagens, mesmo descritivas, carregavam fortemente a opinião de quem as produziram. Por isso, era comum nos textos elogios e saudosismos, além de severas críticas a grupos rivais e opositores, transparecendo, assim, as convicções políticas às quais o jornal estava ligado. Assim, o periódico veiculou representações de acordo com o contexto local, dialogando conforme o fazer social de seus grupos e com a política nacional do Estado Novo.

Desse modo, o jornal utilizou o discurso de mobilização para convocar o coletivo a colaborar com uma causa que preocupava as autoridades locais: as disputas e fracionamentos

políticos que poderiam resultar em instabilidades na região. A evidência disso foi o discurso proferido por José Jayme Ferreira de Vasconcelos, publicado pelo *Jornal do Comércio*, sob o título de *Entusiásticas comemorações do dia do trabalho*, onde estavam presentes autoridades militares, eclesiásticas, diretoria de sindicatos e representantes do Ministério do Trabalho:

[...]Às 9 horas, os representantes dos Sindicatos trabalhistas, acompanhados dos dignos representantes locais do Ministério do Trabalho, e do advogado dos operários dr. José Jaime Ferreira de Vasconcelos, diretor do *Jornal do Comércio*, que fora convidado para ser o intérprete dos sentimentos do operariado nessa visita...Usando da palavra, o dr. Jaime F. de Vasconcelos proferiu o seguinte breve discurso: Exmo. sr. chefe do Estado Maior – representando o exmo. sr. general Isauro Reguera: aqui estão, unidos pelos mesmos sentimentos, vibrando aos mesmos entusiasmos que a data de hoje desperta em todos os nossos corações, aqui estão nesta simples, singela mas tocante demonstração de sua solidariedade com as Forças Armadas da Nação, os líderes do operariado campo-grandense, hoje coordenados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção, e sob a vigilante orientação doutrinária do sr. representante local do Ministério do Trabalho. Tão altamente acertada foi a inspiração deste gesto espontâneo, quanto desacertada a escolha do intérprete, que certamente teria declinado da investidura, se não fosse o desejo de, mais uma vez, confraternizar com o proletariado de Campo Grande, no meio do qual se sente entre irmãos, entre companheiros da mesma jornada, em que somos todos, sem distinção de profissões, operários da grandeza da Pátria, trabalhando aqui ou além, sob os exemplos de incessante operosidade do presidente Getúlio Vargas, o querido operário nº 1 do Brasil! (*Jornal do Comércio*, 02/05/1944)

Para Osvaldo Zorzato, desde o início do século XX, os intelectuais mato-grossenses já se utilizavam do discurso conciliatório, pois era importante “forjar, fortalecer e disseminar um sentimento de pertencimento ao grupo” (ZORZATO, 1998, p. 15), que afastasse qualquer referência ao estigma de atrasado do território. Nesse sentido, se utilizavam de jornais, revistas e livros para divulgar a região, conforme a própria descrição abaixo:

Propaganda, Fator de Progresso: Tenho falado insistentemente na necessidade de se fazer uma propaganda inteligente de Mato Grosso. O nosso Estado é quase desconhecido nas suas riquezas e possibilidades nos grandes centros do país. Há pouco, escrevendo acerca do vertiginoso progresso que a rica região oestina alcançou, nestes últimos tempos, no setor aviatório, o sr. Austregésilo de Ataíde observava que Mato Grosso, para muitos, continua a ser apenas os chapadões intermináveis, a selva abrupta com onças ferozes e as tribos de índios bravios. O jornalista, entretanto, não se inclui nesse rol e disso é prova o seu artigo, verdadeiro hino à pujança aérea conseguida pelo longínquo Estado, a que chama de pioneiro da aviação. Mas, nem todos são Austregésilo de Ataíde, que se deu ao trabalho de procurar conhecer melhor a imensa zona desbravada pelos bandeirantes paulistas. E por isso é incontável o número daqueles que, referindo-se a

Mato Grosso, lembram-se somente de bugres e onças e selvas. O que se deve fazer é ir ao encontro de todos quantos desejam conhecer Mato Grosso, facilitando-lhes as referências das coisas mato-grossenses. Como? Promovendo uma propaganda bem feita de tudo que possui o Estado, divulgando dados referentes à sua economia, ao seu comércio, à sua indústria, à sua agricultura, à sua pecuária, aos seus pontos de turismo, e de tudo, enfim, que possa constituir atrativo e despertar interesse nos diversos meios da metrópole. [...] Assim se conseguirá fazer a propaganda das coisas mato-grossenses. No mundo moderno, é preciso notar, propaganda é fator de progresso. Sem ela, nada se faz. (*Jornal do Comércio*, 23/10/1941)

Com o advento do Estado Novo e posteriormente a guerra, o discurso nacionalista renovou os proselitismos locais, incorporando, a partir daí, a ideia de Mato Grosso como participante ativo dos esforços da nação. Sendo assim, o regime de dominação local interligou-se ao projeto unificador do Estado Novo, coadunado por meio da imprensa. O discurso do Interventor Julio Müller, publicado no *Jornal do Comércio*, no sétimo aniversário de seu governo, ilustra esta questão. O título da reportagem foi: *Mato Grosso está firme e alerta, ao lado do Presidente Getúlio Vargas*:

Nesta hora em que se decidem no trabalho sangrento da Europa martirizada os destinos da humanidade, e, quando o nosso Brasil no cumprimento de um sagrado imperativo da honra e da altivez está a escrever com o sangue heroico de sua juventude a página mais rutilante da sua história não posso deixar de vos evocar a fibra cívica-patriótica mato-grossense, esse fervoroso sentimento de brasilidade que jamais nos abandonou – esse princípio espiritual imamente plasmado pela união entre o passado e o presente. Somos um povo em cujo peito vibraram sempre as fibras que respondem aos afetos superiores do patriotismo verdadeiro. O evoluir da nossa vida política-social que às vezes trouxe episódios que se embaralharam, parecendo levar para a anarquia, os pruridos mais sadios dos gestos que os motivaram, traz mais tarde no arrefecimento da paixão desencadeada pela luta, a marca de um esforço constante e eficaz, para integrar o Estado na plenitude da civilização brasileira. A consciência mato-grossense, formada na inspiração de uma existência heroica cheia de glória e de sacrifícios, aponta-nos o porvir para que realizemos em comum uma obra digna dos nossos maiores. Não somente a grandeza material de Mato Grosso – que é também um imperativo – não somente a nossa riqueza material nos predestina à luta e ao triunfo. O nosso passado aí está, a ensinar e a exigir, o prosseguimento da obra tradicional. Somos um povo que não se deixou ficar recluso e indiferente como a isso nos poderia levar a contingência geográfica. A alma histórica nacional é a alma histórica mato-grossense, porque, meus amigos, não somos e nunca fomos mera expressão territorial. (*Jornal do Comércio*, 11/10/1944)

Assim, os intelectuais locais divulgaram, pelas páginas do jornal, o projeto das elites do Estado, alicerçados na ideia de consolidar uma identidade mato-grossense. Conscientes da

força representada pela imprensa, as elites campo-grandenses utilizaram-se dos jornais para veicular práticas essenciais na incursão da região no cenário de guerra brasileiro. Nesta perspectiva, os intelectuais tinham a função de retransmitir às massas o que nelas é apenas uma ideia indecisa e uma aspiração mal definida. Portanto, a elite cultural estava necessariamente associada ao poder público como centro de elaboração ideológica e núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela sublinha e coordena.

Supostamente atrasado e incivilizado, Mato Grosso tornava público seu esforço em contribuir pela defesa do Brasil. Desse modo, reforçaram-se as concepções do novo homem brasileiro, devoto de sua terra e responsável pelo esforço de guerra nacional anunciada pelo presidente Getúlio Vargas. Para Fernanda dos Santos Bonet, esse discurso justificava as práticas autoritárias do governo, sendo assim:

Como o Regime estaria cuidando para que a nação continuasse em ordem mesmo estando em guerra, toda a população deveria colaborar com o governo. Da mesma forma, justifica-se a necessidade de mobilização da população, principalmente dos trabalhadores, transformados em soldados de retaguarda. (BONET, 2010, p. 48)

O envolvimento de Mato Grosso nesse clima patriótico de militarização serviu, nesse sentido, para promover a região no cenário nacional. O quadro de exigências estabelecidas, como no caso da “economia de guerra”, quando os trabalhadores foram submetidos a um regime de produção e a determinações disciplinares específicas, funcionou para criar uma consciência homogênea e unida em torno dos esforços que a guerra impunha.

O momento é de concórdia e de união de todos os brasileiros – A defesa da Pátria o exige! A união faz a força.

O momento é de concórdia, é de união, o que redundará em benefício inestimável à causa do Brasil, à causa das Américas e das demais nações livres que combatem as forças diabólicas do Eixo. Lembremos, ó brasileiros, que os nipo-nazi-fascistas nos querem escravizar como fizeram com a França e com as demais nações que dominam! As dissensões internas ou grupalistas, que perderam a França e outros estados independentes, não devem perdurar hoje no Brasil. Fazer o contrário é lançar o ódio entre os que devem irmanar-se para combater o inimigo comum, audacioso e credulíssimo. As picuinhas filhas de ódio velho são providenciais aos adversários, que vêm baseando nelas as suas incríveis vitórias. As brigas de chefetes inconscientes, ou de grupos partidários é que produziram o colapso da França, que vê hoje sua mocidade varada pelas balas assassinas de membros de um exército de terríveis sádicos, comandados por um paranoico, por um indivíduo que deveria estar num hospício e metido em camisa de força. Que isso nos sirva de boa lição! Quem semeia a cizânia entre

brasileiros, não é patriota, porque procura enfraquecer, pela dispersão ou com prevenções descabidas, elementos apreciáveis de resistência e de defesa. Não importa que alguém tenha pertencido a este ou aquele partido político ao tempo de sua legalidade. Hoje ninguém é político partidário, pois não existe no Brasil partido político. Todos os brasileiros, sem distinção de credo político ou filosófico, têm de trabalhar, com amor, com energia, com inabalável fé na vitória em qualquer setor para onde os mandarem os chefes, para a continuação da dignidade e independência da Pátria. Abram-se todos os olhos com referência ao quinta-colunista estrangeiro, pois não pode haver brasileiro quinta-colunista depois do bárbaro e covarde torpedeamento dos nossos navios de passageiros em nossas águas territoriais; depois da morte de tantos patrícios, de militares, de mulheres e de crianças. O que pode haver é brasileiro traído! E o traidor, é claro, não poderá viver ao lado dos homens de bem. Tem de ser relegado, para que sua peçonha não contamine, não suje as calçadas. Cremos, porém, ser difícil encontrar um brasileiro traidor, um brasileiro que tenha a intenção vil e asquerosa de passar-se para as hostes brutais dos inimigos de sua Pátria. Devemos, portanto, ó bons patrícios, ter a língua no coração, e não o coração na língua! Recordemos sempre o provérbio turco que isso recomenda! Conclamem-se todos para o esforço de guerra, para a luta nas trincheiras, como para as organizações da retaguarda, para trabalhar no setor econômico, assim na lavoura e nas fazendas de criar como no comércio e na indústria. Todos somos bons filhos e bons soldados do Brasil. Nada de prevenções, senão com o mau elemento estrangeiro, espião ou quinta-colunista, ou com o infeliz recalcitrante nacional, isto é, com o traidor. Brasileiros, a união faz a força! (*Jornal do Comércio*, 28/08/1942)

É neste contexto, por exemplo, que trabalhadores de setores essenciais à guerra tiveram seus direitos cerceados. Proibiu-se a demissão voluntária e as faltas ao trabalho. As indústrias consideradas militarmente essenciais, sobretudo, a têxtil, estruturaram novos quadros de trabalho. O pressuposto era definir a participação do Brasil na guerra como um projeto nacional. O cidadão, portanto, tornar-se-ia parte imprescindível do corpo da pátria, aproximando-se do soldado no *front*<sup>16</sup>. O esforço de guerra, inevitável a qualquer brasileiro, serviu para justificar os valores estadonovistas. Desse modo, a compreensão social da guerra contribuiu para reforçar a visão nacionalista do período, além de servir ao propósito do presidente Getúlio Vargas de unir os vários espaços dicotômicos do Brasil numa única e homogênea nação.

Produzir mais e melhor.

Despacho do presidente Getúlio Vargas.

Quem não cultiva a terra que lhe é concedida para esse fim não deve ser mantido na posse da mesma, principalmente em um momento como o atual

---

<sup>16</sup> Refere-se à ideia da nação como organismo, onde cada membro possui responsabilidades, todavia subordinadas às ações do chefe (cabeça). Sobre o assunto ver (LENHARO, 1986).

em que a cada brasileiro cumpre dispender o máximo de esforço no setor de sua atividade. Aí está a lição que é, aliás, a mesma que o presidente Getúlio Vargas tem dado em tantas ocasiões, conclamando os brasileiros a produzir mais e melhor não só para a nossa própria grandeza como para auxiliar os nossos aliados que carecem de inúmeros produtos seja em matéria-prima, seja manufaturados. No campo ou nos escritórios, nas oficinas como nos postos burocráticos, onde e como quer que trabalhem devemos ter em mente dar o máximo de nossa atividade, certos de que estaremos cooperando para apressar a vitória e esmagar o inimigo. Somos os soldados do “front” interno e se a Pátria não nos chamou a lhe darmos o sacrifício mais alto da nossa contribuição total no campo da luta, temos o dever de cumprir com elevado espírito de disciplina e entusiasmo as tarefas que nos couberam. Lembremo-nos dos outros nossos irmãos do Brasil e das demais Nações Unidas que foram chamados ao campo da luta cruenta. Honremo-nos, trabalhando com todo o nosso fervor e apressemos a hora da vitória contribuindo com o nosso esforço no “front” interno (A.N.). (*Jornal do Comércio*, 28/07/1944)

Fernanda dos Santos Bonet, ao analisar o discurso oficial brasileiro no envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial, concluiu que a intenção do governo era criar uma consciência de guerra que garantisse a intervenção do Estado nas esferas econômicas, sociais e educacionais, a fim de manter a ordem estabelecida e promover a continuidade. Nesse sentido, a guerra se apresentou como uma circunstância para que os objetivos já anteriormente pensados fossem atualizados. Portanto, através dos meios de comunicação se realizaria a propaganda do regime, explicando, justificando e legitimando suas ações, bem como atualizaria os princípios do Estado Novo de acordo com as necessidades trazidas pelo contexto da Guerra, a fim de promover a manutenção dessa forma de governo no poder.

Em Campo Grande o discurso de mobilização publicado no *Jornal do Comércio* pretendia aumentar o chamamento emotivo/paternalista para as obras do Estado Novo, procurando sempre comover as massas trabalhadoras. No dia 02 de maio de 1944, o periódico destacou as comemorações do Dia do Trabalho em Campo Grande, data fundamental nas comemorações do Estado Novo. Segundo o periódico, o operariado, sempre representado pelos seus respectivos sindicatos, prestou homenagem ao exército em cerimônia solene, destacando, especialmente, os sacrifícios dos soldados brasileiros no *front* e os esforços contínuos dos operários para a vitória do Brasil. O texto foi pronunciado pelo Tenente Coronel Vieira Cavalcanti e publicado pelo impresso no dia seguinte à cerimônia. O título da reportagem foi: “Entusiasmáticas comemorações do Dia do Trabalho”:

[...] Os operários são também soldados, soldados da produção; assim como os soldados dos campos de batalha são também operários da grandeza da Pátria, e assim, somos todos, operários ou militares, soldados da Nação e devemos assim, empenhar os nossos maiores esforços, cada qual no seu setor de atividades, em prol da vitória do Brasil. [...] Vós operários, e nós militares, temos que trabalhar incessantemente e devotamente, sem medir sacrifícios, pela união de todos os brasileiros em absoluta coesão e com os únicos e patrióticos objetivos de manter a liberdade que possuímos, garantir a igualdade e assegurar o caminho para o ideal máximo que é a fraternidade. (*Jornal do Comércio*, 02/05/1944)

A ideia de coesão, de unidade e família apareceram constantemente nas reportagens. Segundo Maria Helena Capelato, nas ocasiões festivas os jornais varguistas expressavam essas imagens de formas variadas. Entre elas, a autora destaca: “a feição animada do centro da cidade”, ‘o grande entusiasmo e alegria’, ‘vibrantes manifestações operárias’, ‘o aspecto festivo da cidade’, ‘entusiasmo popular’, ‘carinhosas manifestações’, ‘multidão vibrante” (CAPELATO, 1998, p. 60).

No caso de Mato Grosso as manifestações culturais constitutivas da mostra do esforço de guerra, apresentavam os investimentos em torno da construção de uma memória fundada nas origens históricas do povo mato-grossense, em um passado de lutas pela ampliação e defesa do território brasileiro e para manter acesa em seus sertões a chama da civilização. Um passado que autorizava as projeções de um futuro promissor, assegurado pela dimensão e inesgotáveis riquezas da terra natal. A tônica do discurso era buscar no passado aquilo que de mais pertinente caracterizava o espírito brasileiro. Logo, as tradições constituem uma lei social, são, por assim dizer, uma direção histórica imanente à própria vida social.

Nas glórias do passado é que se inspira o patriotismo do presente  
O patriotismo é um sentimento natural e espontâneo. Brota do coração como as águas brotam das fontes. É catadupa harmoniosa e fresca nos dias silenciosos da paz. É cascata, é cachoeira impetuosa e irresistível nos dias tumultuosos da guerra. O patriotismo não é um sentimento novo. É antiquíssimo. Juntamente com o sentimento religioso e tão puro, tão sublime, tão indestrutível como ele, remonta, na expressão de um ilustre panegirista católico, ao berço mesmo dos séculos. Precisa, porém, para desenvolver-se e alcançar-se, para resistir aos influxos que se lhe opõem à marcha gloriosa, que vai até a sublime loucura do heroísmo, de inspirar-se nos motivos superiores do espírito e, sobretudo, nas fontes puras da História. O Brasil pode orgulhar-se da sua história, encontrando nela uma grande inspiradora do seu patriotismo. (*Jornal do Comércio*, 05/04/1940)

Deve-se observar, portanto, que apesar de o *Jornal do Comércio* atribuir a si mesmo o slogan “Noticioso e independente”, se autointitulando isento de vínculos políticos, religiosos ou ideológicos, mostrou-se, pelo contrário, bastante parcial, com postura a favor do discurso de mobilização nacional do presidente Getúlio Vargas. Diante disso, o impresso atuou como força dirigente superior, mesmo que em função de objetivos específicos, ligando-se a grupos políticos e, dessa forma, conforme expressão de Marialva Barbosa (2006), exerceu o papel de estado maior intelectual do partido orgânico. Daí também ser fundamental a construção da imagem de independência e neutralidade.

Nesse sentido, as notícias sobre a política interna do Brasil diante da guerra publicadas pelo impresso expressaram a propaganda ideológica do Estado Novo, legitimando suas ações, a fim de atualizar o discurso oficial do governo no contexto bélico, pois pressupôs a manutenção do regime no poder. Pretendia-se, afinal, adaptar a consciência dos leitores ao contexto de guerra. Dessa forma, os princípios nacionalistas manteriam os grupos sociais em harmonia. Assim, unidos, sem facções ou diferenças, o Estado afirmaria seu posto de membro condutor no esforço de guerra do país.

Conclui-se, desse modo, que as notícias sobre a Segunda Guerra Mundial, publicadas pela imprensa brasileira, foram utilizadas para sustentar o discurso da necessidade de união nacional, desviar a atenção da população dos problemas internos e justificar a ação abusiva do governo e dos militares em todos os setores sociais. Pois, com o advento do Estado Novo e a implantação de uma nova carta constitucional apresentava-se, efetivamente, o corporativismo e a promoção da harmonia social, nos diferentes grupos, como ação política nacional. Sendo assim, conforme Roney Cytrynowicz (2002) e Fernanda dos Santos Bonet (2010), durante o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial o governo apenas adotou uma nova estratégia para apresentar os valores e as ideias do regime, adequadas ao contexto e às necessidades do esforço de guerra, utilizando-se do discurso de mobilização para tal fim.

### **2.3 GUERRA SEM GUERRA NAS PÁGINAS DO *JORNAL DO COMÉRCIO*: ESCASSEZ E DESABASTECIMENTO EM CAMPO GRANDE**

À luz da organização inicial da Força Expedicionária Brasileira para atuar na Segunda Guerra Mundial, a população das cidades com soldados convocados manifestaram grande apoio ao contingente. Em Campo Grande, segundo o *Jornal do Comércio*, não foi diferente. O

impresso fez questão de saudar a passagem do 9ª Batalhão de Engenharia pela cidade, anunciando a presença de diversas autoridades e entidades de classe no evento:

A passagem do 9º B.E. por Campo Grande.  
Carinhosa e justa homenagem será tributada à brilhante unidade do Exército. Em trem especial deverá passar amanhã, por esta cidade, o 9º. Batalhão de Engenharia, sediado em Aquidauana . A passagem desta luzida tropa, que tem na nossa vida um característico de mais acentuada ligação, por ter sido constituída inicialmente em Mato Grosso, despertou o desejo de testemunhar aos seus dignos oficiais e soldados uma homenagem toda especial, que bem merecem. Ocorrendo a passagem num dia de festa pública, não quiseram as autoridades conferir um caráter mais amplo a essa manifestação. Todas as associações de classe, entretanto, agremiações esportivas e colégios enviarão delegações à estação para levar aos bravos militares, nesta oportunidade de sua breve passagem por Campo Grande , as mesmas expressões de carinho, simpatia e confiança que os nossos irmãos de Aquidauana já lhes testemunharam. [...] Daqui saudamos, por todos os brasileiros de Campo Grande, a gloriosa unidade cuja presença mesmo por instantes, em nosso meio, constitui motivo de jubilo geral. (*Jornal do Comércio*, 21/02/1944)

Em um segundo momento, coube ao jornal destacar a homenagem da população local aos convocados:

Página de fé patriótica e exaltação cívica.  
Deslumbrante, pela sua espontaneidade e vibração, a homenagem de Campo Grande aos oficiais e soldados do 9º. B.E.  
Espetáculo emocionante de exaltação patriótica constituiu, na noite de ontem, a passagem do 9º. Batalhão de Engenharia por esta cidade. [...] Toda a população da cidade, tocada de um entusiasmo indescritível, acudiu ao convite. Desde muito antes da hora anunciada, a estação de nossa ferrovia encheu-se de uma verdadeira multidão. [...] Ao aproximar-se a primeira composição especial, em que vinham o comandante do 9º. B.E., oficiais de administração com suas famílias e soldados, ouviu-se uma estrondosa salva de palmas, seguida de calorosos vivas ao Brasil. [...] Lamentamos que a nossa escassez de espaço não permita registrar com mais detalhes e com as expressões que a beleza do espetáculo nos trouxe a extraordinária demonstração patriótica de que foi palco a nossa cidade, tocada pela magia da presença, por algumas horas, das sentinelas avançadas da honra e soberania de nossa Pátria. (*Jornal do Comércio*, 23/02/1944)

Nesta perspectiva, a formação da FEB tornou a guerra, até então distante, próxima, especialmente pelos meios de comunicação. Em Campo Grande, conforme observou o memorialista Paulo Coelho Machado (2000), a eclosão da Segunda Guerra Mundial, trouxe sensíveis modificações no comportamento da população. Para nós, tais modificações se relacionavam diretamente à questão do racionamento e encarecimento de produtos

alimentícios e de combustíveis na cidade. A produção nacional voltada para o esforço de guerra e as dificuldades de importação restringiram a capacidade de abastecimento no mercado local. Em seu livro de memória, Demosthenes Martins, prefeito de Campo Grande entre 1942 e 1945, descreveu a situação da cidade ao iniciar sua administração:

Deparei-me, entretanto, com outra situação administrativa atormentante – o abastecimento e racionamento de gêneros de consumo, impostos pela ampliação da guerra que desde 1939 ensanguentava grande parte do mundo. Envolvidos nela, a partir de 22 de agosto de 1942, a falta de vias de comunicações internas entre as diversas regiões constitutivas do país, as quais se mantinham desligadas como se fosse um arquipélago, agravava sobremaneira o problema de abastecimento às populações interioranas. Artigos essenciais ao povo, como açúcar, trigo, gasolina, querosene e sal, este também indispensável aos rebanhos bovinos de mais de 8.000.000 de cabeças, eram veementemente reclamados. E para chegarem a Mato Grosso dependiam do transporte marítimo para trazê-los das fontes de produção até Santos, onde se transbordavam para a ferrovia que nos serve. Ocorria, então, que o tráfego marítimo era vítima do ataque dos submarinos alemães indiscriminadamente desfechados e por isso fazia-se necessário formar comboios protegidos por unidades de guerra. E isso tornava demorada, onerosa e perigosa a navegação, mesmo de cabotagem. Campo Grande, centro distribuidor para o Estado, era solicitada pelos demais municípios para supri-los. E todas as dificuldades eram agravadas pela ação criminosa dos instituidores do famigerado câmbio negro, que fraudavam as quotas de racionamento, as tabelas de preços e tripudiavam no contrabando, exigindo medidas repressivas. Tudo isso acrescia os encargos que me pesavam sobre os ombros, nessa fase tão trabalhosa da administração. [...] Por outro lado, estimulava a produção, especialmente a agrícola, para o atendimento ao consumo local e fornecimento aos demais municípios. Aos proprietários de alambique de fabricação de aguardente, impus o fabrico de rapadura, prioritariamente, para minorar a escassez de açúcar; aos que me solicitavam querosene para iluminação domiciliar, preconizava o uso de velas ou candeias, utilizando-se o sebo de bovinos. A todos pedia compreensão para a conjuntura em que nos debatíamos mostrando como os navios de transporte de utilidades de que carecíamos, estavam sendo torpedeados pelos submarinos alemães. (MARTINS, 1980, p. 134-135)

Portanto, conforme exposto por Demosthenes Martins, não podemos afirmar que a escassez em Campo Grande foi absoluta, na verdade atingiu produtos específicos, como a carne bovina, o trigo e o açúcar, além dos combustíveis. Houve sim significativas dificuldades de importação, mas elas nunca definiram escassez ou privação absoluta, como ocorreu na Europa.

Ao discutir os efeitos da Segunda Guerra Mundial na cidade de São Paulo, Roney Cytrynowicz (2002) concluiu que neste período houve intensa especulação imobiliária, financeira, de preços, de estoques, na agricultura, pecuária, nos transportes, sem qualquer

controle efeito do Estado. Evidentemente que ao comparar a situação paulistana aos efeitos da guerra em Campo Grande talvez seja necessário fazer grandes ressalvas. No entanto, conforme observado nas manchetes do *Jornal do Comércio*, periódico que esta pesquisa focaliza, veremos discursos semelhantes às análises de Cytrynowicz.

Nesse sentido, é possível observar que faltou uma política de Estado para garantir a produção interna, que alimentasse de verdade o povo, uma vez que o aumento de exportações sem aumento equivalente de produção, diminuindo a oferta no mercado interno, resultou em pressão sobre os preços, especulação e mercado negro. Sobre isso, o *Jornal do Comércio* publicou o seguinte memorial dos operários:

Operários agitam-se contra os exploradores, em defesa do povo!  
Os signatários abaixo, representantes das classes operárias deste município, vêm respeitosamente, pelo presente Memorial, solicitar a apreciação por parte do poder público municipal local, e conseqüente solução dos problemas que passam a enumerar e os quais dirigem respeito diretamente às referentes classes, quiçá da população: Carne Verde. Sendo este município um dos grandes produtores de gado, não se compreende que a maioria das classes aqui sediadas, estejam sofrendo a falta desse precioso alimento. A diminuta quantidade de carne que atualmente é vendida nos açougues já não está ao alcance da bolsa do trabalhador. O açougue existente na feira também diminuiu. A carne de porco e toucinho ali existente em dias apazados, é geralmente cortada com antecedência para fregueses de destaque ou de recurso. O pobre que entra na fila e consegue chegar no balcão de despacho, leva o que ficou de pior. Pela tabela existente um quilo deve ser cobrado a CR\$ 4,50, mas geralmente os fregueses levam 900 gramas por CR\$ 5,00. O próprio açougueiro alega que forneceu 1.100 gramas e por isso cobrando CR\$ 5,00 está obedecendo o regulamento. Para terminar tais abusos, urge que o Exmo. Sr. Prefeito mande colocar “uma balança no recinto do açougue”, devidamente aferida para o povo conferir o peso às vistas do fiscal municipal e verificar, assim, que não está sendo lesado. Estabelecer multas para os infratores. Pão. O pão também está diminuindo de tamanho, de dia para dia, sendo assim necessário estabelecer peso. O seu fornecimento deverá ser feito exclusivamente durante a manhã e não como atualmente se processa. (*Jornal do Comércio*, 19/10/1944)

Ainda, com base nas formulações de Cytrynowicz, é possível observar que diante de uma escassez sempre relativa, instrumentalizada e mobilizada como política, nunca com limites objetivos incontornáveis, a guerra se aproximou do cotidiano das cidades, criando um poderoso efeito de mobilização e de constituição do *front* interno. Logo, “a guerra foi sempre um alibi que serviu de fachada a um sistema de produção e de circulação no qual a ação de alguns especuladores, em geral dos setores atacadista e exportador, poderia ditar os estoques e preços” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 31). Além disso, ao expor os sacrifícios que naquele

momento eram requeridos aos trabalhadores, o discurso manifestava a união de todos em torno da nação brasileira. Assim, as privações e racionamentos provocados pela economia de guerra deveriam ser superados pela vontade irrestrita de lutar pela liberdade dos povos. Noutra ocasião, responsabilizava-se a guerra pela falta de combustível e açúcar na cidade. Dessa maneira, só inteiramente devotados, os obstáculos seriam vencidos. Contudo, torna-se importante destacar que, diferentemente dos grandes centros próximos ao litoral, as regiões do interior, como era o caso da cidade de Campo Grande, sofreram com o transporte interno de mercadorias.

Com relação aos combustíveis há mais diferenças que semelhanças, devido, especialmente, à pequena frota de veículos em Campo Grande. Ainda assim, a introdução do gasogênio, em substituição à gasolina, repercutiu nas duas cidades, pois conforme destacou a manchete do *Jornal do Comércio*: “O gasogênio resolve plenamente um grande problema nacional” (07/12/1940). Apesar da pequena frota de veículos, Campo Grande contava com uma Comissão Municipal de Racionamento de Gasolina e Querosene, sob o comando do Tenente Coronel Manoel Pereira da Silva. Em um de seus despachos, publicados no *Jornal do Comércio*, o militar expôs as condições para o abastecimento dos veículos:

Faz saber aos senhores proprietários e condutores de veículo a motor explosão, registrados neste Município, que, a partir de 31 de janeiro corrente, o fornecimento de gasolina, por intermédio desta Comissão, só será feito a veículos que tenham renovado as suas licenças para o exercício de 1945, devendo os interessados fazerem prova, perante a Comissão, de que se acham quites com as repartições arrecadoras estaduais e municipais, bem como com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transporte e Carga. Outrossim, não serão fornecidos talões de racionamento a veículos cujas licenças não se encontrem em nome dos proprietários atuais e dos que não estejam sendo empregados em serviços de interesse público, para os quais tenham sido licenciados. Para que ninguém alegue ignorância, mandou passar o presente edital que vai publicado pela imprensa local. Dado e passado nesta cidade de Campo Grande, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco. Eu Severino Dias, Encarregado da Comissão Municipal de Racionamento, que o fiz datilografar. (*Jornal do Comércio*, 16/01/1945)

A partir daí, a operação de racionar gasolina tornou-se parte do esforço coletivo de guerra. Logo, a população deveria sempre estar disposta a superar as restrições e a escassez de combustíveis, criando a ideia de mobilização em torno do consumo, pois com este discurso garantiria a ordem e o controle desejado pelo Estado Novo, manipulado a partir da escassez. Sendo assim, o *front* interno se define nesta mobilização interclasses, que torna todos

igualmente afetados pela escassez e no esforço de superação, tornando a guerra uma experiência coletiva, que deveria unir todos os brasileiros, independentemente de distinções sociais, para organizar a sociedade nos moldes estadonovistas. A escassez, nesse sentido, tornada categoria “natural” e universal, permitia que se impusesse uma disciplina em nome do *front* externo e do alinhamento externo anti-Eixo, que de outra forma seria muito mais difícil, já que as decisões diplomáticas e mesmo a formação da FEB não mobilizavam a população nas ruas.

Diante disso, conforme veremos no capítulo a seguir, o *Jornal do Comércio* tornou-se instrumento fundamental da política estadonovista e das elites locais para o engrandecimento da campanha brasileira na guerra. Pois, no primeiro momento, coube a ele justificar os motivos para a declaração de guerra, estampando, especialmente, os ataques dos submarinos alemães à costa brasileira após o rompimento diplomático do Brasil com as nações do eixo. Seguidamente, e talvez a mais importante função, divulgar a atuação dos combatentes no conflito, haja vista, que o discurso da imprensa acerca da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial serviu aos interesses políticos e centralizadores do Estado Novo, uma vez que a utilização dos meios de comunicação beneficiava divulgar a união nacional em torno de um mesmo objetivo, a defesa do Brasil.

## CAPÍTULO 3

### A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: DIRCURSO E REPRESENTAÇÕES NO *JORNAL DO COMÉRCIO*

#### 3.1 CONSTITUIÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

De acordo com pesquisadores e especialistas que tratam do assunto, a intenção do presidente Getúlio Vargas em formar um Corpo Expedicionário para atuar na Segunda Guerra Mundial explica-se numa tríade: reequipar o arsenal das tropas brasileiras, a fim de que o país se constituísse na maior potência militar da América Latina; conseguir um lugar de destaque no cenário internacional pós-guerra; e, por último, obter benefícios econômicos com os Estados Unidos, como resultado do esforço de combater efetivamente na guerra, destacando-se como única nação sul-americana a fazê-lo. Entretanto, após a declaração do estado de beligerância, em agosto de 1942, praticamente nada foi feito para se organizar uma força militar destinada a combater as tropas alemãs e italianas no conflito.

Entre a declaração de guerra e o primeiro ato de efetiva criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) passou-se um ano. A primeira referência do presidente Getúlio Vargas à participação militar do país na guerra, com o envio de soldados, ocorreu em um pronunciamento para militares, no dia 31 de dezembro de 1942, no qual aventou a hipótese de o país lutar no Norte da África (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 33). Em 28 de janeiro de 1943, quando o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, de volta aos Estados Unidos depois de uma reunião com Winston Churchill, em Casablanca, encontrou-se com Getúlio Vargas em Natal, recebeu deste seu apoio irrestrito e discutiu a possibilidade da remessa de tropas brasileiras para a África (SALUN, 2004, p. 30).

No entanto, torna-se importante destacar que a formação de um contingente de brasileiros para atuar no *front* não ocorreu por pressões norte-americanas. Para Francisco César Ferraz (2005), era, na verdade, um projeto do governo Getúlio Vargas, que vislumbrava um cenário futuro, no qual o Brasil poderia ser um aliado importante dos Estados Unidos no Cone Sul. Desse modo, a criação da Força Expedicionária Brasileira constituiu-se como ação estritamente política, não havendo organização popular que requeresse a formação de uma

força de combate para atuar na guerra. Logo, conforme asseverou Roney Cytrynowicz, o envio da FEB foi “mais uma necessidade interna à política do país, de fortalecer a base de apoio ao Estado Novo e das Forças Armadas – oportunidade para reestruturar, reequipar e modernizar estas forças –, além de projetar o país nas discussões do pós-guerra” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 34). Segundo o ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira, “os aliados nunca tiveram intenção ou interesse de forçar o Brasil a entrar na guerra; desejavam tão somente cooperação, ou seja, a cessão das bases do Nordeste e o fornecimento de matéria-prima, o que já tinham, por força dos acordos assinados” (SILVEIRA, 1989, p. 40). Assim, conforme escreveu o brasileiro Frank McCann:

[...] o governo de Vargas decidiu levar às últimas consequências a participação do Brasil no conflito. Não se limitaria a franquear o território nacional às operações militares de forças estrangeiras. Pretendia mandar tropas ao campo de batalha para armar o Exército e fortalecer a posição do país nas conferências de paz (MCCANN, Apud SALUN, 2004, p. 30)

Nesse cenário, a Força Expedicionária Brasileira foi organizada. Do ponto de vista legal, ocorreu por meio da portaria ministerial nº 47-44, de 09 de agosto de 1943, publicada no Boletim Reservado do Exército, em 13 de agosto do mesmo ano. A ideia inicial era formar três divisões de infantaria e uma divisão blindada, totalizando cerca de 60 mil soldados. O general Mascarenhas de Moraes foi escolhido para o comando do que seria a primeira das três divisões de exército a serem enviadas para a guerra, conhecida por 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

Para compor as unidades expedicionárias foram selecionados homens em todo o território nacional, incluindo-se militares regulares, conscritos convocados e voluntários. Em Mato Grosso a 9ª Região Militar, por meio da imprensa, publicou o processo de seleção:

Contingente de voluntários para a FEB

A 9ª Região Militar vai concorrer com um novo contingente de soldados destinado às Forças Expedicionárias Brasileiras. A fim de selecionar consultas, feitas pelos novos patrícios, o Estado Maior Regional avisa que está recebendo reservistas de primeira e segunda categorias, que voluntariamente queiram integrar a FEB. Nilo Augusto Guerreiro Lima, CEL. Chefe do EMR. (*Jornal do Comércio*, 31/10/1944)

Os convocados deveriam submeter-se a exames físicos e psicológicos. Segundo Francisco César Ferraz, “nos primeiros [exames], os critérios eram possuir altura igual ou

superior a 1,60 metro, peso mínimo de 60 quilos e pelos menos 26 dentes naturais” (FERRAZ, 2005, p. 46). Contudo, as dificuldades em organizar um efetivo dessa natureza, por carências de toda ordem, impossibilitou a formação desejada. Em seu livro sobre a campanha brasileira na guerra, *A FEB pelo seu comandante* (1947), o próprio general Mascarenhas de Moraes reconheceu os problemas na organização do contingente. Para ele, a tarefa em organizar uma força expedicionária nos moldes norte-americanos tornou-se um grande obstáculo, em parte, devido às características gerais do homem brasileiro, pouco robusto.

Conforme dados apresentados pela pesquisadora Maria de Lourdes Ferreira Lins, “das 107.605 inspeções efetuadas nas dez Regiões Militares do país, apenas 25.000 elementos foram enviados para a Itália e assim mesmo com todas as deficiências” (LINS, 1975, p. 71). Sobre esse assunto, o historiador Cesar Campiani Maximiano escreveu:

Tendo a FEB adotado o estilo de organização militar americana, o mesmo foi feito quanto aos padrões de saúde da tropa, fazendo com que muitos soldados do Exército Brasileiro fossem de uma hora para outra transformados em incapazes, se julgados por padrões americanos. Inicialmente, os exames foram muito rigorosos, porém isso não perdurou e muitas fichas de homens considerados incapazes foram reexaminadas e aprovadas, dada a dificuldade de se constituir uma divisão inteira de homens saudáveis segundo os critérios americanos, mais por pressa do que por incapacidade de encontrá-los. (MAXIMIANO, 1995, p. 18)

Diante dessa situação, apenas uma divisão foi organizada e enviada ao *front* europeu. Ainda assim, com deficiências que custaram a ser sanadas, pagas por muitos com resultados irremediáveis. Ainda segundo Maximiano, outro fator que contribuiu para retardar a organização, foi a indefinição das unidades que iriam compor a FEB a poucos meses do embarque, o que dificultou, sobremaneira, o perfeito entrosamento das cadeias de comando. Mesmo após a escolha das unidades, foi determinada a permanência destas em seus quartéis em tempos de paz, ou seja, o 9º Batalhão de Engenharia, em Mato Grosso; o 6º Regimento de Infantaria, em São Paulo; o 11º Regimento de Infantaria, em Minas Gerais e o 1º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro deveriam permanecer nas suas respectivas unidades.

Para Mascarenhas de Moraes (1947), a disseminação, em quatro Regiões Militares, das Unidades componentes da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) preocupou o comando da tropa expedicionária, sobretudo pela dificuldade de agrupá-las para treinamento conjunto. Somente no dia 21 de janeiro de 1944 foi expedido o aviso reservado determinando

que todas as unidades expedicionárias se concentrassem na Capital Federal, então no Rio de Janeiro. O término da concentração ocorreu apenas na segunda quinzena de março.

### **3.2 A IMPRENSA NO *FRONT*: APONTAMENTOS DA CAMPANHA BRASILEIRA NA ITÁLIA NAS PÁGINAS DO *JORNAL DO COMÉRCIO***

Os reflexos da Segunda Guerra Mundial no Brasil já foram estudados em suas mais variadas manifestações, mas ainda há muito a ser pesquisado e compreendido, sobretudo nas áreas distantes dos grandes centros urbanos. Ao optar pelo estudo de uma realidade local, a pesquisa assume o desafio de entender a dinâmica social em que o *Jornal do Comércio* se insere para depois decifrar, nas fronteiras delimitadas pelas diferenças culturais e políticas, seu envolvimento com a guerra. Nesse sentido, torna-se fundamental lembrarmos que as representações sociais têm como finalidade primeira e fundamental tornar a comunicação, dentro de um grupo, relativamente não problemática e reduzir o vago através de certo grau de consenso entre seus membros (SILVA, 2007). Portanto, neste processo de familiarização do desconhecido foi oportuno levar em consideração a distância entre o palco onde se desenrolavam as negociações e os conflitos da Segunda Guerra Mundial e o interior de Mato Grosso, onde está inserida a cidade de Campo Grande e, conseqüentemente, o *Jornal do Comércio*. É necessário, pois, avaliar a condição de produção dos textos, o que permitiu estudar os fenômenos dentro do contexto social que configura a totalidade, para assim identificar como o periódico incorporou posições políticas e exerceu efeitos políticos dentro do universo local.

Aliás, é importante destacar que no jornalismo local, independente do momento histórico, os assuntos externos sempre representaram uma parcela pouco representativa no espaço editorial (BUENO, 1997). Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, no entanto, os assuntos internacionais saíram do rótulo de exceção e passaram a ganhar destaque nas páginas dos mais diferentes veículos. Em geral, os anúncios, declarações e pronunciamentos do governo eram colocados em destaque, sendo considerados, inclusive, como a palavra final de certa demanda, a versão “verdadeira” de um acontecimento. Enquanto isso, espaços destinados a cartas dos leitores, por exemplo, eram deixadas de lado, ou, se existiam, tinham seus espaços diminuídos. Em relação ao nosso objeto de pesquisa, o periódico campo-

grandense *Jornal do Comércio*, praticamente inexisteram, durante o Estado Novo, seções destinadas aos leitores.

Com a entrada do Brasil na guerra e, posteriormente, a formação da Força Expedicionária Brasileira, o periódico campo-grandense seguiu a postura da grande parte dos jornais nacionais, isto é, publicar textos de exaltação à nossa tropa. Evidentemente que os países envolvidos no conflito tiveram sempre a intenção de promover seus exércitos, uma vez que servia para aumentar o moral da tropa. Contudo, nossa hipótese é que, assim como a mobilização interna, o envio da FEB à Europa fez parte de um aparato político montado pelo presidente Getúlio Vargas. Sendo assim, corroborou para obscurecer os problemas de ordem social e militar, pois o discurso do expedicionário herói transmitiu conceitos bem claros do Estado Novo, como nacionalismo e patriotismo.

No entanto, de maneira geral, os meios de comunicação exploraram a participação do Brasil na guerra de forma gradual. Sendo assim, a impressão ao ler o *Jornal do Comércio* na fase inicial de preparação da tropa brasileira, em especial nos três primeiros meses de 1944, é de ligeira carência de notícias a respeito do assunto. Apesar de haver publicação diária de boletins com notícias das Forças Armadas, nem sempre o conteúdo falava da FEB. Nesta época, o jornal se limitava a divulgar instruções militares dentro dos quartéis, noticiando informações sobre armamentos, operações e o ambiente de treinamento montado para execução dos exercícios.

Em forma para a guerra o Exército do Brasil.

Os importantes exercícios realizados no campo de treinamento de Gericinó e a impressão do novo adido militar dos Estado Unidos, homenageado com os mesmos. Os exercícios constituíram um espetáculo verdadeiramente impressionante, tendo o homenageado se manifestado plenamente satisfeito com os mesmos que, acentuou, deixaram bem patente o preparo técnico do Exército do Brasil. (*Jornal do Comércio*, 12/02/1944)

Na preparação dos combatentes as reportagens expressavam um modelo padrão, procurando mostrar o contingente de expedicionários com um treinamento adequado e suficiente para o conflito, sobretudo, por meio de palavras dos comandantes do Exército brasileiro e autoridades norte-americanas. A publicação abaixo ilustra esta questão:

No Q.G. da 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária com adido militar inglês. RIO, 2. Press Parga (via aérea) – O coronel Rhodes, adido militar inglês visitou hoje o Q.G. da 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária,

manifestando-se otimamente impressionado com o que lhe foi dado ver, e dizendo que ingleses e norte-americanos aguardam ansiosamente a participação efetiva do Brasil na luta contra o eixo. (*Jornal do Comércio*, 08/02/1944)

Dessa forma, não se transmitiu quaisquer dúvidas a respeito da eficiência dos soldados, bem como de sua capacidade combativa, haja vista que as palavras de autoridades estrangeiras tentavam passar uma imagem sólida dos expedicionários, bem treinados e adaptados, através dos treinamentos, à guerra moderna. Apesar disso, a preparação e a seleção dos soldados foram pouco divulgadas, tornando-se, por diversas vezes, redundantes. Em nossa avaliação isso se baseia na dificuldade que foi a seleção física de pessoal, bem como nos contratempos com armamentos inadequados para os treinamentos. No livro *A FEB Por Um Soldado*, o ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira descreveu sua visão sobre estes episódios:

A tarefa para selecionar os soldados da FEB foi árdua, sobretudo porque grande parte do contingente vinha dos meios rurais, sem os conhecimentos mínimos para entrar de imediato em cursos especializados ou treinamentos com os equipamentos que seriam colocados à disposição da tropa, com o agravante de que a quase totalidade dos equipamentos bélicos, dos portáteis aos leves, dos de transmissão aos pesados, havia sido adquirida na Europa antes da guerra, apresentando, portanto, características totalmente diversas dos congêneres americanos. (SILVEIRA, 1989, p. 58)

A opinião do ex-combatente, no entanto, deve ser analisada com cautela, pois, assim como outros livros de memórias escritos por pracinhas, baseia-se em experiências muitas vezes traumáticas, refletindo versões particulares em universos amplos de análise, divergindo, por exemplo, de outras obras escritas por oficiais.

Aliás, após o retorno da FEB, vários autores civis e militares escreveram suas impressões pessoais sobre a participação brasileira na guerra. Alguns contaram suas experiências como oficiais ou praças no conflito. Anos depois, fruto de estudos e pesquisas, surgiu uma produção acadêmica sobre o assunto. Há, no entanto, um nítido contraste entre a copiosa produção memorialística editada no pós-guerra, contando as vivências pessoais de comandantes e soldados, e os poucos trabalhos realizados pelos historiadores profissionais. Por outro lado, algumas obras publicadas, especialmente na década de 1980, enfocaram negativamente a Campanha da FEB na Itália, procurando colocar em dúvida o real valor dos

pracinhas e dos seus comandantes, como no livro *As Duas Faces da Glória* (1985), do jornalista William Waack.

Neste contexto, diversas publicações criticaram severamente o processo de seleção, treinamento e envio dos soldados brasileiros para o *front*, revelando possíveis erros e falhas cometidos pelos comandantes da FEB. Diante disso, as disputas entre as várias correntes políticas e seus representantes forjaram no pós-guerra uma identidade brasileira controversa em relação ao engajamento do país no conflito, o que dificultou a preservação e difusão de uma memória sobre a FEB.

Não obstante, outro importante veículo colaborou para a formação dessa memória, a imprensa. Sob o regime do Estado Novo grande parte dos impressos se limitou a divulgar apenas o que era determinado pelos órgãos de censura, como foi, em grande parte, o caso do *Jornal do Comércio*. Baseando-se nesse aspecto, pudemos observar que ainda na fase de adestramento da tropa, as declarações de oficiais, principalmente dos comandantes da FEB, divulgadas pelo periódico, refletiam, em parte, o projeto político-ideológico do Estado Novo, associando a pretensa qualidade do novo homem brasileiro às condições dos soldados. Nesse sentido, as palavras daqueles que organizavam e treinavam as tropas brasileiras eram importantes justamente para escamotear possíveis dificuldades e problemas, fortalecendo, assim, a imagem do novo homem brasileiro, resistente e apto para o combate (BATISTA, 2011).

Posterior à fase inicial de treinamento, os expedicionários fizeram dois desfiles para a população do Rio de Janeiro, constituindo-se em verdadeiras apoteoses. Vale lembrar que as cerimônias oficiais tornaram-se grandes instrumentos de poder nas mãos do presidente Getúlio Vargas, como forma de mobilizar multidões a favor do esforço de guerra. De acordo com Maria Helena Capelato, “as mensagens indicavam a construção de uma sociedade fraterna, via Estado, e com base nessa utopia criou-se a imagem da ‘sociedade em festa’, coesa e unida em torno do líder”. Dessa maneira, as festas oficiais relacionavam-se à utopia da sociedade feliz, enfatizando a harmonia social e a eliminação dos conflitos (CAPELATO, 1998, p. 58). Neste clima de euforia, os soldados brasileiros desfilaram com a apresentação das unidades de infantaria.

Verdadeira consagração popular ao Corpo Expedicionário.

[...] grande e heterogênea massa, onde se misturavam elementos de todas as classes sociais, senhoras, crianças, micos e velhos, prorrompeu em aclamações sendo que, dado o entusiasmo, só se ouvia o nome do Brasil em

todas as frases então pronunciadas e o nome do Presidente Getúlio Vargas, que não foi esquecido naquela honra grandiosa. (*Jornal do Comércio*, 01/04/1944)

O primeiro desfile ocorreu no dia 31 de março de 1944, sob o comando do general Euclides Zenóbio da Costa. Conforme o *Jornal do Comércio*, neste dia desfilaram 9.500 soldados, percorrendo o trajeto da Avenida Rio Branco até a vila militar. Para o jornal as condições físicas dos expedicionários eram excepcionais, uma vez que “os valorosos soldados [percorreram], numa impressionante prova de resistência, nada menos de 34 quilômetros, sem contar o trecho onde será levada a efeito a parada” (*Jornal do Comércio*, 31/03/1944). O segundo desfile, já sob a chefia do general Mascarenhas de Moraes, aconteceu no dia 24 de maio, com a presença de toda a divisão.

Um dos valores mais utilizados pelo impresso foi o patriotismo dos soldados. Nenhum dos convocados com o nome exposto estava na guerra forçado, mas por vontade própria, para defender o Brasil. Desse modo, o patriotismo falou mais alto na hora de decidir se queriam ficar com a família ou ir combater os nazistas na Itália. O voluntariado não foi, entretanto, constante nas tropas brasileiras. Porém, quando reconhecido o ato voluntário, o jornal fazia questão de destacar: “Nobre e dignificante gesto de dois reservistas do Exército, que espontaneamente se apresentaram em Campo Grande, pedindo para seguir para a Força Expedicionária Brasileira” (*Jornal do Comércio*, 03/11/1944).

A exaltação aos pracinhas era característica marcante na imprensa brasileira durante os meses de envolvimento do Brasil na guerra. Em relação ao *Jornal do Comércio*, são muitos os elogios que exaltavam a atitude dos expedicionários e utilizavam sua história de vida para mostrar a predestinação para um único destino, ser herói do Brasil na guerra. Desse modo, além das qualidades militares dos brasileiros na guerra, a imprensa destacava algumas virtudes pessoais desses homens. Eram características que, mescladas com as vitórias contra o exército alemão, ajudavam a formar o perfil do herói.

Nesse sentido, na edição do dia 04 de maio de 1944, o *Jornal do Comércio* fez questão de frisar as qualidades do futuro combatente: “Um campo-grandense segue nas forças expedicionárias”, destacando a figura de Silvio da Silva Chaves, membro da guarda Civil de São Paulo. “Moço digno, de comportamento exemplar, conduta militar e civil correta, ótima saúde, que honrou sua família e tornou-se motivo de orgulho para todos campo-grandenses”. A reportagem cria, dessa forma, uma espécie de mito do herói expedicionário, capaz de, mesmo em minoria, vencer os inimigos na guerra, uma vez que as qualidades inquestionáveis

do futuro combatente são evidenciadas como requisitos para ingressar na tropa. Sendo assim, representa o soldado brasileiro positivamente como o retrato da nação, deixando de lado a precária instrução da maioria dos expedicionários. Apesar disso, muitos soldados oriundos do interior, como era o caso de Mato Grosso, ignoravam completamente o porquê de sua presença na Europa, uma vez que no Brasil a guerra era a imagem de uma ocorrência distante que nunca os afetaria.

Com o término do treinamento das tropas no Brasil, iniciaram-se as operações para o embarque rumo à Itália. Este foi dividido em cinco escalões. No dia 16 de julho de 1944 o primeiro contingente de expedicionários desembarcou em Nápoles, composto pelo 6º Regimento de Infantaria. O desembarque do 1º escalão da FEB em solo italiano foi amplamente divulgado pelos jornais brasileiros. Os correspondentes de guerra informaram sobre a calorosa recepção aos “valorosos soldados brasileiros” por parte das autoridades aliadas e da população civil. Ainda mereceram destaque na imprensa as declarações de algumas autoridades norte-americanas sobre as qualidades de nossas tropas:

As entusiásticas repercussões da chegada das forças brasileiras à Europa. [...] Rio, 19 (A.N.) – O Embaixador dos Estados Unidos, Sr. Jefferson Caffery, ouvido pela Agência Nacional a propósito da chegada das Forças Expedicionárias ao solo italiano, fez a seguinte declaração: “Compreendo e compartilho do entusiasmo vibrante dos brasileiros ante a notícia do desembarque de suas forças expedicionárias ao solo italiano. O conhecimento que tenho do Brasil e do seu grande povo, autoriza-me a convicção de que elas hão de hombrar com os melhores soldados das Nações Unidas, na defesa do patrimônio moral e cultural da humanidade”. (*Jornal do Comércio*, 19/07/1944)

WASHINGTON, 19 (U.P.) – O Coordenador dos assuntos Inter-Americanos, senhor Nelson Rockefeller, também se expressou com grande entusiasmo pela chegada das tropas brasileiras ao “front”. O diretor da União Pan-americana por sua vez, disse, textualmente: “Estamos diante de um acontecimento de profunda significação, para todas as nações deste continente”. O deputado norte-americano, Mr. John, ressaltou que estão sendo aplicados os princípios da doutrina de Monroe, de “um por todos, todos por um”. Vale ainda repetir as palavras com que uma alta patente da marinha norte-americana saudou os expedicionários brasileiros, quando de sua passagem por Gibraltar. Disse esse oficial, entre outras coisas, o seguinte: “Constituíis um povo e um exército de homens livres, que se unem a nós para libertar os povos oprimidos. Nós, as Nações Unidas, sabemos que vos distinguireis pelo vosso valor e dareis honra e glória ao Brasil e às Nações Unidas, na vitória final!”. (*Jornal do Comércio*, 19/07/1944)

Rio, 19 (A.N.) – Despacho de Nova York informa que às 11,30 horas de ontem, hora oficial dos Estados Unidos, foi anunciado ao mesmo tempo no

Rio de Janeiro, Washington e no Quartel General Aliado, no Mediterrâneo, que Forças Expedicionárias Brasileiras chegaram a Nápoles a 16 de julho do corrente, a fim de participar, com o Exército aliado, nas operações da Itália. Adianta o comunicado que o desembarque na Europa da Força Expedicionária Brasileira constitui um passo de significação histórica, pois, é a primeira vez que um país latino-americano envia tropas para lutar naquele continente e bem representa o esforço bélico do Brasil. Diz ainda que o Sr. Cordell Hull, em sua conferência com a imprensa, expressou a imensa satisfação que o governo e o povo dos Estados Unidos sentem com a chegada da Força Expedicionária Brasileira à Itália, acrescentando que essa Força constitui um excelente corpo de exército. O chefe da Comissão de Defesa Pan-americana e o general Leitão de Carvalho fizeram declaração conjunta salientando a cooperação interamericana a propósito da chegada da FEB à Itália e a satisfação pelo fato da referida Comissão ter participado na preparação dessa Força, e doravante das forças aliadas até a vitória final. (*Jornal do Comércio*, 19/07/1944)

Segundo o próprio *Jornal do Comércio*, praticamente todos os periódicos vespertinos publicaram em suas páginas grandes manchetes, fotografias e longos comentários alusivos ao comunicado oficial, distribuído pelo Ministério da Guerra, sobre a chegada a Nápoles das Forças Expedicionárias Brasileiras. Mostra-se, diante disso, a organização burocrática do Estado, regulamentada pelos órgãos de censura à imprensa. Neste caso, a Agência Nacional encarregou-se de produzir as notícias que os jornais publicavam. Para Maria Helena Capelato:

Os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, e dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional. Havia íntima relação entre censura e propaganda. As atividades de controle, ao mesmo tempo em que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado. (CAPELATO, 1998, p. 75)

Para transportar o primeiro contingente de tropas brasileiras, cerca de cinco mil soldados, foi utilizado o navio norte-americano “General Mann”. Após o desembarque, o 1º escalão iniciou os treinamentos, no qual tiveram certo tempo para a adaptação. Em setembro de 1944, foram considerados aptos para o combate e anexados ao 4º Corpo de Exército, subordinado ao V Exército Norte-Americano. No comando do destacamento FEB estava o general mato-grossense Zenóbio da Costa.

Com a chegada das tropas brasileiras à Itália e sua entrada em ação, novos horizontes se abriram para a imprensa. O *Jornal do Comércio*, nesta época, publicou diariamente a evolução da Força Expedicionária Brasileira e copiou os meios de propaganda de outros

países envolvidos no conflito. Dessa maneira, os trechos mais interessantes, do ponto de vista do comando militar, eram publicados nos jornais. De modo geral, as correspondências passavam por uma censura prévia, para impedir que informações e comunicações consideradas perigosas fossem transmitidas, mas serviam ao propósito de estimular o patriotismo e saudar as armas nacionais.

O 2º e 3º escalões embarcaram simultaneamente no dia 22 de setembro de 1944. O 2º escalão seguiu no mesmo navio que levou o 1º escalão, “General Mann”. Já o 3º escalão viajou no navio norte-americano “General Meighs”. Assim, em 14 de outubro de 1944, o *Jornal do Comércio* publicou a chegada dos novos contingentes brasileiros à Itália:

Desembarcou na Itália o segundo Contingente da Força Expedicionária Brasileira.

Roma, 14 (U.P.) – Anuncia-se oficialmente que desembarcou na Itália o segundo contingente da Força Expedicionária Brasileira.

De um porto da costa ocidental italiana, 14 (U.P.) – Urgente – Um grande contingente de tropas brasileiras, integrado por vários milhares de homens, desembarcou neste porto durante os dias de quarta e quinta-feira. A força agora desembarca na Itália, inclui unidade da Força Aérea Brasileira, infantaria, artilharia, engenharia e de saúde. Os brasileiros chegaram às águas italianas acompanhados de poderosa esquadra de escolta. (*Jornal do Comércio*, 14/10/1944)

Nestes escalões o grosso da tropa pertencia ao 1º e 11º Regimentos de Infantaria. Além desses, outros dois escalões foram enviados à Itália para recompor as tropas após as baixas, o último deles em fevereiro de 1945. Assim, conforme o *Jornal do Comércio* destacou: “Chega à Itália mais um escalão da FEB. Roma, 24 (U.P.) – Anuncia-se oficialmente a chegada dum novo escalão da Força Expedicionária ao teatro de operações italiano” (24/02/1945). Portanto, apenas nesta data a FEB atingiu sua totalidade.

No total foram enviados 25.334 expedicionários à Europa (MORAES, 1947). Praticamente todos os Estados da Federação contribuíram para formar o contingente. Grande parte dos convocados vinha de camadas populares, refletindo as condições sociais e sanitárias do Brasil na década de 1940. Além disso, nas palavras do ex-combatente Boris Schnaiderman (1964), a grande massa não tinha nenhuma consciência política. Talvez por isso, o envio dos expedicionários à guerra traduziu entre os convocados sincera dúvida: “Por que vou à guerra?” Nesta perspectiva, as ponderações do ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira são elucidativas:

Havia assim uma enorme faixa da população que, dos acontecimentos que originaram a guerra e do envolvimento do Brasil e dos motivos que levaram o País a intervir no conflito, tinha total e completo desconhecimento. Por isso, uma parcela expressiva dos soldados da FEB foi para a Itália sem saber o motivo da guerra, ignorando assim por que lutava. (SILVEIRA, 1989, p. 136-137)

Dessa maneira, conforme observou o pesquisador Rodrigo Batista, “o herói do Brasil nem sempre estava tão preocupado e atento ao objetivo de fazer justiça contra o nazismo e libertar o mundo da ditadura de Hitler” (BATISTA, 2011, p. 27). Por isso mesmo, entre uma batalha e outra era necessário reafirmar a bravura dos soldados, sinônimo de um novo homem brasileiro, capaz de dar a vida pelo seu país. Assim, ainda que escasso, o conteúdo FEB não deixou de aparecer nas páginas do periódico, pois era uma forma de mostrar aos campograndenses os motivos que conduziram o país à guerra, além de fortalecer a imagem do exército, composto, entre outras unidades, pelo 9º Batalhão de Engenharia, sediado em Aquidauana. Na ausência de lutas, o jornal tratou de explorar a personalidade e as atitudes pessoais dos soldados, oficiais e comandantes brasileiros, especialmente do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, fazendo questão de destacar seu lugar de nascimento, o Estado de Mato Grosso.

O 1º escalão da FEB levou quase dois meses para iniciar os combates contra os alemães, desde que o primeiro navio com os soldados chegou ao porto de Nápoles. Neste período, o *Jornal do Comércio* publicou os treinamentos e inspeções à tropa na Itália, além das visitas que os pracinhas faziam aos locais de batalha. Era uma abordagem de assuntos semelhante ao que ocorreu antes do embarque.

(A.N.) Acrescentam as informações que os soldados já passaram por todas as fases preparatórias, encontrando-se presentemente em ação. As condições possíveis da tropa são as melhores possíveis sendo seu estado sanitário do mais alto padrão. O período de adaptação ao novo regime alimentar misto não trouxe nenhuma complicação e foi bem aceito. Estando a Europa no fim do verão, as tropas brasileiras estão perfeitamente preparadas para enfrentar as temperaturas cada vez mais baixas. (*Jornal do Comércio*, 09/09/1944)

A partir de setembro de 1944, com a efetiva atuação da FEB em combate, o impresso divulgou, embora com atrasos, as primeiras conquistas dos soldados brasileiros contra o exército nazista. Adjetivos não faltavam aos combatentes, criando-se, desse modo, uma imagem heroica dos soldados. Nesse cenário, o jornalismo produziu o discurso do

expedicionário herói, escamoteando o treinamento precário recebido antes do embarque e as consequentes falhas decorrentes. Esta abordagem da imprensa contribuiu para a preservação da imagem do heroísmo do expedicionário e das supostamente grandes conquistas do governo Getúlio Vargas. No dia 23 de setembro o *Jornal do Comércio* destacou a ação da FEB:

Com as Forças Expedicionárias Brasileiras, 23 (U.P.) – Durante o dia de ontem, a infantaria alcançou o pico mais alto em poder dos alemães naquele setor, sendo esse talvez o mais importante objetivo até agora visado pelos nossos soldados. Avançando treze quilômetros em linha reta através dum terreno muito acidentado fizeram estes também bom número de prisioneiros nazistas. Na quinta feira, nossa infantaria cruzou outra localidade. Mas os alemães podiam observar todos os movimentos dos nossos no vale e atacaram-nos com fogo de morteiros tendo o comando brasileiro decidido reorganizar as forças para reiniciar as operações ontem. Não há ainda detalhes sobre estas novas ações. (*Jornal do Comércio*, 23/09/1944)

Neste informativo, o terreno irregular aparece apenas como um componente do cenário de guerra e não como dificuldade, uma vez que para o Estado Novo a preparação do soldado brasileiro foi eficiente para enfrentar tais obstáculos. No entanto, os ex-combatentes, Silveira (1989) e Cavalcanti de Arruda et. al. (1949)<sup>17</sup> são enfáticos ao afirmar as deficiências do exército em relevos montanhosos, haja vista, que o adestramento no Brasil ocorreu, quase todo ele, em lugares planos. Além disso, para o historiador Cesar Campiani Maximiano:

Diferentemente de outras tropas aliadas, a organização da 1ª DIE desobedeceu a certas premissas que regiam a preparação de costume das outras grandes unidades. As divisões americanas enviadas ao TO do Mediterrâneo dispunham de tempo suficiente no norte da África para finalizar sua instrução. Tanto o 1º, como o 2º e 3º escalões da FEB foram enviados à Itália com instrução incompleta, terminada às pressas e mesmo assim em situações reais de combate. (MAXIMIANO, 1995, p. 17)

As primeiras notícias destacaram ainda os prisioneiros capturados, mostrando o preparo dos soldados perante os experientes soldados nazistas. Os reverses são descritos com certa timidez, sem referências a mortos e feridos, embora nas primeiras incursões pelo vale do rio Arno tivessem sofrido as primeiras baixas em combate: 5 mortos e 17 feridos. (MAXIMIANO, 1995)

---

<sup>17</sup> A obra *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a F.E.B.*, publicada em 1949, foi escrita por diversos autores, entre eles: Demócrito Cavalcanti de Arruda, José Alfio Piason, Roger de Carvalho Mange, Massaki Ujihara, Mário Amaral, José Gonçalves, Túlio Campelo de Souza, Gustavo Carlos Alexandre Stal, Ubirajara Dolácio Mendes, Clóvis Garcia, Paulo Dumangin Santos, José Góis de Andrade, Manuel Inocêncio Santos, Berta Morais, Emílio Varoli e Eduardo Collier.

De acordo com Octavio Costa, em seu livro *Trinta anos depois da volta*, publicado em 1975, a campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália pode ser resumida em cinco períodos. No primeiro momento, entre meados de setembro de 1944 a princípios de novembro, percorreu o Vale do Serchio. Não era a FEB inteira, era apenas o Destacamento FEB, o *Combat-Team*, o 1º escalão, comandado pelo general Zenóbio da Costa, em operações de marcha para o combate, na tomada de contato com a parte da Linha Gótica<sup>18</sup>, a oeste da península, caracterizando-se pelas operações de movimento.

Durante este período, as notícias no jornal eram muito vagas. A imprecisão nos locais de conflito e a omissão dos nomes de cidades caracterizavam as publicações. De acordo com a historiografia sobre o assunto esta foi uma fase onde as posições brasileiras avançaram, não havendo grandes perdas. Seguiram com avanços e a ocupação de pequenos vilarejos e cidadezinhas apeninas. Nesta época, segundo os apontamentos de Cesar Campiani Maximiano, “os alemães se encontravam em franco recuo para outra linha de defesa, e quase nenhuma resistência ofereceram aos estreates brasileiros, embora estes tivessem recebido a missão de estabelecer contato com o inimigo, objetivo que não se consumou” (MAXIMIANO, 1995, p. 36).

No dia 13 de setembro, o Destacamento FEB iniciou o deslocamento para o sul de Pisa, região indicada pelo IV Corpo de Exército. Recebeu sua primeira missão de combate no dia 15 de setembro de 1944, substituir elementos norte-americanos. Sua entrada em ação se deu no vale do Rio Arno, ainda na Linha Gótica, estando incumbido de ‘patrulhar agressivamente’ a frente e ocupar terreno (MAXIMIANO, 1995, p. 35). Esta área, de acordo com o ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira (1989), localizava-se entre a planície que liga o litoral do Mar Tirreno e o Vale do Serchio, região de topografia acidentada próxima aos contrafortes dos Apeninos.

O batismo de fogo da tropa ocorreu sem maiores problemas, pois, conforme Mascarenhas de Moraes, “como acontecera a todas as tropas que ainda não tinham recebido o ‘batismo de fogo’, os brasileiros foram destacados para um setor relativamente calmo (MORAES, 1947, p. 71). No entanto, erroneamente o *Jornal do Comércio*, em matéria

---

<sup>18</sup> A Linha Gótica (em alemão: Gotenstellung, em italiano: Linea Gotica, em inglês: Gothic Line) representou uma das últimas barreiras ao avanço aliado em direção ao norte, a partir da Itália. Com uma extensão de aproximadamente 280 Km, a Linha Gótica tinha o seu limite esquerdo na região costeira do Mar Tirreno, nas regiões de Carrara e La Spezia. A linha defensiva estava apoiada nos montes Apeninos. Seu limite direito estava calcado nas áreas de Pesaro e Rimini, faixa litorânea do Mar Adriático. Sua finalidade principal era a de impedir o acesso aliado à Bolonha, o que liberaria o avanço aliado em direção ao vale do Pó e, conseqüentemente, ao passo de Brenner e à própria Alemanha.

enviada pela agência de notícias internacionais, *United Press*, publicou, no dia 21 de agosto de 1944, praticamente um mês antes, o batismo de fogo da FEB, “Roma, 21 (U.P.) – Anuncia-se que as forças do Corpo Expedicionário Brasileiro já tiveram seu batismo de fogo na Itália, combatendo ombro a ombro com o 5ª. Exército norte-americano” (*Jornal do Comércio*, 21/08/1944). Na verdade, nesta data o primeiro escalão brasileiro se mantinha em constante exercício na região de Vada, a 25 km da frente de batalha do Arno, completando seu adestramento.

Em 16 de setembro, as unidades impulsionaram a tropa e conquistaram duas localidades italianas, Massaroza e Bozzano. Com atraso, em 20 de setembro de 1944, o *Jornal do Comércio* noticiou: “As tropas brasileiras ocuparam a 2º. cidade italiana desde que entraram em ação”. Assim, é possível concluir que pelo fato de apenas retransmitir notícias das agências internacionais, além de estar localizado numa cidade distante dos grandes centros, o *Jornal do Comércio* publicava os assuntos referentes à guerra com atrasos.

Avançando pela Linha Gótica, os brasileiros seguiram as ordens diretas do General Mark Clark, do V Exército Norte-Americano. Na edição do dia 29 de setembro o periódico publicou: “As tropas brasileiras vão avançando”, “Através das colinas do extremo oriental da linha gótica” (*Jornal do Comércio*, 29/09/1944). No dia 18 de setembro o comando brasileiro autorizou o avanço em direção a Camaiore, que foi ocupada no mesmo dia. Na noite de 19 de setembro o destacamento conquistou o Monte Acuto. Novamente com muito atraso, 8 dias depois, o jornal noticiou o evento:

No Monte Acuto, tropas brasileiras e norte-americanas.

E no setor ao nordeste de Firizula tropas estadunidenses e brasileiras chegaram ao Monte Acuto, a seis milhas do Monte Alafaine, na estrada de Imola.

A destacada atuação da artilharia brasileira.

Foi iniciada uma grande ofensiva, que está desmantelando os redutos nazistas visados. (*Jornal do Comércio*, 27/09/1944).

O passo seguinte foi em direção ao Monte Prano. Além de ser um excelente ponto de observação, poderia significar o desequilíbrio na linha de defesa alemã. Conforme assegurou Mascarenhas de Moraes, “era intenção do general Zenóbio, inicialmente, envolver e capturar Monte Prano por oeste, conquistando, em seguida, a linha de Monte Valimono – M. Acuto; e

finalmente consoante as informações, retificar a linha de frente na altura de Monte Prano” (MORAES, 1947, p. 80).

Sendo assim, entre 21 e 26 de setembro desencadearam-se as operações. Era a FEB batendo as portas da Linha Gótica. À sua frente agora se encontrava o Monte Prano (elevação que caracterizava praticamente todos os terrenos nos quais se combateu) que oferecia vantagens táticas aos defensores. Após duas jornadas de marcha, o morro foi conquistado. Este acontecimento, porém, foi publicado pelo *Jornal do Comércio* somente no dia 02 de outubro, com a seguinte menção:

A FEB, à custa de lances verdadeiramente heroicos, conquistou “Monteplano”. Rio, 2 (A.N) – Com a Força Expedicionária Brasileira, na frente italiana – Do enviado especial da Agência Nacional – As tropas brasileiras acabaram de desalojar definitivamente os alemães de Monteplano, posição chave do sistema defensivo nazista no setor de Camaiore. A tomada dessa importante posição foi conseguida à custa de lances verdadeiramente heroicos, em que foi posta à prova a capacidade combativa de nossa tropa. Os soldados brasileiros viram-se obrigados a escalar enormes alturas a fim de dominar a posição, que depois conquistaram. A primeira patrulha de reconhecimento aproximou-se ao anoitecer de Monteplano, passando toda noite tão perto das linhas nazistas que se escutavam vozes do inimigo. Ao amanhecer a tarefa foi cumprida. Os alemães abandonaram copioso material bélico, metralhadoras, munições e perfuratrizes, com os quais cavavam seus abrigos em plena rocha. (*Jornal do Comércio*, 02/10/1944)

Nesse contexto, os meios de comunicação exaltaram as qualidades e acertos, omitindo as falhas e os erros, onde podemos estabelecer um diálogo entre a memória dos combatentes e o discurso oficioso apresentado pela imprensa, quer seja sobre o cotidiano dos soldados ainda em treinamento ou nas ações da FEB na campanha italiana.

A reação dos oficiais brasileiros e demais aliados perante a participação dos expedicionários em seus primeiros combates foi explorada pelo jornal. Palavras de elogio, incentivo e satisfação com as sucessivas vitórias foram estampadas nas páginas do periódico. Novamente prevalecia a versão dos oficiais em detrimento do fato. Embora a FEB, ao enfrentar suas primeiras batalhas no *front* revelasse deficiências em combate, ocultava-se o precário treinamento e, no lugar de informar isso, o jornal publicava as declarações de oficiais e políticos sobre as tropas.

Prosseguindo as missões, em 28 de setembro, o general Zenóbio da Costa recebeu a Ordem Geral de Operações, expedida pelo IV Corpo de Exército, a qual dizia que as incursões do Destacamento FEB iriam progredir em direção de Castelnuovo di Garfagnana, ao longo do

vale do Serchio. A transferência para esta região, de acordo com Mascarenhas de Moraes (1947), encerrou-se no dia 02 de outubro. A partir daí, segundo as pesquisas de Cesar Campiani Maximiano (1995), o Destacamento FEB continuou seus avanços através do vale do rio Serchio, até chegar às proximidades de Castelnuovo di Garfagnana. Nestas duas primeiras semanas de outubro, conforme publicou o *Jornal do Comércio*:

As forças Brasileiras obtiveram novos êxitos

Com as Forças Expedicionárias Brasileiras, 3 (U.P) – As forças Expedicionárias Brasileiras na Itália, sob o comando geral do Ministro da Guerra do Brasil, general Eurico Gaspar Dutra, obtiveram êxitos apreciáveis no vale do rio Serchio. Os expedicionários brasileiros já estão combatendo diretamente ao sul das cidades de Pian, Della Rocca e Fornoli. Também foi ocupado pelos brasileiros Monte Nona, a dezessete quilômetros ao nordeste de Viaregio. (*Jornal do Comércio*, 03/10/1944)

Com a Força Expedicionária Brasileira, 3 (U.P) – Os soldados brasileiros avançaram entre três e cinco quilômetros em diversos setores, ocupando uma colina. Tropas da Engenharia Brasileira demoliram inúmeros obstáculos, colocados pelos alemães numa estrada, sendo inspecionados no ato pelo general Dutra. Revelou-se, também, que o Ministro da Guerra do Brasil entregou a Ordem do Mérito Militar, no grau de Comandante em Chefe, a um general norte-americano, cujo nome não foi divulgado”. (*Jornal do Comércio*, 03/10/1944)

As tropas brasileiras continuam avançando

Roma, 9 (U.P.) – Informações chagadas da frente de batalha, revelam que a Força Expedicionária Brasileira, destacada no extremo ocidental da linha gótica alinhada na Itália, continua avançando. Esse avanço vai se realizando apesar das atividades da retaguarda do inimigo, destinada a apoiar o grosso das forças nazistas. Os brasileiros vão eliminando, pouco a pouco, os atiradores e silenciando as metralhadoras e canhões inimigos, embora o terreno em que avançam seja terrivelmente irregular”. (*Jornal do Comércio*, 09/10/1944)

Não obstante, no final do referido mês, o Destacamento FEB teve que lamentar o primeiro revés de consequências sérias, mais precisamente na localidade de Sommacolonia. (MAXIMIANO, 1995, p. 38). O ex-combatente José Gonçalves, na coletânea *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB*, descreveu o episódio:

Sommacolonia, é uma das alturas dominantes do Vale do Serchio, nas proximidades de Castelnuovo do Garfagnana, no meio dos Apeninos. Nessa região, sofreu a FEB o seu primeiro revés na Itália. Em consequência de um contra-ataque alemão, perdeu-se a linha de alturas de cotas 906 a 1048 mts., recém-conquistadas, além de 15 mortos (dois oficiais), 36 feridos e 8 prisioneiros. (GONÇALVES et.al. 1949, p. 168)

De acordo com Cesar Campiani Maximiano, a 30 de outubro a unidade brasileira se encontrava diluída numa frente de 4 Km, com os três batalhões do 6º Regimento de Infantaria em linha. Os apeninos eram ainda uma topografia desconhecida pelos expedicionários, que deles exigia qualidades de alpinistas; ainda por cima, os homens estavam já sofrendo com as intempéries (MAXIMIANO, 1995).

As intempéries mencionadas por Cesar Campiani Maximiano eram as chuvas, que encharcavam o solo desde meados de setembro, dificultando até mesmo pequenos passos. Para Joaquim Xavier da Silveira (1989), as fortes chuvas agravaram as condições do local o que atrasou sensivelmente o desenvolvimento da tropa. Sobre isso, o *Jornal do Comércio* publicou:

Roma, 29 (U.P.) – As chuvas estão dificultando a ação da Força Expedicionária Brasileira, que, entretanto, continua abrindo passagem lentamente através das colinas do extremo ocidental da Linha Gótica. As tropas brasileiras avançaram dois quilômetros num determinado setor, e flanquearam parcialmente o monte mais elevado da região em que estão em operação. Revelou-se que, até o momento, os brasileiros não lançaram uma ofensiva em grande escala para evitar perdas inúteis e também porque as operações da frente da linha gótica estão sendo orientadas do ponto de vista da ação conjunta do Quinto e Oitavo Exércitos.

As tropas brasileiras completaram o avanço visado.

Com o quinto exército, 30 (U.P) – “As tropas brasileiras continuaram experimentando as linhas alemãs entre os bosques encharcados pelas chuvas. Apesar das condições desfavoráveis do terreno, os soldados da FEB completaram o avanço visado, cuja profundidade atinge de três a cinco quilômetros nas últimas quarenta e oito horas”. (*Jornal do Comércio*, 30/09/1944)

Portanto, a derrota em Sommacolonia, na região de Castelnuovo di Garfagnana, não apareceu entre as notícias do periódico. Ao invés disso, o impresso publicou as dificuldades climáticas e as condições do terreno, responsabilizando-os por qualquer atraso ou revés. Evidentemente que o solo encharcado foi um contratempo às ações da tropa. Para Mascarenhas de Moraes, no entanto, “nossas tropas foram surpreendidas. Cansadas de fatigantes jornadas e certas de que elementos inimigos em contato não possuíam valor combativo, descuraram de certas medidas de segurança [...]” (MORAES, 1947, p. 93). Por outro lado, o ex-combatente José Gonçalves (1949), tem uma visão crítica sobre a postura do ex-comandante da FEB. Para ele, erros de toda natureza foram cometidos nesta incursão. Segundo José Gonçalves o Estado-Maior do Destacamento FEB foi leviano, ao ponto de

questionar a coragem dos combatentes. Além disso, a falta de planejamento adequado, de acordo com Gonçalves resultou na malograda ação. Com essa derrota, encerrou-se a campanha do Destacamento FEB no Vale do Serchio. Nesta primeira fase, “a tropa brasileira conquistou mais de 40 quilômetros de território inimigo; ocupou várias localidades, inclusive uma fábrica de acessórios para aviões; capturou 208 soldados alemães e italianos, e sofreu 290 baixas” (SILVEIRA, 1989, p. 155).

No dia 29 de outubro, o general Mark Clark, comandante do V Exército Norte-Americano, convocou, para o dia seguinte, uma reunião com os comandantes de grandes unidades. Entre eles o general Mascarenhas de Moraes. Em 30 de outubro, realizou-se a Conferência do Passo de Futa, que determinou novas diretrizes de ação às divisões aliadas, da qual resultou o remanejamento da 1ª DIE, agora contando com três Regimentos de Infantaria para o vale do rio Reno. O 1º e 11º regimentos de infantaria juntaram-se ao 6º RI no final de novembro (MAXIMIANO, 1995). Neste momento iniciava-se uma nova fase nos combates.

Em conformidade com a ordem do IV Corpo de Exército, o general Mascarenhas de Moraes, assumiu, no dia 01 de novembro, com a chegada do 2º e 3º escalões, o controle total das tropas. O general Zenóbio da Costa deixando o comando do Destacamento FEB, que foi extinto, assumiu as instruções dos 1º e 11º Regimentos de Infantaria, recém instalados no estacionamento de Pisa.

Conforme Octávio Costa (1976), do início de novembro de 1944 a meados de fevereiro de 1945, nomeada por ele de segunda fase, de caráter defensivo, as tropas sofreram com o inverno. Nesse período, a FEB foi levada para a margem do rio Reno, ao norte e a oeste de Porreta Terme, onde passou a atuar como uma Divisão inteira, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes. Segundo Octávio Costa “é o tempo dos ataques malogrados ao sinistro Monte Castelo. Fase do heroísmo das patrulhas, fase áspera e difícil, que antecede e prepara dias melhores” (COSTA, 1976, p. 40). Na definição do autor, “aí a FEB realmente fez sua preparação, no sangue e na vigília, na lama, na neve, no sacrifício, também no medo, e uma só vez – por que não dizer? – até mesmo no pânico. É o martírio da FEB que a sublima” (COSTA, 1976, p. 40).

O deslocamento para o Vale do Reno iniciou-se na noite de 1º de novembro. Para Cesar Campiani Maximiano, o deslocamento marcou o início da fase de grandes combates da FEB, pontilhados de insucessos. Em razão disso, segundo o autor, alguns julgamentos

apressados foram cunhados, origem da triste imagem que a FEB alcançou após a guerra em alguns círculos (MAXIMIANO, 1995, p. 41).

Na obra *Um Batalhão da FEB no Monte Castelo*, publicada em 1987, originalmente tese de doutoramento, o ex-combatente Francisco Pinto Cabral descreveu minuciosamente os ataques das tropas brasileiras a Monte Castelo. Conforme o autor:

Ainda em novembro, tivemos os primeiros ataques ao Monte Castello, encravado em uma linha de alturas de que faziam parte Belvedere, Gorgolesco e Della Torracia. As três primeiras tentativas, a 24, 25 (esta, desdobramento da primeira) e 26, realizadas pela Task Force 45, americana, de que faziam parte batalhões brasileiros, fracassaram como fracassariam duas mais realizadas pelo Comando brasileiro, pois o IV Corpo partia da premissa errada de que era possível conquistar o Monte Castello em operação isolada. (CABRAL, 1987, p. 41)

Segundo o autor, diversas falhas contribuíram para os frustrados ataques, tanto em relação ao comando brasileiro quanto ao Estado Maior do IV Corpo de Exército. Entre elas, planos de execução equivocados, insuficiência de meios e ausência de condições ideais da tropa empregada. Além dos ataques nos dias 24, 25 e 26 de novembro, citados por Francisco Pinto Cabral, foram executados, em 29 de novembro e no dia 12 de dezembro, outros dois ataques. Com a chegada do inverno, as operações no Monte Castelo foram interrompidas, sendo retomadas apenas em fevereiro de 1945, quando finalmente a elevação foi conquistada.

Como a intenção do *Jornal do Comércio* era enobrecer qualquer atividade da FEB, não foram feitas referências alusivas às derrotas dos expedicionários em Monte Castelo. Sendo assim, as derrotas dos pracinhas na Europa não estavam entre as notícias veiculadas pela imprensa brasileira, para não dizer mundial, já que a guerra também envolvia contrainformação. A forma como os textos eram construídos e os termos e dados não publicados revelavam o controle que a imprensa sofria em situações que envolviam as derrotas do Exército Brasileiro na Itália. Para Rodrigo Batista, “mesmo nos despachos de agências internacionais, os elementos que pudessem denunciar as falhas das operações foram ocultados” (BATISTA, 2011, p. 43).

No consenso da imprensa, por meio da censura prévia, impedia-se a publicação de alguns assuntos, em especial, as derrotas e as baixas dos soldados brasileiros em combate. Eram estas as garantias que protegiam a imagem positiva do presidente Getúlio Vargas, suas ações interventoras, as privações que a guerra impunha, formatando um projeto anterior à

própria guerra, isto é, promovendo o nacionalismo, a coesão social e a harmonia, objetivos do governo desde a instauração do Estado Novo. Dessa forma, a guerra se apresentou como uma grande oportunidade de legitimar essas ideias.

Evidentemente que a intenção de privilegiar somente as vitórias dos soldados não era exclusividade da grande imprensa brasileira, tampouco dos governos autoritários ou mesmo totalitários. Para manter o espírito de cooperação interno, os meios de comunicação criaram para o público de cada país a sensação de superioridade de suas tropas e desmerecimento dos inimigos, ainda que a realidade fosse outra. No caso do Brasil, porém, as diretrizes do Estado Novo, alicerçadas na ideia de um novo país, marcado pelo patriotismo, união e coesão social, traduziu, no discurso de enaltecimento das vitórias dos expedicionários na guerra, uma forma de mostrar a bravura e a capacidade do novo homem brasileiro, representante exemplar para toda a nação. Assim sendo, mesmo os fatos corriqueiros do conflito eram escondidos pela imprensa, pois poderiam ajudar a derrubar a imagem heroica dos soldados.

Em todas essas investidas da FEB, a imprensa brasileira pouco citou onde as operações dos brasileiros se desenvolveram. As notícias falavam de operações dos expedicionários para conquistar determinadas elevações, mas sem referência ao nome exato dos locais. A explicação pode ser a censura aplicada pelas ações do DIP. A imprensa, nesta perspectiva, da mesma forma que alguns livros de memória, ressaltou apenas os aspectos heroicos dos exércitos, “deixando de lado as mazelas e as origens dos problemas” (FERRAZ, 2005, p. 64). Para ilustrar essa questão apresentamos a matéria “Atos heroicos dos soldados brasileiros no front”, originalmente editada pela agência de notícias americana United Press e republicada pelo *Jornal do Comércio*:

(U.P.) Um sargento brasileiro, numa ação de patrulha nas montanhas italianas, atirou sobre os alemães até que a metralhadora queimasse seus próprios dedos. Era ele o sargento Abraham Silveira Dias, de Soledad, no Rio Grande do Sul, e fazia parte duma patrulha de doze homens comandada pelo segundo tenente Túlio Campelo, de Pindamonhangaba, de São Paulo. Achava o grupo pelas montanhas quando o sargento Silveira Dias divisou alemães que colocavam metralhadoras na margem oposta de um regato. Atirou então sobre o inimigo que respondeu abrindo um fogo cruzado sobre o ponto do qual se aproximava a patrulha brasileira. Uma bala nazista chegou a furar o capacete do sargento Silveira Dias, sem, entretanto feri-lo. A patrulha brasileira respondeu energicamente ao fogo do destacamento inimigo, composto de setenta homens, segundo mais tarde se apurou. Dentro de pouco, mais quarenta soldados brasileiros reforçavam a nossa patrulha, e a luta continuou cada vez mais violenta, durante meia hora, quando os alemães cessaram fogo. Em outra recente ação, o soldado João Boneti, de

Curitiba, matou um oficial nazista. Boneti, fazia parte duma patrulha brasileira que avançava, quando encontrou um grupo de alemães calculando uns quarenta, e que estava no alto duma montanha. Atacados a granadas de mão pelos brasileiros, os nazistas fugiram em disparada. (*Jornal do Comércio*, 05/10/1944)

A terceira fase de operações da FEB, descrita por Octávio Costa (1975), estendeu-se de meados de fevereiro aos princípios de março. Trata-se da Ofensiva do IV Corpo, preliminar da grande Ofensiva da Primavera, o Plano Encore. O objetivo nesta fase era conquistar melhores posições. Diante disso, ocorreram os ataques a posições fortificadas, incluindo Monte Castelo, finalmente conquistado após os reveses anteriores ao inverno, e Castenuovo de Vergato.

Conforme o Plano Encore, discutido em 8 de fevereiro de 1945, a tarefa atribuída aos brasileiros consistia em atacar Monte Castello em direção a Castelnuovo, com previsão para a segunda quinzena de fevereiro. Conforme escreveu Joaquim Xavier da Silveira, “o clima era diferente de outras ocasiões: a tropa estava descansada e bem municada, e já na base de partida, sem necessidade, portanto, de se esgotar com marcha de aproximação antes do ataque” (1989, p.170). Além disso, o auxílio de soldados especializados como a 10ª Divisão de Montanha norte-americana e o uso da aviação foram fundamentais na tomada da elevação. Na obra *Onde estão nossos heróis*, publicada em 1995, o historiador Cesar Campiani Maximiano descreveu o ataque final a Monte Castelo:

Enquanto a 10ª Divisão avançava na diagonal nordeste, ao amanhecer do dia 21, o I e III batalhões do Regimento Sampaio avançaram, apoiados pelo II batalhão do 11º RI (com o II/1º RI na reserva), que realizou um ataque frontal divisionário ao Monte Castello, mais uma vez na região de Abetaia. Desta vez o ataque foi precedido de apoio maciço de toda a artilharia brasileira, assim como da esquadrilha da FAB que atuava na Itália, o que deixou os defensores completamente atordoados; em certo ponto do bombardeio toda a artilharia da divisão se concentrou no cume do Castello, uma tática desenvolvida pelos americanos, chamada *Time on Target*, que tinha o propósito de desnortear quem quer que estivesse sob o bombardeio em vez de propriamente exterminar os defensores como poderia se supor. Os alemães logo perceberam que a situação era insustentável e deixaram um pequeno efetivo defendendo a montanha, para garantir a retirada segura do grosso da tropa. O cume foi atingido às 17:30 do dia 21 de fevereiro, às custas de 87 baixas. Foram recolhidos neste dia 30 mortos alemães e capturados outros 23. O desfecho das operações contra esta elevação ficou abaixo do que esperava, porque os alemães não insistiram numa defesa tenaz nem mesmo tentaram um contra-ataque. Ainda assim, o fantasma havia sido extinto. (MAXIMIANO, 1995, p. 72)

Na imprensa brasileira a vitória em Monte Castelo mostrou mais uma vez como eram relatados os fatos: fragmentados e com informações muitas vezes ocultadas. Apesar dos detalhes de cada passo dos brasileiros na conquista da posição, os textos, em geral, não revelavam, por exemplo, a quantidade exata de ataques que os expedicionários realizaram contra os alemães que ocupavam a elevação. Conforme a edição do dia 23 de fevereiro de 1945, publicada no *Jornal do Comércio*: “Vencem aos nazistas e avançam sempre os soldados brasileiros”. Roma, 23 (U.P.) – A FEB ocupou importante elevação no Monte Castelo, situado a nordeste do Monte Belvedere. Na mesma região foi ocupada ainda a localidade de Abetaia (*Jornal do Comércio*, 23/02/45).

Nessas notícias, em raros momentos foram citadas perdas em combate, feridos ou mortos. Quando ocorriam referências às baixas nessas investidas, os textos davam mais ênfase aos atos heroicos dos brasileiros em combate.

Os últimos e brilhantes feitos dos nossos oficiais e praças nos Apeninos, na Itália.

Rio, 10 (A.N.) – A respeito dos últimos e brilhantes feitos da F.E.B. na Europa, o general Mascarenhas de Moraes enviou ao ministro Gaspar Dutra longa mensagem comunicando o prosseguimento das operações no dia 5 do corrente “realizando, certamente, a mais intensa e feliz jornada das armas brasileiras neste teatro de guerra”. Adiante, esclarece que “alcançamos a maior cifra de prisioneiros até agora verificada, sofrendo um número mínimo de baixas, em relação aos efetivos empregados. No final da mensagem o general Mascarenhas formula o seu aplauso e o seu elogio, em nome do exército nacional, do comando e de seu eficiente estado maior aos generais que se empenharam nas magníficas ações e aos oficiais e praças que, a critério do ministro Gaspar Dutra merecem tal recompensa. (*Jornal do Comércio*, 10/03/1945)

Nesta mesma época em que os combates se desenrolavam o governo do presidente Getúlio Vargas iniciava internamente uma fase de enfraquecimento de suas bases políticas, especialmente pelo fato de o país estar lutando pela democracia mundial e viver um regime político ditatorial. Aliás, nesta conjuntura, as notícias sobre a atuação da Força Expedicionária Brasileira na Itália dividiram as atenções com as questões políticas nacionais.

Nossa hipótese, baseada no quadro político nacional, é que as tensões em torno da sucessão presidencial tornaram-se cada vez mais frequentes nos meios de comunicação brasileiros, fazendo com que as notícias sobre a FEB passassem a ser secundárias.

Diante disso, é possível afirmar que os imperativos sobre a Campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália foram utilizados no projeto de manutenção política do

Estado Novo. Contudo, assim que novos elementos surgiram o conteúdo FEB se tornou inconsistente para a conjuntura que se apresentava. As disputas políticas irão, nesse sentido, se apresentar como foco na imprensa.

Assim, o breve e pouco marcante quarto período de atuação da FEB, de princípio de março a meados de abril, descrito pelo General Octávio Costa, não encontrou ressonância no *Jornal do Comércio*. De meados de abril a 2 de maio, ao fim da guerra, configurou-se o quinto período. Nesta época, aliás, o *Jornal do Comércio* alterou seu slogan, declarando-se defensor dos interesses do Partido Social Democrata (PSD). No cabeçalho do impresso estava escrito “Órgão Institucional do PSD”. Vale considerar que parte da zona eleitoral de Campo Grande, historicamente, revelou acentuado comportamento pró-PSD, embora menos significativo do que o conhecido ‘bolsão pessedista’ (NEVES, 1988).

Conclui-se, desse modo, que as notícias sobre a FEB não tiveram a estrita pretensão de informar. Na verdade, fizeram parte do sistema manipulador do Estado Novo, no qual os órgãos de imprensa eram obrigados a publicar as mensagens do governo, com forte censura ao editorial jornalístico, com o objetivo, portanto, de manter as estruturas políticas e sociais coesas e homogêneas, sem conflitos de classes. Assim, com a nova reestruturação dos partidos, o jornal se revelará novamente portador de um discurso partidário.

#### O manifesto do P.S.D.

Temos em mãos o manifesto com que a comissão executiva do P.S.D. na secção deste Estado, lançou ao eleitorado mato-grossense, o nome do Gen. Eurico Dutra à presidência da República. Esse documento, escrito por vernaculista consagrado, está vasado num estilo simples e atraente e consubstancia as ideias primordiais da concepção do Estado democrático, que é o consecutório da vontade popular e onde tudo se faz em benefício do povo. Esse manifesto, pela responsabilidade das pessoas que o assinaram, define, com propriedade, o momento histórico que atravessamos e evangeliza uma cruzada cívica da mais intensa vibração. Nele se evoca o nome do Brasil, a bem de cujos interesses falou o candidato, como o tabernáculo do civismo, que inspira o trabalho, que dá vida à liberdade, que estimula a política no seu sentido doutrinário, dando a todos, pela consciência de responsabilidades comuns, mais solidariedade e mais fácil entendimento. O manifesto de que nos ocupamos, traçou com perfeição admirável, o perfil desse soldado de rara têmpera e desse estadista que a todos empolga, que é o Gen. Eurico Dutra. Filho de Mato Grosso, onde fez a preparação do seu espírito, o futuro Presidente da República quer ter orgulho de ser útil à sua terra, promovendo as medidas indispensáveis para que os problemas de sua economia, sejam resolvidos sem tardança, em prol do interesse público e do seu desenvolvimento industrial. Nenhum mato-grossense deve ficar indiferente ante a magnitude de propósitos desse emérito co-estadano, cuja atividade pontilhada de méritos, é uma garantia

de paz de trabalho fecundo. Como militar, o bravo general já deu mostras do seu destemor e da sua bravura pela República. Como estadista, o nosso candidato há de também provar à nação, que ele é digno da confiança dos brasileiros, na obra da preparação do país para resistir ao complexo de transformações que a nova ordem de coisas mundiais, fatalmente trará à nossa vida de povo livre e orgulhoso dos seus destinos. O P.S.D. está convencido de que o heroísmo militar fará a felicidade do povo brasileiro, num consórcio harmonioso entre o respeito pelo sentimento popular de liberdade e os imperativos da defesa nacional, em relação aos quais terá de calcar o seu programa de governo. A imagem do Brasil unido e forte, para o íncito militar, estará acima de tudo, e como essa fórmula, consulta, realmente, a nossa tranquilidade futura e o nosso bem-estar, só temos motivos para esperar do seu governo que se aproxima, os mais fagueiros cometimentos. (*Jornal do Comércio*, 20/06/45)

Nesse cenário, os meios de comunicação passaram a noticiar fatos que atingiam a imagem sacralizada do governo e do presidente. Se antes as primeiras páginas das edições traziam somente notícias da guerra, agora também publicavam as transformações políticas. Ainda assim, apesar do descrédito de Getúlio Vargas, a participação dos expedicionários na Segunda Guerra Mundial não passou pela mesma desconstrução. Os pracinhas continuaram sendo tratados, pelos jornais, como heróis da pátria. As imagens do soldado construídas durante o Estado Novo foram somadas aos ideais democráticos, em razão das transformações que o país sofria. Os pracinhas passaram a ser tratados pela imprensa também como os heróis que desencadearam a luta pelo fim do regime ditatorial no Brasil. Sobre isso, o *Jornal do Comércio* publicou o texto “Heróis da Democracia”, assinado por Waldemar Torres:

Empolgada pela campanha política, que apresenta, a cada passo, surpreendentes acontecimentos, a opinião pública não celebrou com o ardor patriótico que era de esperar as grandes vitórias que nossas forças expedicionárias acabam de conquistar, em Monte Castelo e Castelo Novo. Não se observou mesmo, pelo menos por aqui, nenhum comentário pela imprensa e pelo rádio, que pudesse traduzir sincero regozijo de um povo que tem filhos diletos empenhados na mais sangrenta batalha de que foi dado ao Brasil participar. Passou despercebido, naturalmente, porque o pensamento se volta, inteiramente, para o panorama político, que se debuxa aos olhos da nacionalidade, ansiosa de ver colocado o país, em incontestável situação democrática, que lhe garanta falar de cátedra, nas memoráveis reuniões das Nações Unidas, pela consecução de mundo mais livre, mais justo, mais humano. Esse indiferentismo, porém, pela demonstração de bravura e sinceridade de ideal, postos à prova pelos nossos rapazes, força é reconhecer, não se justifica, de modo algum. Por mais nobre e mais árdua que seja a tarefa imposta ao povo brasileiro, pela democratização do país, não poderá, absolutamente, ser maior do que a campanha que nossos compatriotas levam a termo, em nome dos ideais democráticos, à custa, de sangue, suor e lágrimas. Se é certo que são nobres os intuítos, que animam a opinião pública brasileira, no sentido de pugnar, para que, nas urnas, se escolha o

dirigente desta grande Nação, devemos reconhecer que são as Forças Expedicionárias que tornam concreto nosso pendor democrático, combatendo, com desassombro e disciplina o inimigo feroz das liberdades. Tem nossa heroica FEB correspondido integralmente, não só aos anseios gerais como às nossas tradições de povo, que sabe se empenhar, com coragem, em todas as campanhas dignas. Tais feitos, honrosíssimos para o Brasil, não são mais do que a consequência da compreensão de nossas autoridades militares, que olhos voltados para o futuro da Pátria sabem alheiar-se às paixões subalternas para dedicar-se inteiramente à condução de nossos patrícios às glórias que nos comovem e dignificam. Justos, pois, são o regozijo e o entusiasmo de que se possuem os que representam nossas Forças Armadas pelas brilhantes vitórias obtidas por nossos expedicionários, os mais dedicados apóstolos da cruzada democrática nesta Pátria, por todos nós estremecida. Consequentemente, se a hora é de empenho pelas liberdades, que consubstanciam o ideal democrático, a ninguém mais do que aos expedicionários brasileiros, deve ser atribuída a maior parcela de nossa admiração e de nosso reconhecimento, porque são, em verdade, autênticos heróis da democracia. (*Jornal do Comércio*, 17/03/45)

Esse procedimento de construção da realidade na guerra, que privilegiou as vantagens dos expedicionários durante a guerra, foi importante para a imprensa conseguir cumprir o efeito desejado: transmitir a ideia de uma tropa formada por heróis. Contudo, o lugar da Segunda Guerra Mundial na história e na memória coletiva da população de Campo Grande, e de Mato Grosso em geral, tem sido marcado muito mais pela ausência do que por uma presença efetiva e consistente. Na verdade, não está presente na memória da região, ela não é celebrada coletivamente, não é lembrada. De fato, conforme afirmou Roney Cytrynowicz (2002), a Segunda Guerra Mundial não se constituiu ainda como capítulo da história do Brasil. O discurso construído pelos jornais na época da guerra não foram, grosso modo, suficientes para forjar uma memória voltada para a celebração. De maneira ampla, as estratégias do Estado Novo mantiveram o assunto FEB dentro da esfera política do governo. Isto é, desde a instauração do Estado Novo o governo pretendia intervir nos assuntos sociais e econômicos, logo, a guerra se apresentou como uma grande oportunidade para legitimar o caráter autoritário do regime.

Esse discurso favorável à ideologia do Estado Novo pretendeu mobilizar a cidade por meio da união, abafando conflitos intraclasses, tornando cada indivíduo, a partir da experiência do *front*, um representante do espírito e da vontade do povo brasileiro, iluminado desde o passado pela bravura e a coragem. Nesta mesma perspectiva, as representações sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial publicadas pelo *Jornal do Comércio* serviram também aos interesses locais, com vistas a afastar e elevar a região, além de manter

as estruturas de dominação através do discurso do sacrifício pela pátria. Portanto, as iniciativas do governo na criação do *front* interno foram muito mais um efeito-demonstração destinado a mobilizar a população segundo os ideais do Estado Novo, tornando a guerra uma experiência coletiva. Porém, com o término do conflito, novas configurações políticas tornaram a participação do Brasil na guerra um assunto secundário, o que levou à fragmentação de uma memória consistente sobre a Força Expedicionária Brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa escrita já foi estudada em suas mais variadas manifestações no Brasil, mas ainda há muito a ser pesquisado e compreendido, principalmente no que diz respeito às áreas distantes dos grandes centros urbanos. Apesar do êxito de pesquisas recentes sobre o assunto, a realidade do jornalismo local ainda merece atenção. Desse modo, o presente estudo tornou-se oportuno ao analisar o periódico mato-grossense *Jornal do Comércio* na época do governo Getúlio Vargas, em especial o período correspondente ao Estado Novo. A partir dos posicionamentos políticos-ideológicos do *Jornal do Comércio* foi possível avaliar suas tendências partidárias, bem como o discurso de mobilização nacional vinculado pelo jornal durante a Segunda Guerra Mundial, além de perceber as representações da campanha brasileira na Itália divulgada pelas páginas do periódico. Este trabalho, porém, não esgota a pauta de discussões acerca das propagandas políticas e dos discursos partidários vinculados pelo impresso em Mato Grosso, no período aqui tratado, sobretudo no entendimento dos diferentes projetos políticos vinculados pelo jornalismo local.

Com base nas proposições aqui apresentadas identificamos o *Jornal do Comércio* como elemento catalisador de opiniões no âmbito local, agindo na consciência pública. Ponderamos, diante disso, que o jornalista José Jayme Ferreira de Vasconcelos, diretor-proprietário do *Jornal do Comércio*, pretendeu, por meio de seu veículo de informação, forjar uma memória, na medida em que era papel da mídia reter assuntos que, guardando identificação com o leitor, precisavam ser permanentemente atualizados. Ao selecionar temas que deveriam ser lembrados e ao esquecer outros, o jornal produziu, a partir de critérios altamente subjetivos, uma espécie de classificação do mundo para o leitor. Pois ao ser portador de um discurso válido que pode ser transformado em documento para o futuro, o impresso pretendeu se configurar como um dos senhores da memória na sociedade em que estava inserido.

Por sua vez, verificamos que o periódico não pensava de maneira isolada, mas sim, por meio de um somatório que expressava a ideia de uma parcela da opinião pública, representada, sobretudo, pelos grupos que dominavam o cenário político local, ora com proximidades ora com afastamentos. Nesse sentido, o *Jornal do Comércio* representou posições ideológicas dentro das lutas políticas existentes e, dessa maneira, forneceu práticas

discursivas que, por meio de imagens, espetáculos, discursos, narrativas e outras formas culturais, mobilizaram o consentimento a determinadas posições políticas.

Fundado pelo advogado e jornalista José Jayme Ferreira de Vasconcelos, o *Jornal do Comércio* constituiu-se como um periódico diário, o terceiro maior do Estado e o único que circulava diariamente na porção sul de Mato Grosso. Pelo que vimos, o impresso, através de suas páginas, expressou íntimas relações com o poder local, apoiando, sobretudo, o grupo político ligado à família Müller: Fenelon Müller e Julio Müller como interventores do Estado de Mato Grosso e Filinto Müller que ocupou o cargo de Chefe de Polícia no Rio de Janeiro. Desse modo, asseveramos que o *Jornal do Comércio* não foi um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, embora se autoafirmasse “Noticioso e Independente”.

Sócio do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e do Centro Mato-Grossense de Letras (CML), José Jayme Ferreira de Vasconcelos se caracterizou, a partir das discussões expostas, como um intelectual. Nesse sentido, integrou-se as propostas vinculadas a estas instituições, sobretudo no que diz respeito a construção de uma identidade mato-grossense a partir da imagem de um estado “civilizado”, no qual os homens de letras eram os encarregados de edificar as produções literárias e históricas em favor de uma identidade mato-grossense da melhor descendência dos pioneiros, associado a um passado glorioso.

Neste propósito, em consonância com o pensamento político dos anos 1930 que circulava em torno da ordem, hierarquia e tradição, o *Jornal do Comércio*, por meio de seu diretor-proprietário, estabeleceu vínculos políticos com grupos dominantes do Estado, especialmente após a ascensão do presidente Getúlio Vargas ao poder, uma vez que se estabeleceram novos papéis à imprensa, devendo contribuir para a coesão nacional e a realização do bem público. Devemos ressaltar, no entanto, que José Jayme Ferreira de Vasconcelos não apoiou a candidatura de Getúlio Vargas ao poder. Assim, averiguamos que por ter participado contra a Aliança Liberal em 1930, o intelectual assistiu ao fechamento de seu principal veículo de propagação de suas ideias, o *Jornal do Comércio*. O periódico foi empastelado em novembro de 1930, reabrindo novamente em junho de 1933.

Sendo assim, ao longo desta pesquisa, percebemos que o *Jornal do Comércio* fez, em alguns momentos, oposição à projeção e ascensão de Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930, o que indicou o motivo de fechamento do impresso nos anos de 1930. Após a instauração do Estado Novo, a vigilância do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) se fez presente nas páginas do

periódico, pois se intensificou a propaganda do regime e os aspectos referentes à oposição a Getúlio Vargas desapareceram. Assim, procurando impedir a expressão de conflitos e manifestações autônomas com sentido de oposição, negou-se, na época do Estado Novo, o princípio da pluralidade da vida social, característica das experiências democráticas, substituindo-o pela proposta de construção de uma sociedade unida e harmônica.

No caso do Brasil da década de 1930, a preocupação com uma nova ideia de nacionalidade atraiu para o Estado Novo um grupo significativo de intelectuais, caso do jornalista José Jayme Ferreira de Vasconcelos. Aliás, vale destacar que José Jayme Ferreira de Vasconcelos, mesmo antes de transferir-se para Mato Grosso, era sócio efetivo da Associação Brasileira de Imprensa e, uma vez instalado no Estado, fundou a Associação Mato-Grossense de Imprensa e foi seu primeiro presidente. Ambas comportavam grande parte da elite intelectual nacional e regional.

Nesta abordagem verificamos ainda que a elite intelectual teve um papel dos mais importantes na época, uma vez que se achava responsável por retransmitir às massas o que, para elas, era apenas uma ideia indecisa e uma aspiração mal definida, isto é, conceitos de progresso e civilização. Neste sentido, conforme a historiografia já demonstrou, alguns intelectuais de cunho autoritário identificaram-se com o regime do Estado Novo por suas características mais evidentes – em especial, a supressão da democracia representativa, o carisma presidencial e a supressão do sistema de partidos. Mais ainda, encontraram na figura de Getúlio Vargas os traços do presidente ideal. A ditadura autoritária do Estado Novo, diante disso, seria o regime mais adequado às características do país, de acordo com seus ideólogos, onde o autoritarismo era apresentado como verdadeira democracia. Estes princípios estavam em acordo com as propostas da elite intelectual mato-grossense, uma vez que a construção de valores nacionalistas permitiu inserir a região no cenário nacional.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial o nacionalismo, aspecto fundamental da política do presidente Getúlio Vargas, tornou-se o imperativo do projeto de união nacional. A intenção desse discurso, que tinha como finalidade criar uma nova identidade do brasileiro e mascarar as contradições entre os grupos da sociedade, vinha ao encontro da intenção de demonstrar as relações de forma sincrônica, conforme uma doutrina oficial.

Utilizando-se do Departamento de Imprensa e Propaganda e de recursos para manipular as comunicações no Brasil, o Estado Novo construiu um sistema de valores a ser incorporado pela sociedade e forjado na consciência popular. Neste sentido, o DIP exerceu

uma função educativa e pedagógica, buscando formar um novo homem brasileiro, com padrões de comportamento público e privado em que se destacavam, através da força de pressão, uma postura favorável à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como forma de defesa da honra nacional, rumo à industrialização, equiparando-se, assim, às grandes potências. Tampouco podemos generalizar e afirmar que toda imprensa era alinhada ao governo. A diversidade de ideais e interesses políticos entre os produtores e empresários de comunicação fazia com que o seu periódico, vestindo a máscara da neutralidade e da objetividade jornalística, direcionasse seu discurso a favor ou contra o governo, quando fosse conveniente.

Através do *Jornal do Comércio*, portanto, produziram-se ações tendentes a impor autoridade ou mesmo a legitimar escolhas. No Estado Novo (1937-1945) isto ocorreu por meio da postura autoritária do governo, associada a elementos da política local. Ambos consubstanciados em meios simbólicos, haja vista que a construção do esforço de guerra dependeu de recursos institucionais (físicos) e imagéticos, no campo das representações.

A partir do envio da Força Expedicionária Brasileira à Itália a guerra invadiu o cotidiano das populações, pelo menos no caráter ideológico. Dessa maneira, informações que, de alguma forma, desconstruísem a imagem positiva e eficiente dos expedicionários e do governo Getúlio Vargas eram, em grande parte, censuradas. Esta linguagem das notícias não induzia à ideia de um exército inexperiente ou que tivesse dificuldades para enfrentar os alemães. Assim sendo, o impresso relatou os passos dos brasileiros de uma forma bastante patriótica. Aliás, os relatos mostraram como a imprensa da época, com diversas influências, ajudou a construir a figura de um expedicionário forte e destemido, com qualidades superiores aos demais soldados de outros exércitos, fossem eles aliados ou inimigos.

Portanto, através da intervenção do governo de criar uma consciência coletiva voltada para o esforço de guerra nacional, a FEB era representada bem equipada, com seus soldados bem armados e supridos, como qualquer outro exército em luta. Por isso mesmo, os soldados brasileiros eram apresentados como heróis destemidos que libertavam cidades, rasgavam e esmagavam o inimigo. Palavras fortes, adjetivos, expressões quase poéticas que contavam as atuações dos brasileiros engrandeceram atitudes muitas vezes pequenas. Dessa maneira, observou-se que as notícias sobre a FEB tentavam imprimir um efeito de mobilização.

Desse modo, enquanto a Força Expedicionária Brasileira atuava na Itália, os jornais encarregavam-se de noticiar os acontecimentos no *front*, nos quais eram constantemente

anunciadas a ideia de mobilização e o esforço de guerra, construindo, portanto, a imagem e a memória na qual grande parte dos leitores reconheceria a participação do Brasil na guerra. Nesta perspectiva, foi possível avaliar as formas de construção da memória oficial sobre a participação brasileira na guerra, levando-se em consideração as informações vinculadas pelos jornais, buscando contrapô-las com a historiografia atual sobre o assunto, das quais grande parte analisam os discursos dos ex-combatentes, sejam de oficiais de alta patente ou de simples soldados.

Por fim, é preciso dizer que procuramos, por meio do *Jornal do Comércio*, “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p.16). Desse modo, esperamos, ao final, poder contribuir para tais discussões, entendendo, sobretudo, que a construção do fato jornalístico interfere não apenas em elementos subjetivos de quem os produz, mas também nos interesses aos quais estão vinculados.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES PERIÓDICAS

*Jornal do Comércio*, Campo Grande: Editora Jornal do Comércio. 1933 a 1945. Arquivo Histórico de Campo Grande/Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

### OUTRAS FONTES IMPRESSAS

*A Divisão de Mato Grosso*: resposta ao General Rondon. Campo Grande, 1934.

### MEMÓRIAS

ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. et al. *Depoimento de oficiais as reserva sobre a FEB*. São Paulo: IPE S/A, 1949.

COSTA, Octavio. *Trinta anos depois da volta: o Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

MACHADO, Paulo Coelho. *A Grande Avenida*. Campo Grande: Fundação Municipal de Cultura, 2000.

MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada: memórias*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Instituto Progresso Editorial, 1947.

SILVEIRA, Joaquim Xavier. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

### OUTRAS REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. *A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: diálogos contemporâneos*. Revista brasileira de ensino de jornalismo, Brasília: vol.1, n.2, p. 30-53, ago./nov. 2007.

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola: São Paulo, 2002.

AMARILHA, Carlos Magno M. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*. 2006. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – FCH/UFMGD, Dourados.

ANDRADE, Fernanda C. de. *Propaganda política e trabalhismo na imprensa campo-grandense durante o governo Vargas (1930-1943)*. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – FCH/UFMGD, Dourados.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v.5. p. 296-332.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa e poder no Brasil pós-1930*. Em *Questão*, Porto Alegre, v.12, n.2, p. 215-234, jun./dez. 2006.

BATISTA, Rodrigo de Moraes. *Notícias de nossos heróis*. A participação dos pracinhas brasileiros na Segunda Guerra Mundial narrada pela imprensa da época. São Paulo: Folha Memória, 2011.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra Mundial: brasileiros em combate, 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BONET, Fernanda dos Santos. *O discurso oficial brasileiro durante a II Guerra Mundial O Brasil se une para a Guerra*. Vestígios do Passado. A história e suas fontes. In: IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS, 2008.

\_\_\_\_\_. *Autoritarismo e nacionalismo: o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista “Cultura Política”*. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH/PUC-RS, Porto Alegre.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Europa-América, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BUENO, Wilson da Costa. *Caracterização de um objeto-modelo conceitual para a análise da dicotomia imprensa industrial / imprensa artesanal no Brasil*. 1997. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – ECA/USP, São Paulo.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CABRAL, Francisco P. *Um batalhão da FEB no Monte Castelo*. Brasília: Thesaurus, 1987.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. PRADO, Maria L. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, Francismar Lopes de. *O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.9, n.1, p. 143-165, 2005.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: *À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 61-79.

\_\_\_\_\_. *O mundo como representação*. Estud. av. São Paulo: vol.5 n.11. jan./abr. 1991.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

COGGIOLA, Osvaldo. Natureza da Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã/FFLCH, 1995. p. 37-57.

COSTELA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

DE LUCA, Tania R.; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

\_\_\_\_\_. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana L.; DE LUCA, Tania R. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 149-175.

FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GALETTI, Lylia S. G. *Nos confins da civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *Leopold Von Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979.

HOLLANDA, Cristina Buarque. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão et.al. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 525-541.

\_\_\_\_\_; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papirus, 1986.

LINS, Maria de Lourdes F. *A Força Expedicionária Brasileira*. Uma tentativa de interpretação. São Paulo: Editoras Unidas, 1975.

LOPES, José M. *100 vezes responde a FEB*. Curitiba: s/ed., 1979.

MACEDO, Ranielle Cavalcante de. *História, Memória e Espaços: Experiências dos ex-combatentes de Parelhas-RN na defesa do litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial*. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – CCHLA/UFRN, Natal.

MARTINS, Ana L.; DE LUCA, Tania R. Introdução. In: MARTINS, Ana L.; DE LUCA, Tania R. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 7-19.

MAXIMIANO, Cesar C. *Onde estão nossos heróis*. Uma breve história dos brasileiros na 2ª guerra. São Paulo: C. C. Maximiano, 1995.

MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*. 2.ed. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1971.

NEVES, Maria Manuela de N. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIROZ, Paulo R. C. *Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul*. Raído, Dourados: v.1, n.1, jan./jul. 2007.

- REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- RIGONI, Carmen Lúcia. *Bravos combatentes da F.E.B: memórias, monumentos, testemunhos perpétuos de uma história (1995/2005)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- SAID, Edward. W. *Cultura e Imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- SALUN, Alfredo Oscar. *“Zé Carioca” vai à guerra: Histórias e memórias sobre a FEB*. São Paulo: Edições Pulsar, 2004.
- SANTOS, Luciana Ibarra. *Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH/PUC-RS, Porto Alegre.
- SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em Surdina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SILVA, Marcos Paulo. *A representação da Segunda Guerra Mundial em um semanário do interior paulista. O Eco (1939-1944)*. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – FAAC/UNESP, Bauru.
- SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo. *A luta dos pracinhas*. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 231-270.
- SOUZA, João Carlos de. Imprensa e Jacobinismo no Início da República em Corumbá. In: MARIN, Jéri Roberto, VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Org.). *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Editora UFMS, 2003. p. 215-241.
- TOTA, Antonio P. *O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Cia das letras, 2000.
- TRINDADE, Helgio. *Integralismo. O Fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1979.
- VELLOSO, Mônica P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Luppi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Orgs). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.
- VIGEVANI, Tullo. Origens e desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial: considerações sobre a querela dos historiadores. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã/FFLCH, 1995. p. 15-35.
- ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: Considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

WAACK, William. *As Duas Faces da Glória*. A FEB vista pelos seus aliados e inimigos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WEINGARTNER, Alisolet A. dos. *Movimento Divisionista no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 2002.

### **OBRAS CONSULTADAS**

BOURDIEU. *Sobre a Televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

COSTA, Helton. *Confissões do front*. Soldados do Mato Grosso do Sul na II Guerra Mundial. Dourados: Arandu, 2012.

LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1999.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. A penetração cultural americana. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, s/ano.

SCALON, Livia; LORENZ, Sandra; LIMA, Thiara. *Herói de duas guerras*. Jornada de um ex-combatente. Campo Grande: s/ed., 2006.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 15 de agosto de 2014.

---

Maurilio Dantielly Calonga